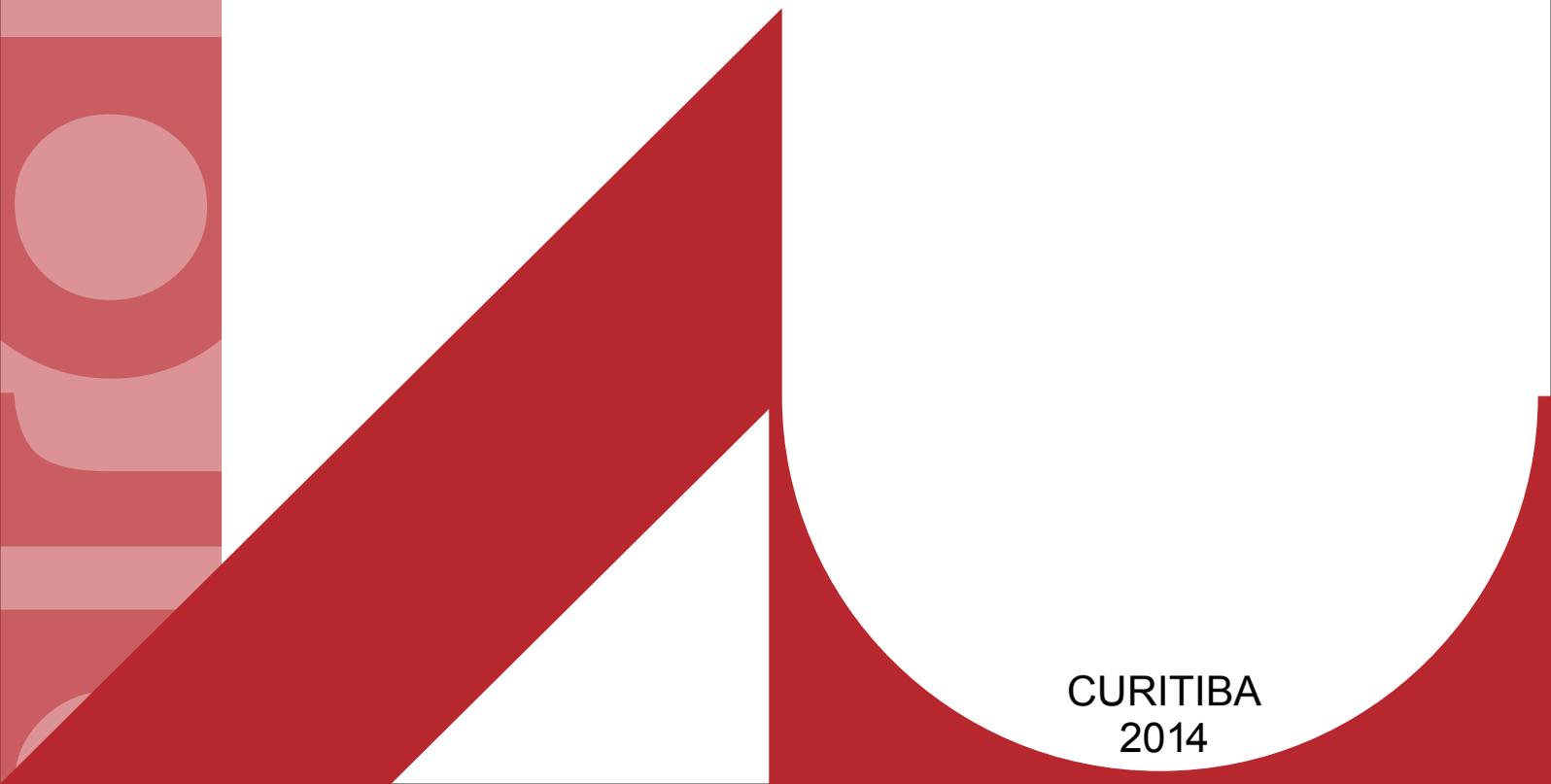


**BERNARD CASSIANO GREIM**

**RECICLAGEM DE EDIFÍCIO HISTÓRICO  
EM ANTONINA - PR**

Tema Final de **Graduação**  
Curso de **Arquitetura e Urbanismo**  
**Universidade Federal do Paraná**

**Prof. Orientador:** Dra. Cleusa de Castro



**CURITIBA  
2014**



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal do Paraná**  
**Setor de Tecnologia**  
**Curso de Arquitetura e Urbanismo**



**BERNARD CASSIANO GREIM**

# **RECICLAGEM DE EDIFÍCIO HISTÓRICO EM ANTONINA - PR**

**CURITIBA**

**2014**

BERNARD CASSIANO GREIM

# **RECICLAGEM DE EDIFÍCIO HISTÓRICO EM ANTONINA - PR**

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA059) como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

**Orientador:**

Prof. Dra. Cleusa de Castro

CURITIBA

2014

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

*Orientador:*

*Prof. Dra. Cleusa de Castro*

*Examinador(a):*

\_\_\_\_\_

*Examinador(a):*

\_\_\_\_\_

*Monografia defendida e aprovada em:*

*Curitiba, \_\_\_\_\_.*

Dedico este trabalho a todos os admiradores, entusiastas, profissionais e estudantes que trabalham pela preservação e valorização do patrimônio cultural.

Agradeço a minha família que sempre incentivou os meus estudos  
A minha orientadora Cleusa de Castro por acreditar neste trabalho  
A Universidade Federal do Paraná e todos os professores que  
possibilitaram a construção do conhecimento  
A toda a equipe do IPHAN- PR por tudo que tem me ensinado  
Aos meus amigos, por alegrar a vida nos momentos de cansaço  
Ao Rodrigo, pela companhia diária e apoio  
Ao Gustavo, pela ajuda essencial com o levantamento arquitetônico  
A todos aqueles que contribuíram com a coleta de informações  
A Deus

“As nações desse planeta são – congenitamente – idealistas. Sua linguagem e as derivações de sua linguagem – a religião, as letras, a metafísica – pressupõem o idealismo. O mundo para eles não é um concurso de objetos no espaço; é uma série heterogênea de atos independentes. É sucessivo, temporal, não espacial. (...) As coisas duplicam-se em Tlön; propendem simultaneamente a apagar-se e a perder os detalhes, quando as pessoas os esquecem. É clássico o exemplo de um umbral que perdurou enquanto o visitava um mendigo e que se perdeu de vista com sua morte.

Às vezes, alguns pássaros, um cavalo, salvaram as ruínas de um anfiteatro”.

Jorge Luis Borges – Tlön, Uqbar, Orbis Tertius (1944)

## RESUMO

Essa pesquisa possui como tema central o patrimônio cultural e a necessidade de recuperar edifícios históricos abandonados, atribuindo-lhes algum uso apropriado e devolvendo-os para a sociedade. Para tanto foi eleito trabalhar com o município de Antonina, no Paraná, que possui uma carga histórica e cultural bastante considerável. Dessa forma, após o reconhecimento do contexto daquele local, escolheu-se um edifício específico para ser estudado mais a fundo, com o fim de mais adiante propor uma intervenção. Com o entendimento das condicionantes desse bem, foi possível sugerir um novo uso, de albergue turístico. Após isso realizou-se uma pesquisa sobre esse tipo de estabelecimentos e análise de alguns projetos relacionados com o recorte temático do trabalho. A síntese dos conhecimentos acumulados possibilitou no final a formulação de algumas diretrizes de projeto, que serão utilizadas na segunda fase do Trabalho Final de Graduação.

Palavra-chave: Reciclagem. Antonina. Patrimônio. Albergue.

## **RESUMEN**

Esta investigación tiene como tema central el patrimonio cultural y la necesidad de recuperar edificios históricos abandonados, darles algún uso adecuado y devolverlos a la sociedad. Para este trabajo fue elegido el municipio de Antonina, Paraná, que posee una carga histórica y cultural bastante considerable. De esa forma, después de reconocer el contexto de ese lugar, se optó por un edificio específico para ser estudiado a fondo con el fin de proponer una futura intervención. Con una comprensión de las condiciones del edificio, fue posible sugerir un nuevo uso, albergue turístico. Después de esto se realizó una investigación sobre este tipo de establecimientos y el análisis de algunos proyectos relacionados al foco temático de trabajo. La síntesis del conocimiento acumulado permitió al final la formulación de algunas directrices de diseño que se utilizarán en la segunda fase del Trabajo Final de Graduación.

Palabra-clave: Reciclaje. Antonina. Patrimonio. Albergue.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Ilustração do Arco de Tito antes da restauração .....	24
Figura 02 – Arco de Tito restaurado.....	24
Figura 03 – Relações de inclusão, intersecção e exclusão .....	38
Figura 04 – Vista de Antonina a partir da baía.....	39
Figura 05 – Localização de Antonina.....	40
Figura 06 – Porção de relevo plano junto à baía circundada por morros .....	41
Figura 07 – Ilustração de 1872 de William Lloyd que mostra a disposição urbana já com a presença da Igreja Matriz e Igreja Bom Jesus do Saivá.....	44
Figura 08 – Foto da área do antigo porto onde se podem ver os carroções que desciam a serra carregados de erva-mate .....	45
Figura 09 – Complexo Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo .....	46
Figura 10 – Foto do início da década de 30 onde é possível ver o elevado número de trapiches presentes no porto .....	47
Figura 11 – Pichação em muro de Antonina.....	48
Figura 12 – Poligonais de tombamento e entorno .....	49
Figura 13 - Esquema demonstrando as poligonais de tombamento e entorno .....	50
Figura 14 – Linha do tempo de Antonina.....	51
Figura 15 – Festa de Nossa Senhora do Pilar .....	52
Figura 16 – Mestre Sala e Porta-Bandeira em 1987.....	53
Figura 17 – Festival de Inverno de Antonina .....	54
Figura 18 – Vista a partir da rua Vale Porto em direção à Igreja Matriz.....	55
Figura 19 – O Armazém Macedo é a mais representativa das ruínas de Antonina .....	55
Figura 20 – Igreja Nossa Senhora do Pilar .....	57
Figura 21 – Fonte da Carioca.....	58
Figura 22 – Igreja Bom Jesus do Saivá .....	60
Figura 23 – Estação Ferroviária de Antonina.....	61
Figura 24 – Igreja de São Benedito.....	62
Figura 25 – Teatro e Garage Municipal em 1926 .....	63
Figura 26 – Moinho e Unidade ensacadora do Complexo Matarazzo (Sem data).....	64
Figura 27 – Mapa de localização e levantamento fotográfico de imóveis desocupados/arruinados....	66
Figura 28 – Mapa de localização e levantamento fotográfico de imóveis desocupados/arruinados....	67
Figura 29 – Sobrado localizado na Rua Antonio Prado.....	69

Figura 30 – Imóvel localizado na esquina entre a Rua Antonio Prado e Rua João Viana .....	70
Figura 31 – Imóvel localizado na Rua João Viana.....	71
Figura 32 – Imóvel à Rua João Viana.....	72
Figura 33 – Esquina entre as Ruas Antonio Prado e Benedito Silva.....	73
Figura 34 – Edifício visto de cima, em 1909 .....	76
Figura 35 – Fotografia de 1921, tirada do mesmo ângulo da foto anterior.....	77
Figura 36 – Vista na década de 30 .....	78
Figura 37 – Vista na década de 40 .....	79
Figura 38 – Registro do antigo acesso frontal. Sem data.....	79
Figura 39 – Foto aérea da década de 60.....	80
Figura 40 – Foto a partir da Rua Mestre Vicente da década de 80.....	81
Figura 41 – Foto de 2009 onde é evidente a degradação do telhado .....	82
Figura 42 – Implantação.....	83
Figura 43 - Térreo .....	84
Figura 44 – Pavimento superior .....	85
Figura 45 – Elevação Sul .....	86
Figura 46 – Elevação Oeste.....	87
Figura 47 – Elevação norte .....	88
Figura 49 – Elevação leste.....	89
Figura 50 – Corte aa .....	90
Figura 51 – Corte BB.....	91
Figura 52 – Trinca na fachada .....	93
Figura 53 – Paredes em alvenaria de pedra no andar superior .....	93
Figura 54 – Parede alvenaria tijolo.....	94
Figura 55 – Parede no térreo com bolor e eflorescências .....	94
Figura 56 – Desenho do levantamento realizado em 1989, mostrando as antigas divisórias.....	94
Figura 57 – Cortes demonstrando a estrutura do telhado .....	95
Figura 58 – Telhas capa-e-canal armazenadas.....	96
Figura 59 – Antigo madeiramento da cobertura.....	96
Figura 60 – Folha de madeira tapando buraco na laje .....	98
Figura 61 – Ladrilhos hidráulicos do banheiro .....	98
Figura 62 – Padieira em parede de alvenaria de pedra.....	99
Figura 63 – Arco na parede de tijolos .....	99
Figura 64 – Padieira danificada.....	100
Figura 65 – Esquadria com vidros e madeira danificados .....	100
Figura 66- Fachada frontal .....	101

Figura 67 – Agentes biológicos junto aos modilhões.....	101
Figura 68 - Portal ornamentado .....	101
Figura 69 – Camadas de tinta perceptíveis na fachada .....	101
Figura 70 – Simulação de cores a partir dos vestígios encontrados na fachada .....	102
Figura 71 – Vista da rua para os fundos do lote .....	103
Figura 72 – Vegetação presente no terreno .....	103
Figura 73 – Fachadas leste e norte .....	103
Figura 74 – Fachadas leste e norte .....	103
Figura 75 – Fachada Leste .....	103
Figura 76 – Muro de pedra lateral.....	103
Figura 77 – Lateral leste-sul.....	104
Figura 78 – Lateral oeste-sul.....	104
Figura 79 – Portal lateral .....	104
Figura 80 – Escada de acesso.....	104
Figura 81 – Acesso ao pavimento superior.....	105
Figura 82 – Porta de acesso .....	105
Figura 83 – Visão interna da parede de tijolos.....	105
Figura 84 – Parede leste – Alvenaria de pedra.....	105
Figura 85 – Visão geral pavimento superior .....	106
Figura 86 – Marcas das antigas divisórias na laje .....	106
Figura 87 – Quina entre paredes sul e oeste.....	106
Figura 88 – Porta de acesso ao balcão frontal .....	106
Figura 89 – Paredes oeste e norte.....	106
Figura 90 – Paredes norte e leste .....	106
Figura 91 – Paredes com substituição de pedras.....	107
Figura 92 – Vista para o exterior – norte.....	107
Figura 93 – Banheiro.....	107
Figura 94 – Vista do banheiro para o restante do pvto .....	107
Figura 95 – Anexo dos fundos .....	107
Figura 96 – Anexo dos fundos .....	107
Figura 97 – Alterações na alvenaria.....	108
Figura 98 – Anexo dos fundos .....	108
Figura 99 – Acesso exterior e banheiro .....	108
Figura 100 – Banheiro.....	108
Figura 101 – Área dos fundos do terreno .....	108
Figura 102 – Vista para a baía .....	108

Figura 103 – Vista para o Centro Histórico .....	109
Figura 104 – Lateral do terreno e construção existente .....	109
Figura 105 – Guarda-corpo da escada .....	109
Figura 106 – Porta de acesso ao térreo.....	109
Figura 107 – Interior do pavimento térreo.....	109
Figura 108 – Estrutura de concreto armado .....	109
Figura 109 – Aspecto geral pavimento térreo .....	110
Figura 110 – Aspecto geral pavimento térreo .....	110
Figura 111 – Acúmulo de entulhos no local .....	110
Figura 112 – Diversas marcas de infiltrações .....	110
Figura 113 – Diversos móveis antigos .....	110
Figura 114 – Ambiente muito úmido .....	110
Figura 115 – Primeiro albergue aberto no mundo, em Altena na Alemanha.....	116
Figura 116 – Evolução da marca mundial de albergues da juventude .....	118
Figura 117 – Albergue Muxarabi .....	122
Figura 118 – Yone e Joaquim Trotta.....	122
Figura 119– Visão frontal do hostel .....	131
Figura 120 – Planta do pavimento térreo.....	132
Figura 121 – Planta do primeiro pavimento .....	133
Figura 122 – Esquema dos arquitetos mostrando situação anterior ao projeto .....	134
Figura 123 – Desenvolvimento do partido projetual.....	135
Figura 124 – Pátio central e edifício em “L” .....	136
Figura 125 – Bloco dos dormitórios .....	136
Figura 126 – Pátio central .....	136
Figura 127 – Recepção do hostel, bar e mezanino .....	137
Figura 128 – Mezzanino e área de estar .....	137
Figura 129 – Hall de entrada.....	137
Figura 130 – Quarto de seis leitos .....	138
Figura 131 – Sala multiuso.....	138
Figura 132 – Refeitório.....	138
Figura 133 – Pátio no vértice do “L” .....	138
Figura 134 – Bloco dos dormitórios .....	139
Figura 135 – Fachada principal do albergue.....	140
Figura 136 – Entrada principa.....	141
Figura 137 – Fachadas sul e oeste .....	141
Figura 138 – Implantação e elevação norte.....	141

Figura 139 – Plantas do pavimento térreo e pavimento tipo .....	142
Figura 140 – Vista lateral do anexo contemporâneo .....	143
Figura 141 – Recepção e área de estar do albergue.....	144
Figura 142 – Passarela de acesso.....	144
Figura 143 – Saguão de entrada.....	144
Figura 144 – Área de alimentação .....	145
Figura 145 – Varanda.....	145
Figura 146 – Dormitório coletivo .....	146
Figura 147 – Área dos chuveiros .....	146
Figura 148 – Varanda das suítes .....	146
Figura 149 - Suíte.....	146
Figura 150 – Vista geral do conjunto arquitetônico.....	147
Figura 151 – Croqui dos autores do projeto.....	147
Figura 152 – Planta do conjunto arquitetônico.....	148
Figura 153 – Elevação frontal .....	148
Figura 154 – Elevação lateral.....	149
Figura 155 – Corte Longitudinal.....	149
Figura 156 – Corte Transversal.....	149
Figura 157 – Croqui dos arquitetos .....	150
Figura 158 – Vista do Museu do Pão e da Oficina de Panificação.....	151
Figura 159 – Interior do moinho .....	152
Figura 160 – Bodega.....	152
Figura 161 – Interior do Museu do Pão.....	152
Figura 162 – Vista externa do museu .....	152
Figura 163 – Oficina de panificação.....	153
Figura 164 – Ligação entre a oficina e o moinho .....	153
Figura 165 – Esquema mostrando os diferentes tipos de intervenção.....	155
Figura 166 – Gráfico comparativo de porcentagem de áreas em relação ao programa .....	156
Figura 167 – Esquema de parâmetros referentes ao terreno.....	161
Figura 168 – Esquema com porcentagens de uso em relação ao total do programa.....	162
Figura 169 – Organograma .....	167
Figura 170 – Esquema demonstrando as relações de gabarito e volumetria .....	168
Figura 171 – Esquema de demolições e reconstituições .....	169
Figura 172 – Simulação da coloração original do edifício .....	170
Figura 173 – Esquema com possibilidades de relações entre o novo e o antigo.....	171

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	16
1.1 JUSTIFICATIVA .....	17
1.2 OBJETIVO GERAL .....	18
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	18
1.4. METODOLOGIA.....	19
2 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	21
2.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INTERVENÇÃO EM BENS CULTURAIS .....	23
2.2 CARTAS PATRIMONIAIS .....	29
2.2.1 Carta de Atenas – Sociedade das nações – 1931 .....	29
2.2.2 Carta de Atenas – CIAM – 1933.....	30
2.2.3 Carta de Veneza – 1964.....	30
2.2.4 Carta de Washington – 1986.....	32
2.4 QUESTÕES ATUAIS E FORMAS DE INTERVENÇÃO .....	35
3 ANÁLISE DA REALIDADE – ANTONINA.....	39
3.1 DESCRIÇÃO GERAL.....	39
3.1.1 Histórico .....	42
3.1.2 Aspectos Culturais .....	52
3.1.3 Caracterização Arquitetônica .....	54
4. ESCOLHA DO SÍTIO – RUÍNAS E IMÓVEIS DESOCUPADOS EM ANTONINA .	65
4.1 ANÁLISE DAS EDIFICAÇÕES.....	68
4.1.1. Sobrado à Rua Antonio Prado, 26.....	69
4.1.2 Imóvel esquina Rua Antonio Prado e Rua João Viana.....	70
4.1.3 Casarão à Rua João Viana, 208 .....	71
4.1.4 Imóvel à Rua XV de Novembro, 232.....	72
4.1.5 Imóvel esquina Rua Antonio Prado e Benedito Silva .....	73
4.2 COMPARAÇÃO .....	74
5 ANÁLISE EDIFÍCIO HISTÓRICO – CASARÃO GOMES.....	76
5.1 HISTÓRICO .....	76
5.2. ARQUITETURA.....	82

5.2.1 Levantamento Arquitetônico.....	82
5.2.2 Descrição dos elementos e situação atual .....	92
5.3 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO .....	103
5.4 JUSTIFICATIVA DE PROPOSIÇÃO DE NOVO USO .....	111
6 MEIOS DE HOSPEDAGEM .....	112
6.1 TURISMO.....	112
6.1.1 Turismo Cultural .....	112
6.2. MEIOS DE HOSPEDAGEM .....	113
6.3 Albergues da Juventude.....	115
6.3.1 Evolução Histórica do alberguismo mundial.....	116
6.3.2 Alberguismo no Brasil.....	120
6.3.3 Critérios para abertura de um albergue.....	125
7 ESTUDOS DE CASO .....	130
7.1 STAYOKAY HOSTEL.....	131
7.1.1 Conceito .....	131
7.1.2 Programa.....	136
7.2 JUGENDHERBERGE ST.ALBAN .....	140
7.2.1. Conceito .....	143
7.2.2 Programa.....	144
7.3 MUSEU DO PÃO – MOINHO COLOGNESE .....	147
7.3.1 Conceito .....	150
7.3.2 Programa.....	151
7.4. ANÁLISE E COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTUDOS DE CASO .....	153
8 DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO.....	160
8.1 LEGISLAÇÃO.....	160
8.2 PROGRAMA DE NECESSIDADE E PRÉ-DIMENSIONAMENTO .....	162
8.3 DIRETRIZES RESTAURATIVAS .....	168
9 REFERÊNCIAS.....	172

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surge da necessidade de pensar o patrimônio cultural no contexto da sociedade atual. Com as mudanças ocorridas através do tempo foram surgindo novas demandas e prioridades. Essa alteração dos valores fez com que os tecidos urbanos e construções mais antigas passassem a ser consideradas obsoletas e sofressem toda sorte de descaracterizações e violações à sua integridade. Em muitos casos gerou-se o abandono e esvaziamento de edifícios e centros urbanos históricos. Muitas dessas áreas tornaram-se locais degradados, suscetíveis à criminalidade e deixaram de cumprir sua função social na cidade. Pelo outro lado é reconhecido por estudiosos, pelas autoridades e até mesmo pela sociedade a necessidade de zelar pelos bens culturais e de torná-los parte do cotidiano na vida da cidade. As primeiras preocupações efetivas em cuidar do patrimônio surgiram na Europa, como reação a uma série de destruições que estavam ocorrendo em consequência da Revolução Francesa. No Brasil, o interesse em cuidar dos bens culturais começou a ganhar forma com a criação do IPHAN na década de 1930. Desde aqueles tempos o debate em torno do assunto avançou bastante. Um dos principais fatores que mudou com o tempo é a conceituação do que pode ser considerado de valor cultural. Inicialmente atribuía-se valor apenas para obras que tivessem caráter excepcional, como palácios, igrejas, edifícios governamentais, entre outros. Com a passagem dos anos o conceito evoluiu, trocando a noção de excepcionalidade pela de representatividade. Dessa forma passou-se a abranger também a produção cultural de diversos agentes da sociedade que antes eram considerados secundários. Assim foram incluídos como culturalmente valiosas algumas técnicas vernaculares, conjuntos urbanos, formas de fazer, criar, viver e expressar, além do reconhecimento do patrimônio imaterial. Na atualidade é crescente a percepção da necessidade de recuperar e voltar a ocupar os edifícios e centros históricos abandonados, não apenas restaurando seus valores do passado, como também os inserindo no contexto do presente. A questão do uso é primordial, pois a sua ausência acelera ainda mais o processo de degradação. Segundo CASTRO (2002, p. 57) “O convívio com edifícios antigos e a possibilidade de reavivá-los, dando-lhes novos usos e ainda revigorá-los, com a justaposição de elementos novos, parece aliviar o ancestral desejo humano pela imortalidade”.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Nesse panorama, escolheu-se trabalhar com o município paranaense de Antonina pelo fato dele sintetizar boa parte dos itens citados anteriormente. A cidade que tem suas origens no período colonial possuiu um próspero período de desenvolvimento econômico, que atingiu seu ápice no início do século XX, impulsionado pelas atividades portuárias, e pelas atividades industriais através das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Além dos remanescentes coloniais, é dessa época a maioria dos edifícios ecléticos e art-decô que compõe o quadro arquitetônico que permaneceu. Com o passar do tempo, uma série de acontecimentos como a mudança na dinâmica das exportações paranaenses e dos meios de logística, culminaram no fechamento do porto, das indústrias e dos ramais ferroviários, levando a cidade à decadência. Essa situação ocasionou o abandono do núcleo urbano original e a descaracterização e destruição massiva das edificações. Pode-se dizer que esse período durou desde a década de 40 até o início dos anos 80. Aproximadamente nos últimos 30 anos a cidade começou a buscar formas de recuperar sua economia e seus valores, melhorando as condições de vida dos cidadãos. Durante a década de 80 e 90 o governo estadual foi responsável por elaborar alguns planos de revitalização do município. A evolução desse movimento culminou com o tombamento em nível federal do conjunto histórico e paisagístico de Antonina, em 2012. Essa nova condição abriu novas perspectivas para o município, facilitando a inserção em programas de revitalização promovidos pelo governo. Desde então se intensificou na cidade o debate em torno da questão patrimonial e das oportunidades e restrições impostas por essa realidade.

Esse trabalho justifica-se pela necessidade de pensar os desafios do município de Antonina, explicitados pelo recente tombamento, em re-inserir o patrimônio nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais da cidade. Além disso, contribuir para o debate de como devem ser revitalizados os edifícios antigos e como devem ser feitas as novas inserções. Ressalta-se aqui a peculiaridade de tratar-se de um conjunto arquitetônico, e não de bens isolados, o que pode exigir uma maior cautela na hora de intervir. E por fim, foi escolhido trabalhar com o patrimônio cultural edificado de Antonina por, mesmo com a sua importância, ser um tema quase inexplorado dentro da escola de arquitetura.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Aprofundar os conhecimentos na área do patrimônio cultural e compreender as condicionantes do objeto de trabalho escolhido de forma a possuir embasamento suficiente para propor diretrizes gerais de intervenção no edifício histórico em questão.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender o significado de patrimônio cultural e a evolução do conceito ao longo do tempo. Dissertar sobre as diversas formas de intervenção em bens patrimoniais nas diferentes épocas e sobre as teorias vigentes na atualidade.
- Analisar o desenvolvimento histórico de Antonina nas suas diversas facetas e os motivos que levaram à sua prosperidade e decadência. Elaborar um breve relato da situação geral atual do município e lançar um olhar mais atento sobre as questões arquitetônicas e patrimoniais.
- Elencar diversos edifícios potenciais em desuso/ruína, de forma a eleger um caso específico para ser trabalhado na sequência do trabalho.
- Após escolher o objeto de estudo, aprofundar-se no conhecimento do edifício. Reunir informações sobre a sua história, função, motivo do abandono. Realizar uma leitura arquitetônica e diagnóstico da situação atual, de forma a propor um novo uso compatível com o bem.
- Uma vez escolhida a nova função para o edifício, buscar informações referentes a esse tipo de uso, bem como a sua evolução histórica, características no mundo e no Brasil, e parâmetros arquitetônicos relativos.
- Escolher três obras no âmbito internacional ou nacional relacionadas com as questões patrimoniais ou referentes ao uso proposto, e fazer uma análise de forma a aumentar o repertório referente aos assuntos estudados e entender melhor as diversas alternativas possíveis de intervenção.
- Sintetizar as informações colhidas anteriormente e propor diretrizes projetuais básicas referentes ao programa arquitetônico e meios de intervenção patrimonial.

#### 1.4. METODOLOGIA

A primeira parte do trabalho refere-se à conceituação temática sobre o patrimônio cultural e as formas de intervenção. Para tanto buscou-se através de bibliografia a definição oficial do conceito e a compreensão das raízes históricas e evolução dos critérios interventivos em obras patrimoniais. Foram consultados os tratados dos principais teóricos responsáveis pelas discussões acerca do tema. Além disso, realizou-se a leitura e síntese das cartas patrimoniais mais relevantes para o entendimento do assunto.

Posteriormente partiu-se para o reconhecimento do objeto de estudo, no caso a cidade de Antonina. Esse reconhecimento se dividiu em dois tipos de ações: pesquisa bibliográfica e visitas in loco. Os materiais teóricos consultados foram principalmente cadernos técnicos elaborados por órgãos governamentais para embasar propostas de revitalização na cidade. Entre eles estão o Plano Básico de Antonina (anos 80), o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Antonina (anos 90), e o caderno de Subsídios ao Processo de Tombamento do Centro Histórico de Antonina-PR (2010). A utilização de materiais de diferentes épocas proporcionou um interessante efeito comparativo e complementar. Quanto ao levantamento in loco, foram necessárias três visitas. A primeira teve por objetivo um reconhecimento geral da realidade do centro histórico, além do mapeamento e levantamento fotográfico de imóveis abandonados ou em estado de arruinamento que apresentassem potencial de serem eleitos como objeto de trabalho. Após essa primeira visita, realizou-se um comparativo entre as diversas construções levantadas e escolheu-se a considerada mais interessante. Uma vez escolhido o edifício, agendou-se uma entrevista com o proprietário, residente em Curitiba, e foram colhidas informações prévias, além do pedido de autorização para acessar ao imóvel. Concedida a autorização, foram realizadas duas novas viagens a Antonina, para realizar o levantamento fotográfico e arquitetônico. Nessa fase obteve-se também acesso a um levantamento e projeto para o edifício realizado no início dos anos 90, que permitiu realizar um cruzamento de dados entre a situação naquela época e a atual. Complementando os estudos, realizou-se um histórico do edifício e um diagnóstico da situação nos dias de hoje.

Após estudar aprofundadamente o bem, pôde-se propor o novo uso, de albergue turístico. Para ampliar os conhecimentos em torno do assunto, recorreu-se à literatura específica, aos sítios eletrônicos das federações e associações internacionais e nacionais ligadas ao tema, e principalmente a uma entrevista com a diretora de marketing da Federação Brasileira de Albergues da Juventude. Nessa entrevista obtiveram-se informações atuais referentes ao tema, além dos parâmetros arquitetônicos mínimos para a abertura de um estabelecimento.

Possuindo familiaridade com os temas patrimoniais, com a cidade de Antonina e o edifício de estudo, e com os albergues, foi possível partir para a análise de obras correlatas. Utilizando o recorte temporal de até uma década atrás, foram selecionadas três obras, duas internacionais e uma nacional, que pudessem de alguma forma contribuir para o repertório e entendimentos dos temas tratados. A metodologia utilizada foi de apresentar cada caso separadamente, enfatizando seus conceitos e questões programáticas, e depois a comparação em conjunto entre todos eles.

Por fim, foram propostas algumas diretrizes básicas de intervenção. A metodologia utilizada foi de primeiramente analisar a legislação municipal para obter os parâmetros construtivos possíveis. Após isso tornou-se possível elaborar um pré-dimensionamento levando em conta os elementos mínimos necessários, fatores considerados interessantes dos estudos de caso e a realidade de Antonina. E por último foram definidos alguns critérios interventivos iniciais, através da aplicação das recomendações das teorias e cartas patrimoniais no caso específico e de esquemas e simulação com maquete eletrônica.

## 2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Segundo o IPHAN, o primeiro conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vem do Decreto-lei nº 25 de 1937, que estabelece:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL<sup>1</sup>. Decreto-lei n 25 de 1937, apud IPHAN, 2014, p.01)

O decreto instituiu o instrumento do Tombamento, atribuindo ao Estado a responsabilidade por proteger os bens de valor cultural de destruição e/ou descaracterização. Esses bens passaram a ser inscritos de algum dos quatro Livros Tombo, de acordo com suas características: arqueológico, paisagístico e etnográfico (inclui coisas pertencentes à arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular); histórico (inclui coisas de interesse histórico e arte histórica); belas-artes (inclui bens de arte erudita nacional ou estrangeira); e das artes aplicadas (todas as obras que se incluam na categoria de artes aplicada, nacionais ou estrangeiras).

Com o passar do tempo o conceito evoluiu, em função principalmente das transformações ocorridas no país. Com a Constituição de 1988, a principal alteração foi a relativização da noção de excepcionalidade, substituindo-a pelo valor de representatividade. Outro avanço foi o reconhecimento da dimensão imaterial do patrimônio. Dessa forma, atualiza-se o conceito, agora melhor denominado “Patrimônio Cultural”. Com essa mudança, amplia-se o conceito, permitindo incluir a produção cultural de diversos agentes da sociedade. Segundo a Constituição Federal:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

---

<sup>1</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 1937.

- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL<sup>2</sup>. Constituição (1988), 1988, apud IPHAN, 2014, p. 01).

Além de conceituar o patrimônio cultural, a Constituição também atribuiu sua promoção e proteção ao poder público, em parceria com as comunidades. Definiu-se ainda que a lei deve garantir incentivos para produção e conhecimento dos bens de valor cultural, e que danos e ameaças serão punidos legalmente. Além do tombamento, a Constituição garantiu outras formas de proteção, como o inventário, registro, vigilância e desapropriação.

Para o IPHAN (2014), entende-se por Patrimônio Material o conjunto de bens culturais que são classificados e inscritos em algum dos quatro Livros do Tombo. Esses bens podem ser imóveis, representando núcleos urbanos, bens individuais ou sítios arqueológicos e paisagísticos. Podem ser também móveis, como coleções cinematográficas, arqueológicas, documentais, museológicas, bibliográficas, arquivísticas, videográficas e fotográficas. O Patrimônio Imaterial é composto por práticas ou domínios da vida social que se apresentam em saberes, ofícios, celebrações, modos de fazer. Manifesta-se ainda em formas de expressão cênica, plásticas, musicais ou lúdicas, ou também em lugares como mercados, feiras ou santuários que abriguem práticas culturais e coletivas. Esse tipo de patrimônio é geralmente transmitido de geração em geração, recriado constantemente pelas comunidades em função do ambiente, e contribui para um sentimento de identidade e continuidade.

Outro conceito importante de ser apresentado é o de reciclagem. Desde que se começou a debater sobre a preservação do patrimônio cultural as teorias evoluíram bastante. Dessa forma existem várias formas e níveis de intervenção diferentes, como a consolidação, a restauração, a revitalização e a reciclagem, este último sendo o termo mais importante para este trabalho. Para BRAGA (2003), a reciclagem consiste em adaptar espaços preexistentes para funções diferentes das quais eles foram projetados e construídos, mas sem deixar de conservar as suas

---

<sup>2</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

características originais. Ainda segundo essa autora, a introdução de um novo uso deve ser criteriosa e atender às vocações e limitações do espaço em questão. A seguir será apresentada a evolução do debate em torno da intervenção em monumentos culturais até a atualidade.

## 2.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INTERVENÇÃO EM BENS CULTURAIS

Segundo KÜHL (1998, p.179), foi durante o Renascimento que surgiu o embrião do conceito de restauração e o interesse por monumentos antigos. Nessa época os teóricos e artistas estavam muito voltados para a Antiguidade Clássica, iniciando trabalhos de levantamento e estudos profundos das edificações daquele período. Alberti teve um papel importante nesse panorama e chegou a desenvolver um método cartográfico para elaborar um plano de restauração de Roma. Além disso, criticava os que executavam demolições indiscriminadamente, sendo favorável a essa atitude somente quando fosse absolutamente necessário. Rafael foi outro renascentista a preocupar-se com as questões patrimoniais. Foi encarregado por Leão X de levantar e desenhar diversos monumentos. Em uma carta endereçada a esse papa, reafirmava a importância da arquitetura antiga, clamava por sua proteção e lamentava a situação de Roma naquela época. Nesse período era muito comum que os materiais de antigos edifícios fossem retirados através de saqueamento e reutilizados em construções novas. Apesar do reconhecimento da importância dos monumentos antigos, essa prática que fornecia materiais de alta qualidade por baixo custo e já vinha desde a Idade Média continuou sendo utilizada, até mesmo pelo próprio Rafael.

No decorrer da história eram comuns intervenções em edifícios precedentes, através da destruição de algumas partes, reutilização de materiais, ampliação ou redução, reconstrução, entre outros. Eram usuais também obras de manutenção que serviam para resolver exclusivamente problemas de ordem técnica, como reparações de telhados, paredes, entre outros. Essas atitudes ainda não podiam ser consideradas restaurações, pois não representavam uma reflexão de cunho cultural, que define o conceito atualmente. No século XVIII observa-se por parte dos artistas (principalmente pintores) um crescente interesse pelo passado. Entretanto, predominava a visão pitoresca e romântica desses monumentos, sem a visão

apurada do objeto em si e do valor de transmissão histórica para as próximas gerações.

Na Itália depois de 1750 até os primeiros anos do século XIX, Roma tornou-se um importante centro de estudos e proposição de idéias. Após o período do Barroco, houve uma retomada do interesse pela Antiguidade Clássica. Durante o período do governo francês (1798-1814) e do pontificado de Pio VII (1800-1823) foram feitas várias restaurações, que eram voltadas basicamente para recomposição e consolidação dos monumentos, prática que ficou conhecida como “**restauro arqueológico**”. Os exemplos mais relevantes desse tipo de intervenção foram o Arco de Tito e o Coliseu. No primeiro caso, realizado entre 1819 e 1821, foram retirados os muros de construções posteriores que chegavam e se apoiavam no monumento, e reconstruídas as partes faltantes. Para a reconstituição foi utilizado outro tipo de pedra e formas simplificadas, de forma que um observador atento pudesse perceber que não se tratam de trechos originais. Embora a obra tenha sido executada dessa forma por motivos mais econômicos do que teóricos, deu origem a uma prática e modo de intervir que tem influência até os dias de hoje.

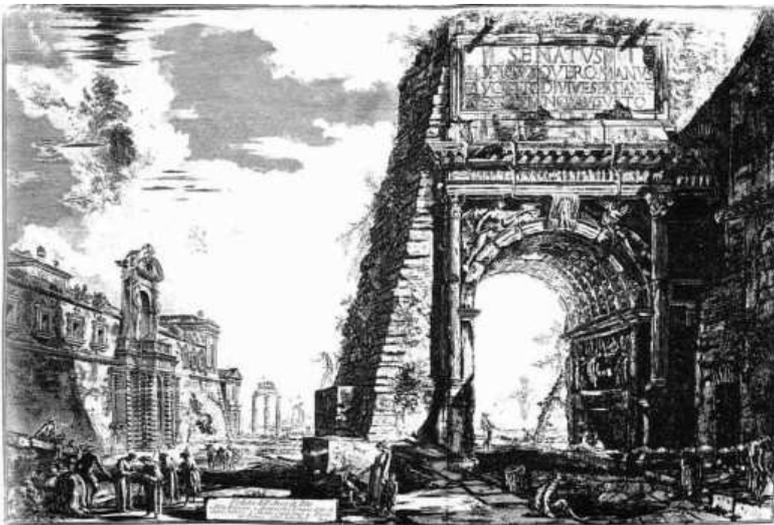


Figura 01 – Ilustração do Arco de Tito antes da restauração  
Fonte: PIRANESI



Figura 02 – Arco de Tito restaurado  
Fonte: ABOUTROMA (2014)

A restauração do Coliseu entre 1807 e 1829 também foi importante na formação desse discurso. A obra que até então era constantemente usada apenas como fonte de materiais para outras construções, recebeu o projeto de consolidação estrutural com a execução de dois contrafortes de tijolos nas extremidades de suas

arcadas. A intenção dos arquitetos era conseguir a estabilidade de forma diferenciada do original, porém discreta.

O período pós-Revolução Francesa trouxe implicações na questão patrimonial nesse país. Por representarem o clero, a monarquia e as classes dominantes, muitos monumentos sofreram destruições, vandalismo e saques. Como reação a esses acontecimentos o Estado resolveu tomar providências, que resultaram na primeira legislação que reconhecia os edifícios como bem de interesse público e as autoridades com agente ativo em sua preservação. Outro fator importante nessa época na França foi o reconhecimento do valor artístico da produção da era medieval, que foi por muito tempo desconsiderada. Nesse contexto, em meados do século XIX, a principal figura teórica foi Emmanuel Viollet-le-Duc, que formulou vários princípios que são levados em conta até hoje. Para ele o monumento é documento de um período específico da história, e não devem ser consideradas as modificações que sofreu ao longo do tempo. Em seu verbete para o *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle* sobre restauração, Viollet-le-Duc (2000, p.29) expõe seu pensamento : “A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.”

Deveriam ser demolidas alterações posteriores e refeitas as partes necessárias para voltar ao estado primitivo da obra, cabendo ao arquiteto compreender e incorporar o espírito do construtor original.

“Mas, se for o caso de refazerem estado novo porções do monumento das quais não resta traço algum, seja por necessidades de construção, seja para completar uma obra mutilada, então o arquiteto encarregado de uma restauração deve imbuir-se bem do estilo próprio ao monumento cuja restauração lhe é confiada.” (VIOLLET-LE-DUC, E. 2000, p. 53)

Essa corrente de pensamento ficou conhecida como **Restauo estilístico**. Alguns dos seguidores de le-Duc tomaram medidas muito violentas, suprimindo intervenções consideradas consolidadas e importantes por outros teóricos. Foram acusados de gerar a perda da obra como documento histórico. Apesar das críticas, atualmente alguns dos preceitos dessa teoria são considerados ainda válidos, podendo-se citar: a manutenção das características estruturais originais não só na

aparência externa, mas também em seu funcionamento; realização de intervenções somente baseando-se em estudos concretos, anulando qualquer ação baseada em hipóteses; e a necessidade de estudar cada caso, considerando que não existem verdades absolutas na forma de executar as restaurações. Segundo CASTRO (2002), esse tipo de restauro manteve-se hegemônico até o final da Segunda Guerra Mundial e sobrevive até hoje tanto na Europa quanto no Brasil.

Na Inglaterra surgiu o movimento que tinha como objetivo manter o passado vivo, sendo dessa forma antagônico às teorias citadas anteriormente. Buscava preservar a matéria original do monumento levando em conta as modificações e ampliações posteriores. Dessa forma, rejeitava-se a idéia de realizar intervenções na obra, sendo a contemplação a única medida possível a ser tomada. Essa postura ficou conhecida como **Restauro Romântico** e seu maior expoente foi John Ruskin, seguido por Willian Morris. Em 1889, Ruskin expôs suas idéias:

“Nem pelo público, nem por aqueles encarregados dos monumentos públicos, o verdadeiro significado da palavra restauração é compreendido. Ela significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. Não nos deixemos enganar nessa importante questão; é impossível, tão impossível quanto ressuscitar os mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitetura.” (RUSKIN, J. 2008, p. 79)

Segundo ele as gerações posteriores não têm o direito de tocar nas obras, pois estas pertencem àqueles que as construíram. Defendia apenas a conservação, desde que fosse imperceptível e cuidadosa, como uma forma de retardar o processo de arruinamento do edifício.

As posições antagônicas de Viollet-le-Duc e Ruskin foram consagradas pela historiografia e geraram grande influência na construção do pensamento sobre a restauração. Além disso, ressalta-se que essas posições não eram unanimidades em nenhum dos ambientes, e havia nuances e diferenças na aplicação das idéias pelos variados arquitetos. Na Itália, nos últimos anos do século XIX, considera-se que houve um amadurecimento nas discussões com a busca de posturas mais equilibradas. Surge a figura de Camillo Boito (1835-1914), associado ao “**restauro histórico**” ou “**restauro moderno**”. Nessa teoria o monumento é visto como um documento. Deveriam ser respeitadas as transformações sofridas pelo edifício, a pátina do tempo e sua autenticidade. As intervenções restaurativas seriam

possíveis, desde que outras medidas para preservar o edifício como a consolidação, manutenção e reparo fossem insuficientes. Além disso, a intervenção deveria estar bem embasada em dados de arquivos, livros, gravuras, ou da análise do próprio edifício. Ainda para Boito (2002, p.33), “É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje”

Fica evidente a preocupação com a questão da autenticidade do monumento através da busca da realização de intervenções que se auto-esclarecessem através dos materiais e técnicas. Boito foi o responsável por gerar os fundamentos críticos da restauração enquanto disciplina. Participou do “IV Congresso dos engenheiros e arquitetos de 1883”, de onde resultou o que se considera a primeira carta de restauração italiana, baseada em seus preceitos de autenticidade, hierarquias de intervenções e estilo de restauração.

Na Áustria do início do século XX tem destaque a figura de Alois Riegl (1858-1905), um dos fundadores da historiografia da arte contemporânea. Sua posição sobre o debate da restauração é considerada bastante atual. Tinha a visão de que o restaurador deve ter uma postura de analista objetivo, analisando as várias facetas do objeto em questão. Em 1903 lançou o livro “O culto Moderno dos Monumentos, sua Essência e sua Gênese”, baseado em grande parte em sua experiência profissional no ensino universitário e na presidência da Comissão de Monumentos Históricos. Nesse livro, Riegl esquematizou valores em dois grupos: Rememoração e Contemporaneidade. O primeiro grupo versa sobre os monumentos do passado e sobre a memória, e está subdividido em três valores (antiguidade; histórico; e rememoração intencional). O segundo trata dos monumentos pertencentes ao presente e abarca os valores de uso; artístico, de novidade e artístico relativo. A importância dessa subdivisão está no fato de que o autor explicitou e comparou os diversos valores apresentando seus argumentos e pontos de desavença, tentando provar que não há apenas uma postura ou solução universalmente aceita (KÜHL, 1998). Para o autor esses valores deveriam ser analisados, reconhecidos e avaliados criteriosamente para definir os critérios de atuação. Vale lembrar que apesar de sua qualidade e apuro teórico, as considerações do austríaco não chegaram a embasar as intervenções praticadas no início do século XX (CASTRO, 2002).

Voltando a Camilo Boito, suas teorias levaram cerca de meio século para se afirmar e difundir. Foi a partir da Carta de Restauração de Atenas, de 1931, e da Carta de Restauo Italiana, de 1932, que essas idéias ganharam destaque. Teve influência nesse período o engenheiro, arquiteto, urbanista e historiador da arte italiano Gustavo Giovannoni (1873-1943), figura relacionado ao chamado “**Restauro Científico**”. O autor propunha ênfase em relação à conservação, em detrimento da restauração, com a possibilidade de realizar intervenções desde que necessárias e executadas com tecnologias modernas. Dividiu as intervenções em quatro categorias descritas dessa forma:

Uma outra classificação pode ser feita no que se refere ao argumento que prevalece nas restaurações: os restauros de consolidação, nos quais todos os meios da técnica, e especialmente aquelas moderníssimas de estruturas de ferro ou de concreto armado, são chamados a contribuir para dar solidez e resistência às construções fatigadas, ruinosas, falhas; restauros de recomposição (anastilose), quando os elementos, ordinariamente de pedra talhada, retornam à própria posição com o acréscimo apenas de partes faltantes secundárias; restauros de liberação, quando se retiram massas amorfas que, no exterior ou no interior, encerram o próprio monumento e este retoma o seu aspecto artístico, simples ou múltiplo; restauro de complemento e de renovação, no qual os acréscimos, respondendo aos princípios acima indicados, tendem a reintegrar a obra ou utilizá-la com elementos novos (GIOVANNONI<sup>3</sup>, apud KÜHL, 1998, p. 199).

Para esse autor o valor histórico da obra merecia mais atenção do que o valor artístico e estético. Teve influência também na questão dos centros urbanos, através do reconhecimento dos valores de museu e de uso, e da proposição de integração entre as parte antiga e a parte nova da cidade. Foi responsável pelo conceito de “ambiente”, e por identificar o valor do caráter das cidades e da relação do monumento com seu entorno. Como resultado dessa teoria surgiram novas construções em centros históricos baseadas no mimetismo estilístico (CASTRO, 2002). Para CHOAY (1992), Giovanonni conseguiu adiantar o pensamento de muitas das políticas que viriam a ser adotadas a partir da década de 60 nos centros protegidos na Europa.

No período do pós-guerra, com uma enorme quantidade de centros históricos e monumentos para serem recuperados, havia dificuldade em aplicar as teorias até então vigentes e um método único, gerando assim o abandono das idéias de Giovannoni. Nesse contexto, na metade da década de 40 surge o chamado **Restauro Científico**, que teve seu maior expoente na figura de Cesare Brandi, além

<sup>3</sup> GIOVANNONI, G. Enciclopedia Italiana, Roma, Treccani, 1936, v.29, p. 128

de Roberto Pane e Renato Bonelli. Brandi (1906-1988) trabalhou como chefe do Instituto Central de Restauração de Roma entre 1939 e 1961. Durante esse período amadureceu suas idéias e em 1963 lançou o livro Teoria da Restauração, que reunia suas publicações que já vinham sendo publicadas desde os anos quarenta. Sua teoria veio a influenciar a Carta de Restauo Italiana de 1972. Para ele a obra de arte define-se por ser distinta dos objetos industrializados. A base de seu pensamento foi fundamentada em relação à pintura, e depois se estendeu para as demais artes. Sua definição de restauração era a seguinte:

“Ter reconduzido o restauro à relação direta com o reconhecimento da obra de arte como tal, torna possível agora dar a sua definição: a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro.” (BRANDI, 2004, p.30).

Para Brandi a restauração ocorre apenas em relação à matéria da obra de arte, e não da obra de arte em si. Outro ponto importante de sua teoria é a dupla historicidade do monumento. A primeira se refere ao momento de sua criação, enquanto a segunda está relacionada ao momento presente, de reconhecimento da obra como tal. Portanto a restauração tem como objetivo restabelecer a unidade potencial da obra sem cometer um falso histórico ou artístico e sem anular os traços da passagem do tempo sobre a obra.

## 2.2 CARTAS PATRIMONIAIS

Durante o século XX foram redigidas várias cartas que tinham como objetivo divulgar o pensamento e recomendações da comunidade especialista e de órgãos nacionais e internacionais. Foram resultado de conferências realizadas em diversas partes do mundo e muitas delas contêm influência das idéias dos teóricos citados anteriormente. A seguir serão descritos de forma sucinta e cronológica os conteúdos das cartas de maior relevância.

### 2.2.1 Carta de Atenas – Sociedade das nações – 1931

Essa carta foi resultado de uma conferência realizada entre 20 países. Apontava a necessidade de inventariar os diversos monumentos históricos espalhados pelas diferentes nações. Constatava também o abandono da restauro

estilístico com suas reconstituições integrais, e recomendava ações de manutenção regular e permanente como forma de conservação. Nela foi apontada a necessidade de salvaguardar a fisionomia da cidade, principalmente no entorno de monumentos. Levantou-se a questão da importância da utilização da edificação para sua conservação (CURY, 2004, p. 13-19).

### 2.2.2 Carta de Atenas – CIAM – 1933

Realizado em um cruzeiro entre Marselha e Atenas, o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna teve como tema “A Cidade Funcional” e refletia o pensamento modernista da época. O passado era de certa forma renegado, devido à necessidade de se praticar uma nova arquitetura e urbanismo voltados para os ideais modernos. Monumentos de maior expressão e que sintetizassem valores de uma cultura anterior deveriam ser mantidos, entretanto os congressistas chamavam a atenção para a necessidade de uma seleção cuidadosa do que deveria ser preservado. Os monumentos históricos seriam conservados apenas quando não prejudicassem os ideais de higiene, circulação e salubridade propostos pelo conselho. E por fim, recomendava-se que as novas inserções em tecidos históricos deveriam ser feitas de forma contemporânea, abominando-se construções que gerassem reprodução de estilos do passado (CURY, 2004, p. 21-68).

### 2.2.3 Carta de Veneza – 1964

O II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos foi responsável por rever os conceitos da primeira Carta de Atenas. Foram diversas recomendações redigidas na forma de 16 artigos. O texto chamou a atenção para os problemas cada vez mais complexos, que pediam a necessidade de um plano internacional, que pudesse ser aplicado em cada país de acordo com sua cultura e tradições. O primeiro artigo, que talvez represente a maior mudança de postura, versa sobre a necessidade de reconhecimento não apenas das grandes criações, mas também dos sítios rurais, obras vernaculares ou modestas que

tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo. Em seguida o texto sugere que devem ser salvaguardados tanto a obra de arte como o seu testemunho histórico. Dessa maneira devem ser priorizadas as ações de conservação, através da manutenção permanente. Esse item está também relacionado ao uso. Uma função útil a sociedade, desde que não altere desrespeitosamente as características do edifício, ajuda a manter o bem em estado adequado de conservação. O deslocamento de monumentos só é aceitável em casos extremos, pois os mesmos possuem uma relação inseparável com o meio em que estão inseridos e sua história.

A restauração deve ser vista como uma intervenção de caráter excepcional, que precisa revelar os valores estéticos e históricos do monumento em questão, respeitando os materiais originais e documentos estáticos. Não deve de forma nenhuma basear-se em hipóteses. Quando forem necessárias reconstituições, estas devem destacar-se da composição arquitetônica e apresentar a marca do tempo da execução da obra. Estudos históricos e arqueológicos devem ocorrer juntamente com os trabalhos de restauração. No caso das técnicas tradicionais se mostrarem ineficazes para a conservação do monumento, pode-se utilizar técnicas modernas. Outro ponto importante é de que a intervenção não tem como objetivo buscar a unidade estilística do monumento. Ou seja, devem ser respeitadas as contribuições válidas de diferentes épocas. No caso de estarem faltando partes do bem, os elementos de substituição devem integrar-se de maneira harmônica com o conjunto, distinguir-se do restante e não simular um falso histórico. Acréscimos são tolerados, desde que respeitem as partes interessantes do edifício, o equilíbrio da composição e as relações com o ambiente. Se porventura forem realizadas intervenções deverá ser feito um registro documental, através de relatórios, desenhos, fotografias, entre outros (CURY, 2004, p. 91-95). Influenciada pela Teoria da Restauração de Brandi, a Carta de Veneza mantém extrema relevância na forma de atuação e formação de diversos restauradores e seus conceitos são ainda considerados relevantes (KÜHL, 1998).

#### 2.2.4 Carta de Washington – 1986

Trata-se da Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas. Segundo ela uma cidade pode surgir de forma espontânea ou a partir de um projeto específico, mas em ambos os casos é a expressão de uma sociedade ao longo da história. Por esse motivo, toda e qualquer cidade pode ser chamada de cidade histórica. Algumas entretanto, além dessa carga, trazem valores específicos de civilizações urbanas. A Carta levanta a questão de que muitas dessas cidades estão à mercê do modelo de urbanização originado pela industrialização e pela globalização, estando ameaçadas de destruição e degradação. Por essa razão, o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e de Sítios) considerou a formulação de recomendações para evitar perdas irreversíveis de caráter cultural e social.

Segundo o Conselho, para garantir a eficiência da preservação, ela deve estar inserida numa política maior de desenvolvimento econômico e social. Dentro os principais valores a serem preservados estão: a forma urbana, considerando seu traçado e parcelamento; as relações entre os espaços, sendo eles construídos, abertos ou verdes; a forma e os aspectos das edificações; a relação da cidade com seu entorno, seja natural ou artificial; e o respeito às vocações adquiridas pelo sítio com o passar do tempo. Ressalta-se a importância da participação e envolvimento dos moradores do local, afinal as intervenções dizem respeito primeiramente a eles. Recomenda-se também evitar o dogmatismo, levando em consideração as especificidades de cada caso.

Dentre os métodos a serem utilizados, é necessária a formulação de estudos multidisciplinares, compostos pela análise de dados para embasar as orientações e os tipos de ações a serem empregados. É preciso prezar pela articulação entre a parte histórica e o restante do conjunto da cidade. Os bens individuais ou conjuntos a serem protegidos particularmente, os que devem ser conservados e aqueles passíveis de demolição necessitam ser determinados e classificados pelas entidades responsáveis. Além disso, qualquer intervenção deve ser acompanhada de uma rigorosa documentação e da aprovação popular. São admissíveis novas construções ou inserções contemporâneas desde que estejam em harmonia com a organização espacial existente, respeitando o parcelamento, volume e escala. E por

fim, aconselha-se evitar que os grandes traçados rodoviários cheguem até os núcleos históricos, a adoção de medidas preventivas contra catástrofes naturais e danos, e a difusão de informações gerais relacionadas ao tema desde a idade escolar (CURY, 2004, p. 281-284).

#### 2.2.5. Conferência de Nara – 1994

Essa conferência tratou da questão da autenticidade. Teve como objetivos ampliar os horizontes no sentido de promover um maior respeito à diversidade e responder ao alargamento dos conceitos do que é patrimônio cultural. De acordo com o conselho, a principal contribuição patrimonial é iluminar a memória coletiva da humanidade, contrapondo-se a um mundo cada vez mais globalizado e homogêneo. A diversidade cultural e do patrimônio é uma fonte de informação sobre a riqueza espiritual e intelectual da humanidade, por isso são essenciais sua proteção e valorização. Essa heterogeneidade, formada pelas expressões tangíveis e intangíveis de cada comunidade, deve ser respeitada por parte das outras culturas em todos os seus aspectos. Para a UNESCO, o patrimônio cultural de cada um é também pertencente a todos, e a responsabilidade sobre sua salvaguarda está relacionada primeiramente a comunidade que o criou, e em seguida àquela que cuida dele. Além desses fatores, a adesão às cartas e recomendações internacionais implica em respeitar os princípios e responsabilidades preconizados. Aconselha-se a busca de um equilíbrio entre as necessidades da própria e de outras culturas, sem contudo abandonar os valores natos.

A conservação do patrimônio está relacionada aos valores que são atribuídos a ele. A aceitação desses valores é condicionada pelo grau de confiabilidade das informações a respeito do bem e ao levantamento das fontes. São considerados requisitos básicos para o reconhecimento da autenticidade do bem o levantamento quanto a sua originalidade e as transformações que sofreu ao longo do tempo. A autenticidade é o principal fator de atribuição de valores e está no centro dos planos de conservação e restauração. O julgamento se um patrimônio é ou não autêntico deve ser pensado no contexto cultural a que pertence, evitando-se critérios fixos (CURY, 2004, p. 319-322).

### 2.2.6. Carta de Brasília – Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade - 1995

Esta Carta foi redigida pelos representantes dos integrantes do Cone Sul levando em conta as peculiaridades destes países, diferentes em relação às nações européias ou asiáticas. É chamada atenção para o fato das culturas latino-americanas configurarem-se como culturas sincretistas e de resistência. Segundo o texto, uma cultura compreende o conjunto de ações criativas, e os valores e significados que atribuímos para nossas intervenções sobre a natureza e a sociedade.

Juan Batista Alberdi afirmava que cada povo deve adquirir sua própria cultura, e não tentar copiar as estrangeiras, independente de seu estado de avanço. Além disso, os países latino-americanos em especial, são caracterizados pela mistura das civilizações indígenas, européia colonizadora, crioula e negra, e por fim, pelas imigrações a partir do fim do século XIX. A carta nos lembra que devemos nos conscientizar e valorizar cada uma dessas heranças, e que a autenticidade desses valores se manifesta e se mantém através da veracidade dos valores que transmitimos à posteridade. A autenticidade está relacionada também com o conceito de identidade, entendido como uma forma de pertencer e participar. A identidade é ainda vista como mutável e dinâmica, podendo adotar ao longo do tempo valores diferentes em relação aos aspectos formais e conteúdos simbólicos de determinado patrimônio.

A identidade nacional é constituída de um conjunto de identidades variadas, e continua em processo de formação. Cada uma destas apresenta leituras de tempo e espaço diferentes, e todas devem ser levadas em conta ao se avaliar o que é autêntico. Edifícios são bens materiais dotados de uma mensagem. Podemos dizer que encontramos um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado. A mensagem original deve ser mantida, assim como as novas circunstâncias que se deram ao longo do tempo, assumindo um processo dinâmico e evolutivo.

O equilíbrio entre o edifício e seu entorno também é muito importante para a conservação da autenticidade de conjuntos urbanos com valor patrimonial.

Outro aspecto a ser levado em conta é a graduação de autenticidade de um bem, e a qualificação dessa autenticidade (no aspecto funcional, decorativo, edílico, entre outros), buscando-se interpretar as idéias que deram origem ao bem.

Concluindo, para a conservação da autenticidade, deve-se reconhecer e valorizar as tradições culturais locais, e estudar as técnicas apropriadas para sua preservação. As intervenções devem resgatar o caráter do edifício ou conjunto, sem transformar sua essência. A adoção de novos usos é recomendada, desde que sejam diagnosticadas quais as intervenções que o edifício aceita e suporta. É fundamental também que essas intervenções sejam reversíveis e se harmonizem com o conjunto (CURY, 2004, p.323-328).

## 2.4 QUESTÕES ATUAIS E FORMAS DE INTERVENÇÃO

Como se pode perceber pela leitura das cartas patrimoniais mais próximas dos nossos dias, aumentou-se consideravelmente a quantidade de monumentos considerados de valor cultural e também a preocupação com a preservação de conjuntos urbanos. De acordo com KUHL (1998), esse maior número de edifícios com atribuído interesse cultural acabou fazendo com que deixassem de ser vistos apenas como um relato do passado, mas também como inseridos nos valores sociais e econômicos da atualidade. Essa maior abrangência fez com que as formas de intervenção passassem a ser revistas, tanto pelo elevado número, como também pelo fato de que há muitos edifícios importantes pelo seu valor histórico, porém de valor estético limitado. Nesse contexto surgem as novas formas de atuação, como a **reutilização**, a **reabilitação** e **recuperação**. Ainda segundo a mesma autora, o italiano Giovanni Carbonara definiu que o tipo de intervenção a ser adotado depende do bem em questão. Para ele a “reutilização” é o meio que apresenta maior eficácia, tendo em vista que edifícios que permanecem sem uso deterioram-se com muito mais rapidez. Entretanto faz uma observação, de que a reutilização é uma forma de preservar o monumento, e não a finalidade da intervenção. Já a “manutenção” seria uma forma preventiva de conservar o bem e evitar o processo de restauro, que sempre acaba sendo traumático de alguma forma.

Por outro lado tem-se visto também um retorno da polarização entre conservação e restauração. Alguns defendem a conservação pura, como uma forma de manter o monumento como um relato histórico para as gerações posteriores. Entretanto, é necessário ponderar que até mesmo as intervenções consideradas simples de conservação de certa forma alteram as características da obra. O que vemos é que o debate é sempre marcado pela ponderação entre forças que são opostas, onde por um lado a conservação sozinha pode inibir a criação arquitetônica, e por outro as intervenções criativas podem apagar o valor histórico.

Segundo CASTRO (2002), a necessidade de reutilizar edifícios antigos gera um problema arquitetônico. Um primeiro passo seria uma intervenção preservativa, para garantir a integridade do monumento em questão. Esse tipo de ação gera uma série de questões de complexa resolução. Cabe ao arquiteto analisar o programa a ser instalado e perceber quanto dele pode ser acolhido pelo edifício histórico e quanto dele necessita estar inserido em uma intervenção contemporânea. Dessa forma, percebemos que um programa inserido em um sítio que já apresente algum bem de reconhecido valor cultural apresenta maior complexidade de resolução do que se inserido em um local sem a presença de um bem patrimonial. Isso porque as soluções arquitetônicas acabam sendo mais limitadas pela necessidade de respeitar o edifício preexistente. Entretanto, dizer que essas soluções são mais limitadas não significa dizer que são menos interessantes. Os novos elementos criados para possibilitar um novo uso devem estar de acordo com o antigo através de relações formais, topológicas, simbólicas e referenciais. É importante que as partes referentes ao passado e ao presente se completem, resultando num conjunto harmônico e que apresentem unidade, evitando-se intervenções ambíguas ou contraditórias. De acordo com CAPITEL<sup>4</sup> (1999, p. 11 citado por CASTRO, 2002, p. 62), é preciso que o responsável por realizar uma intervenção entenda de forma profunda a configuração do edifício em questão, aplicando recursos que respondam à suas carências e valorizem suas qualidades. Relações de interior-exterior, de cheios e vazios, de composição, organização dos elementos, hierarquia, devem ser compreendidas antes de realizar qualquer ação. Alguns princípios para auxiliar na

---

<sup>4</sup> CAPITEL, Antón. **Metamorfosis de monumentos y teorías de La restauración**. Madri: Alianza Editorial, 1999, p. 11.

composição arquitetônica são apresentados por GRACIA<sup>5</sup> (1992, p. 187, *apud* CASTRO, 2002, p. 63-66). Tratam-se de relações de conjunto, sendo:

- Relação de inclusão: Nesse caso a parte nova encontra-se inserida dentro do edifício antigo. Observa-se que tanto a forma como a proporção e a relação com o espaço externo da intervenção contemporânea dependem do edifício que a contém. Em casos onde o espaço intersticial entre os dois corpos é mínimo, o edifício antigo acaba servindo como um envoltório, ou uma “pele” para a parte nova.
- Relação de Intersecção: Ocorre quando o edifício original e a intervenção compartilham uma mesma área entre si, quando há uma interpenetração. A área comum entre os dois pode possuir características predominantes de algum deles, pode se fundir aos dois, ou pode também diferir-se dos dois, apresentando características próprias e atuando como elemento de ligação. Mesmo que apresente atributos diferentes do restante, esse corpo deve estar em harmonia com o conjunto.
- Relação de Exclusão: Aqui inexistem espaços comuns entre a parte nova e a antiga. Os edifícios não se tocam e são independentes entre si. Esse tipo de intervenção necessita da utilização ligações físicas, para que as relações entre as duas partes não sejam enfraquecidas. Um forma de estabelecer o fortalecimento da relação entre o existente e a intervenção é através da adjacência, com a justaposição dos volumes. O efeito desejado pode ser mais ou menos feliz de acordo com a geometria utilizada, podendo variar o grau de compatibilidade. Outra opção seria a proposição de um elemento conector neutro.

---

<sup>5</sup> GRACIA, Francisco de. **Construir en el construído**. Madri: Nerea, 1992, p.187

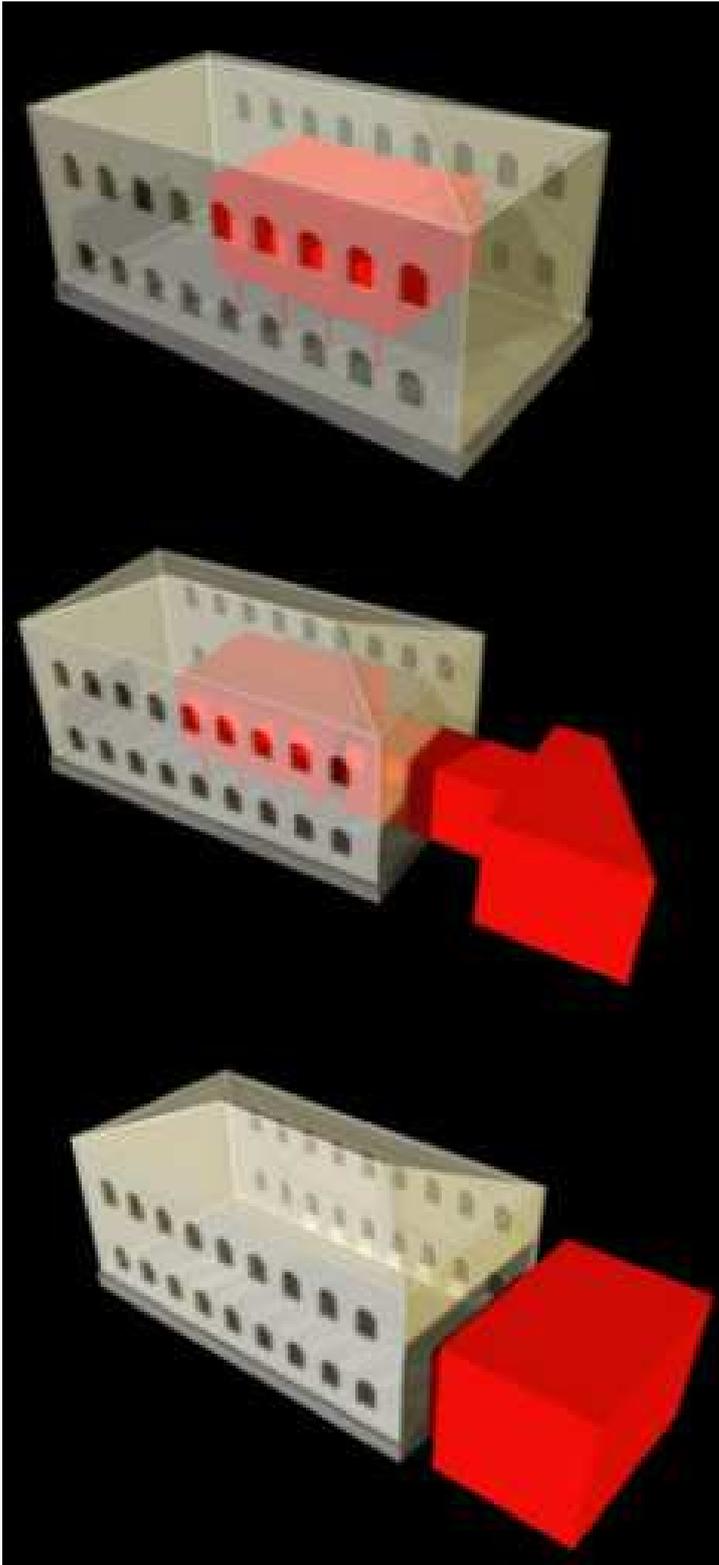


Figura 03 – Relações de inclusão, intersecção e exclusão  
Fonte: CASTRO (2002)

### 3 ANÁLISE DA REALIDADE – ANTONINA

Antonina foi o município escolhido para ser trabalhado por ser um dos núcleos urbanos mais antigos do Paraná, por sua história refletir muito dos ciclos econômicos do estado e por possuir um rico patrimônio arquitetônico, uma paisagem beneficiada pela localização entre o mar e a serra e um notável potencial cultural.



Figura 04 – Vista de Antonina a partir da baía  
Fonte: NASCIMENTO (2011)

#### 3.1 DESCRIÇÃO GERAL

O município brasileiro de Antonina localiza-se no estado do Paraná, na mesorregião metropolitana de Curitiba e na microrregião de Paranaguá (litoral). Encontra-se a 84 km da capital do estado via BR-277, e a 79 km via Estrada da Graciosa. Limita-se ao norte e a oeste com Campina Grande do Sul, ao sul e a oeste com Morretes, e a leste com Paranaguá, Guaraqueçaba e o Oceano Atlântico. Sua área territorial é de 882,317 km<sup>2</sup> e a população estimada em 2014 de 19.414 habitantes (IBGE, 2014). Está dividido em três distritos administrativos, sendo Antonina (sede municipal), Cachoeira e Cacatu. Sua altitude é de 20 metros e sua posição geográfica de 25°25' latitude sul e 48°42' longitude oeste (IPARDES, 2013).

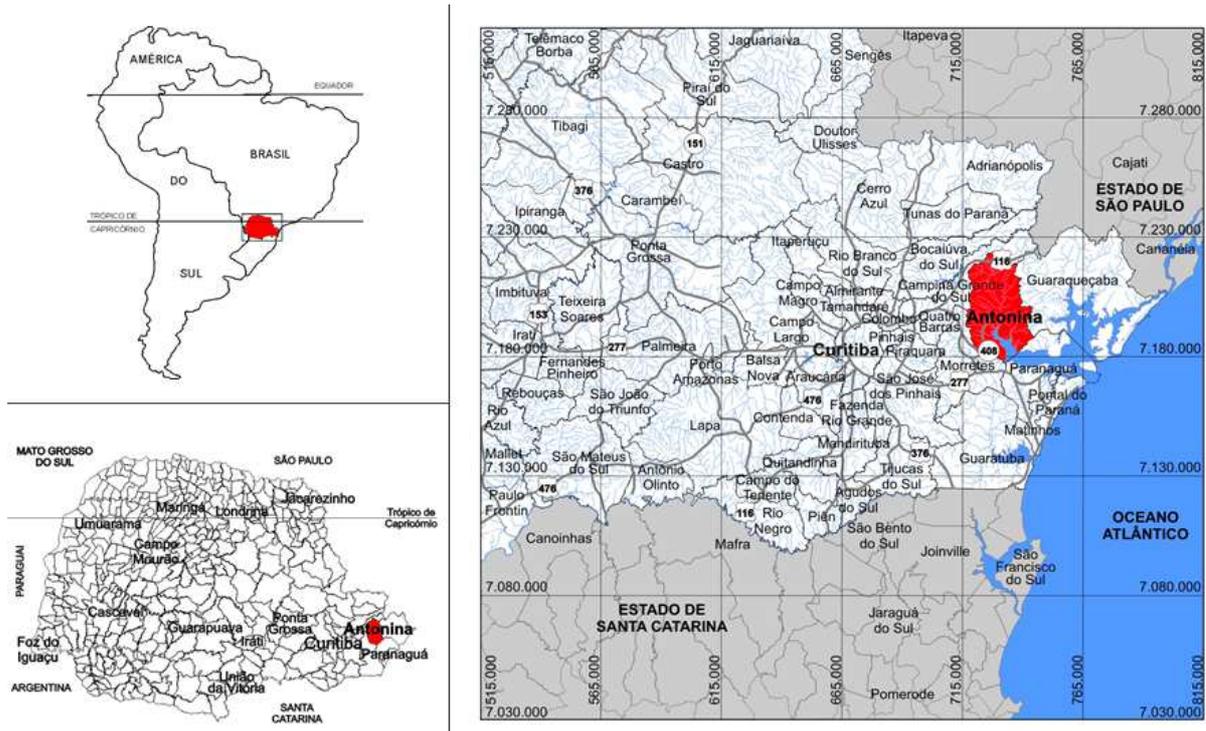


Figura 05 – Localização de Antonina  
Fonte: IPHAN (2010)

Quanto ao clima Antonina está inserida no Subtropical Úmido, ou Cfa segundo a classificação de Köppen. As chuvas são bem distribuídas durante o ano e a média de temperatura é superior aos 20°C, com geadas raras. A cidade é conhecida por seu microclima muito úmido e quente, devido ao posicionamento entre a serra e a baía. Essa conformação faz com que a área seja muito sujeita à passagem de frentes frias e quentes que ficam estacionadas devido à barreira formada pela Serra do Mar. A fauna e a flora do município estão categorizadas na Floresta Atlântica ou Floresta Ombrófila Densa. Esse tipo de mata é caracterizado por um aspecto fechado e denso durante todo o ano, devido as suas árvores perenifolias de grande porte que formam o dossel superior (SOMA<sup>6</sup>, 2005/2006, *apud* INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO (IPHAN), 2010). Enquanto nas regiões mais acidentadas localiza-se a vegetação mais alta com até 30 metros, nas partes suaves há a presença de exemplares como a canela-fogo, guamirim, ferro, guamirim-chorão e canela amarela. Ainda estão presentes a

<sup>6</sup> SOMA Soluções em Meio Ambiente & Prefeitura Municipal de Antonina. **Plano Diretor Municipal de Antonina**, 2005/2006.

mata de neblina na região da Serra do Mar, formada por arbustos, bromélias e orquídeas; e os manguezais, nas áreas junto à baía. Quanto ao relevo, as regiões mais altas estão localizadas ao norte e a oeste, com os diversos maciços que atingem altitudes superiores a 800 m. É bastante considerável o desnível entre as regiões mais altas e as mais baixas. Essas últimas localizam-se na porção sul, onde está também o perímetro urbano, caracterizado pelo relevo suave e a presença de morros isolados a oeste que emolduram a paisagem e fazem um contraponto à baía localizada a leste (PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, 1982).



Figura 06 – Porção de relevo plano junto à baía circundada por morros  
Fonte: IPHAN (2012)

Economicamente em Antonina há o predomínio das atividades do setor terciário. Parte considerável dos empregos está relacionada à gestão do município, ao turismo e a pequenos comércios que se localizam principalmente na região central. Além disso, tem destaque a atuação de dois portos na cidade: o Terminal Público Barão de Teffé e o Terminal privado Ponta do Félix. Segundo o IPARDES (2013), a contribuição para o Produto Interno Bruto para o ano de 2011 foi de R\$ 122468 do setor de serviços (56,51%), R\$ 85490 da indústria (39,45 %) e R\$ 8746 da agropecuária (4,04%). Dessa forma percebe-se que as atividades agropastoris, voltadas principalmente para a banana, a cana-de-açúcar, a mandioca, o palmito e

os bubalinos são pouco relevantes em relação aos outros campos, principalmente o terciário, que apresenta maior tendência de desenvolvimento.

### 3.1.1 Histórico

Estima-se que as primeiras ocupações realizadas por portugueses no interior da Baía de Paranaguá ocorreram na segunda metade do século XVII e estavam relacionadas à busca do ouro e captura de índios. Nessa época além da exploração do litoral, começava-se a despertar o interesse dos desbravadores pelas áreas interioranas. Dessa forma é provável que os núcleos primitivos na região de Antonina, localizada mais adentro na baía, estivessem relacionados ao potencial de entreposto para os exploradores do interior, que através dessa rota podiam ingressar ao planalto com maior facilidade. No final do século XVII, com a diminuição abrupta dos metais a serem explorados e dos índios capturados, as atividades dos colonizadores voltam-se para a agricultura, favorecendo a fixação dos moradores no território (IPHAN, 2010).

A ocupação portuguesa fixa em Antonina inicia-se junto com o século XVIII. Em 1712 o processo de formação urbana começa a definir-se com o recebimento de uma carta de sesmaria pelo Sargento Mor Manoel do Valle Porto, que instala um sítio denominado Graciosa e inicia trabalhos de mineração. Esta atividade começa a atrair colonos, que formam o povoado de Guarapiracaba (PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura, 1997).

A fundação da povoação é marcada pela construção da Capela de Nossa Senhora do Pilar, iniciada em 1714 por iniciativa de Valle Porto. Implantada no alto de uma colina, onde se encontra até os dias de hoje, apesar de bastante alterada, a capela passa a ser o centro da comunidade, que se dispõe ao seu redor. A importância dessa conformação inicial pode ser percebida atualmente pela denominação “capelista” que recebem os naturais de Antonina. Já em 1719, sob a alegação de que as viagens até a matriz de Paranaguá para confessar-se e assistir missa eram muito longas e perigosas para serem realizadas com frequência, a população de Guarapiracaba (atual Antonina), Graciosa e Cubatões (atual Morretes, na época pertencente a Antonina) solicitou que a capela fosse elevada à categoria de capela curada. Dessa forma foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar,

que contava na época com mais ou menos cinquenta casais (LEÃO, 1926). Após esse acontecimento decidiu-se ampliar a capela e completar sua nave, tendo a inauguração ocorrido em 14 de agosto de 1722. A implantação no topo da colina e voltada para o mar obedece à tradição dos colonizadores luso-brasileiros e demonstra uma maior importância da região litorânea em relação ao interior. O povoado abrangia nessa época além da Colina da Capela, a Rua Marquês do Herval, a Travessa Ildfonso e o Trapiche Macedo (PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, 1982).

No século XVIII, o acirramento da disputa entre portugueses e espanhóis gerou um clima de instabilidade nas colônias localizadas ao sul de São Francisco, propiciando uma corrente migratória para o norte. Nesse contexto a localização protegida de Antonina dentro da Baía de Paranaguá era um atrativo para as famílias que fugiam dos conflitos (IPHAN, 2010).

No final do século a população da vila era de 2.300 habitantes, que viviam de pesca, mineração e agricultura de subsistência. A exploração aurífera já se encontrava em decadência. As atividades agrícolas compreendiam arroz, mandioca, café, milho, cana de açúcar e feijão, sendo o excedente vendido para o mercado interno brasileiro. Em 6 de novembro de 1797 a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa passa à categoria de Vila, que compreendia também Porto de Cima e Morretes, com a denominação de Antonina, em homenagem ao Príncipe da Beira, Dom Antônio, filho de Dom João VI.

No início do século XIX Antonina tem seu crescimento impulsionado através da abertura dos portos, deixando de depender exclusivamente de realizar exportações e importações por Paranaguá e Santos. Até o ano de 1808 o Caminho da Graciosa encontrava-se fechado por uma solicitação de Paranaguá, que buscava neutralizar a cidade concorrente. Com a reabertura do caminho, os tropeiros vindos de interior carregados com madeira e erva-mate passam a utilizar o porto de Antonina para escoar a produção paranaense. Também nessa época eram construídas diversas embarcações que eram vendidas ao Rio de Janeiro, destacando-se o estaleiro localizado em São João da Graciosa, entre a cidade e Curitiba (IPHAN, 2010). Em 1835, a vila contava com 3310 habitantes e estavam sendo construídos os templos do Bom Jesus, no bairro do Saivá e de São Benedito, cultuado pela população negra. LEÃO descreve a conformação urbana da época:

O quadro da villa que, nesse tempo já contava com um trecho da rua da Charqueada (atual Rua Dr. Carlos Gomes da Costa), a Rua Direita (hoje Rua XV de Novembro), o pátio da Matriz (atual Praça Coronel Macedo), Ladeiras da Matriz e da Fonte, Ruas da Praia, do Lavapés e se projectavam as aberturas das Travessas de São Benedito e da Boa Vista a partir da Charqueada para o mar"... "As casas da face leste da Rua Direita faziam fundos para o mar e as da face oeste da Rua Larga de São Benedito iam com seus quintaes até o morro do Bom Brinquedo. Para os lados da velha Estação da Estrada de Ferro somente havia uma casa – a Chácara do Capitão Miguel Nunes Barbosa (LEÃO, 1926, p.19)



Figura 07 – Ilustração de 1872 de William Lloyd que mostra a disposição urbana já com a presença da Igreja Matriz e Igreja Bom Jesus do Saivá  
Fonte: CAMATI (2001)

Em 1853 o Paraná foi elevado à condição de província. Essa nova situação exigia melhores meios de comunicação entre o litoral e o interior. Para isso foi realizada a obra para redefinir o antigo caminho da Graciosa e torná-lo uma estrada calçada para o tráfego de carroções, inaugurada em 1873. Além disso, em 1885 foi concluída a ferrovia Curitiba-Paranaguá e em 1891 o ramal ferroviário Morretes-Antonina. Tais obras de infra-estrutura marcam o início da fase de desenvolvimento econômico de Antonina.



Figura 08 – Foto da área do antigo porto onde se podem ver os carroções que desciam a serra carregados de erva-mate  
Fonte: IPHAN (2010)

O primeiro trapiche da Vila datava de 1856, bastante precário. Nos anos seguintes percebeu-se a necessidade de melhorar o trapiche e de aterrar o porto na região onde hoje se encontra a Praça Dr. Romildo Gonçalves Pereira para permitir o aumento da atividade. Até esse momento o porto era considerado secundário em relação ao de Paranaguá, entretanto veio a ganhar importância com a inauguração da Estrada da Graciosa e posteriormente com a ligação ferroviária com Curitiba. Na década de 1910 o atracadouro de Itapema em Antonina é escolhido para a implantação das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, compostas de vila para funcionários, porto para embarque e desembarque, indústria de processamento de sal, açúcar e trigo, e extensão do ramal ferroviário.



Figura 09 – Complexo Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo  
Fonte: IPHAN (2010)

Outro fator que fez o movimento do porto da cidade em questão crescer extraordinariamente foi a desiquiparação das tarifas ferroviárias nos trechos Curitiba-Antonina e Curitiba-Paranaguá. Até o ano de 1926, apesar de o segundo trecho ser 24 km mais longo apresentava as mesmas tarifas. Após essa data, o valor cobrado passou a ser proporcional à distância, beneficiando Antonina (IPHAN, 2010). Nessa década, com as exportações de erva-mate e de madeira, em especial o pinheiro do Paraná, o porto atinge o nível de ser o quarto em importância no Brasil, apresentando 14 trapiches de madeira em 1000 metros de cais. Foi nessa época que a conformação urbana linear atual definiu-se, com dois pólos de atração em sentidos opostos. O primeiro a leste, marcado pelas Indústrias Matarazzo, onde se formou o bairro operário Itapema, e o segundo a oeste, em direção a Morretes, marcado pela estrada de acesso à cidade e o adensamento do bairro Batel (PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, 1982).



Figura 10 – Foto do início da década de 30 onde é possível ver o elevado número de trapiches presentes no porto  
Fonte: IPHAN (2010)

A década de 30 marca o início de uma série de acontecimentos que levou à decadência econômica de Antonina. Até essa época, os portos funcionavam basicamente no sistema de trapiches individuais pertencentes a empresas exportadoras privadas. Entretanto o crescimento na movimentação passa a exigir grandes investimentos por parte do governo estadual em infraestrutura. O poder público decide investir em melhorias no porto Dom Pedro II de Paranaguá, deixando Antonina em desvantagem. A mudança no padrão das embarcações com o aumento das dimensões e calados também veio a beneficiar o terminal parnanguara. Somado aos fatores anteriores, houve o fim do ciclo da erva-mate e da madeira, e em seguida a Segunda Guerra Mundial. A movimentação no porto decaiu, e muitos trapiches começam a ruir e os armazéns ociosos são demolidos. Na década de 40 começa a ser construída a BR-277 que liga diretamente Curitiba a Paranaguá. A conclusão da rodovia entre 1968 e 1970 vem acentuar a marginalização econômica de Antonina (IPHAN, 2010). Os fatores citados anteriormente levam ao fechamento

das Indústrias Matarazzo em 1972, o que agrava ainda mais a situação. Em 1976 o ramal ferroviário de ligação com Curitiba é desativado, por falta de movimento.

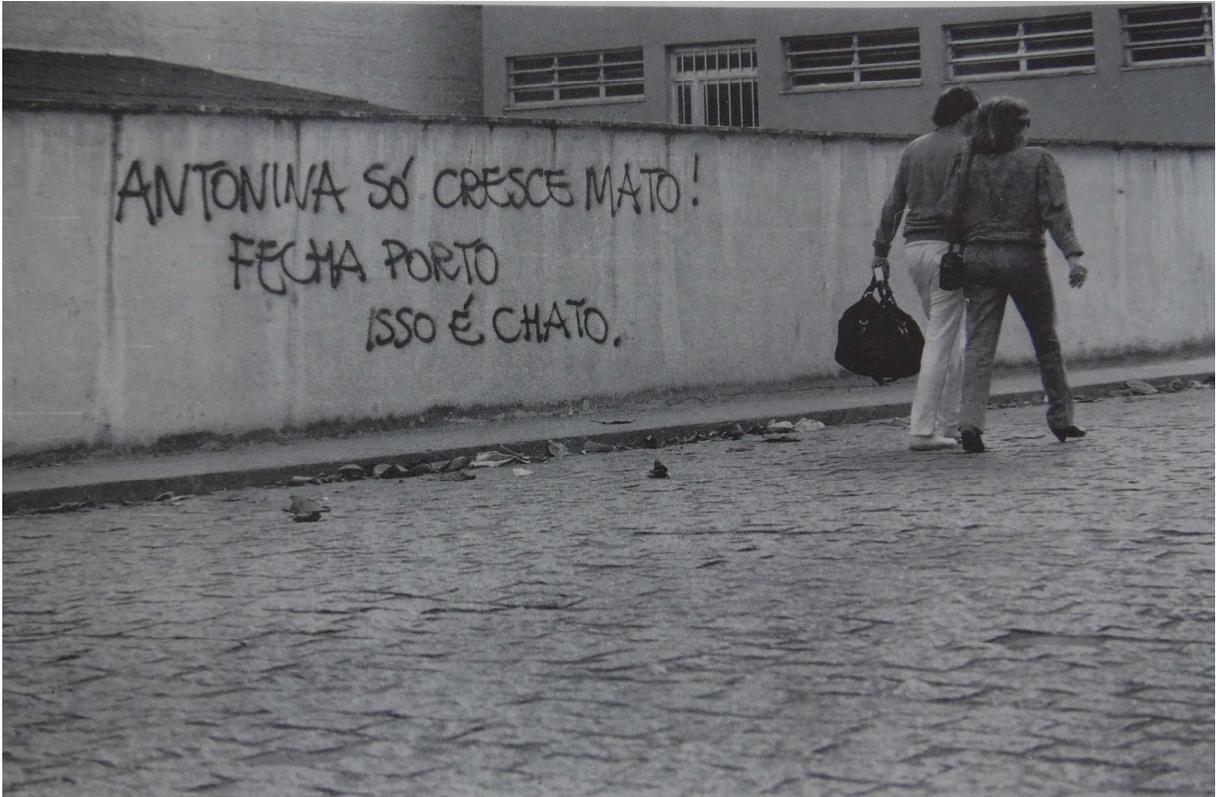


Figura 11 – Pichação em muro de Antonina  
Fonte: NASCIMENTO (1994)

A fisionomia urbana de Antonina sofre alterações devido a esses acontecimentos, com o deslocamento da população desempregada para áreas periféricas. Uma área chamada Portinho, localizada entre o Morro da Graciosa e o mar é ocupada por significativa parcela da população. O mesmo tipo de ocupação ocorre na Ponta da Pita, no outro extremo da cidade. Enquanto isso, o centro urbano passa por um processo de esvaziamento, com muitas propriedades arruinando-se pela falta de recursos ou pelo abandono (PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, 1982).

Em 1979, Antonina é eleita pela COPEL para abrigar o Terminal Energético do Estado do Paraná. Paralelo a isso existiam iniciativas de explorar as jazidas de ferro da cidade. Ambos os projetos não foram levados adiante, mas foram importantes no processo de busca de um novo ciclo para a cidade. Na década de 80, o turismo e o patrimônio cultural começam a ser valorizados e explorados no

município. A partir desses anos o governo estadual realiza estudos, como o Plano Básico de Antonina, elaborado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná, que inventariava as edificações do centro histórico e propunha ações. Em 1998 foi elaborado o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Antonina, pela Secretaria de Estado da Cultura. Tais projetos foram importantes por fazer um diagnóstico da situação da época e por propor alternativas para a recuperação da cidade, iniciando a discussão em torno das potencialidades do patrimônio cultural. Em 26 de janeiro de 2012, o Centro Histórico e Paisagístico de Antonina foi tombado pelo Iphan, após dois anos de análise. O tombamento inclui tanto a parte central abrangendo uma parte da baía, como também a área da Estação e Igreja do Saivá, o Complexo Matarazzo e o Sítio do Areião. Além da poligonal de tombamento foi determinada também uma poligonal de entorno, como forma de proteger a paisagem que emoldura o núcleo histórico (IPHAN, 2012).



Figura 12 – Poligonais de tombamento e entorno  
Fonte : IPHAN (2012)

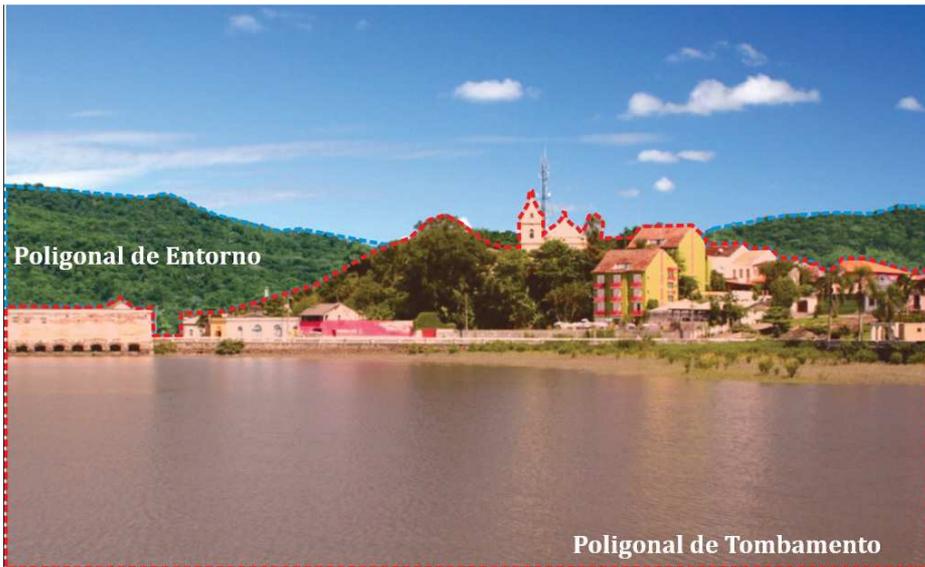


Figura 13 - Esquema demonstrando as poligonais de tombamento e entorno  
 Fonte: IPHAN (2012)

Em 2013 Antonina foi o único município paranaense contemplado com os recursos do programa federal PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Cidades Históricas, que vai repassar 36 milhões de reais para obras de restauro. Os bens que receberão investimentos são a Estação Ferroviária, o sobrado da Prefeitura, a Fonte da Laranjeira, a Fonte da Carioca, o Armazém Macedo, e as Igrejas de Nossa Senhora do Pilar, de São Benedito e do Bom Jesus do Saivá (ANTONINA, 2014).

No âmbito econômico, nesse período a atividade portuária vem buscando restabelecer sua importância. Em 1994 foi realizada uma licitação pública para construção e operação de um terminal portuário. Entre 1995 e 1999 foram realizadas as obras e obtidas as licenças necessárias, e em 2000 entrou em operação do Terminal Portuário da Ponta do Félix, especializado em embarque de produtos refrigerados (TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S/A, 2014). O porto público Barão de Teffé tem recebido recentemente algumas melhorias. Em 2012, uma área de 100.000 m<sup>2</sup> foi cedida temporariamente para a empresa privada Techint/SA, que irá desenvolver atividades relacionadas à construção de plataformas de petróleo (GAZETA DO POVO, 2012). Em 2013 foi inaugurado o novo prédio administrativo do porto, que não recebia manutenção há mais de 40 anos. Além disso, desde 2011 estão sendo realizadas obras de dragagem, que pretendem aumentar a profundidade atual de 8,30 para 10 metros, possibilitando uma melhor circulação dos navios (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA, 2014).

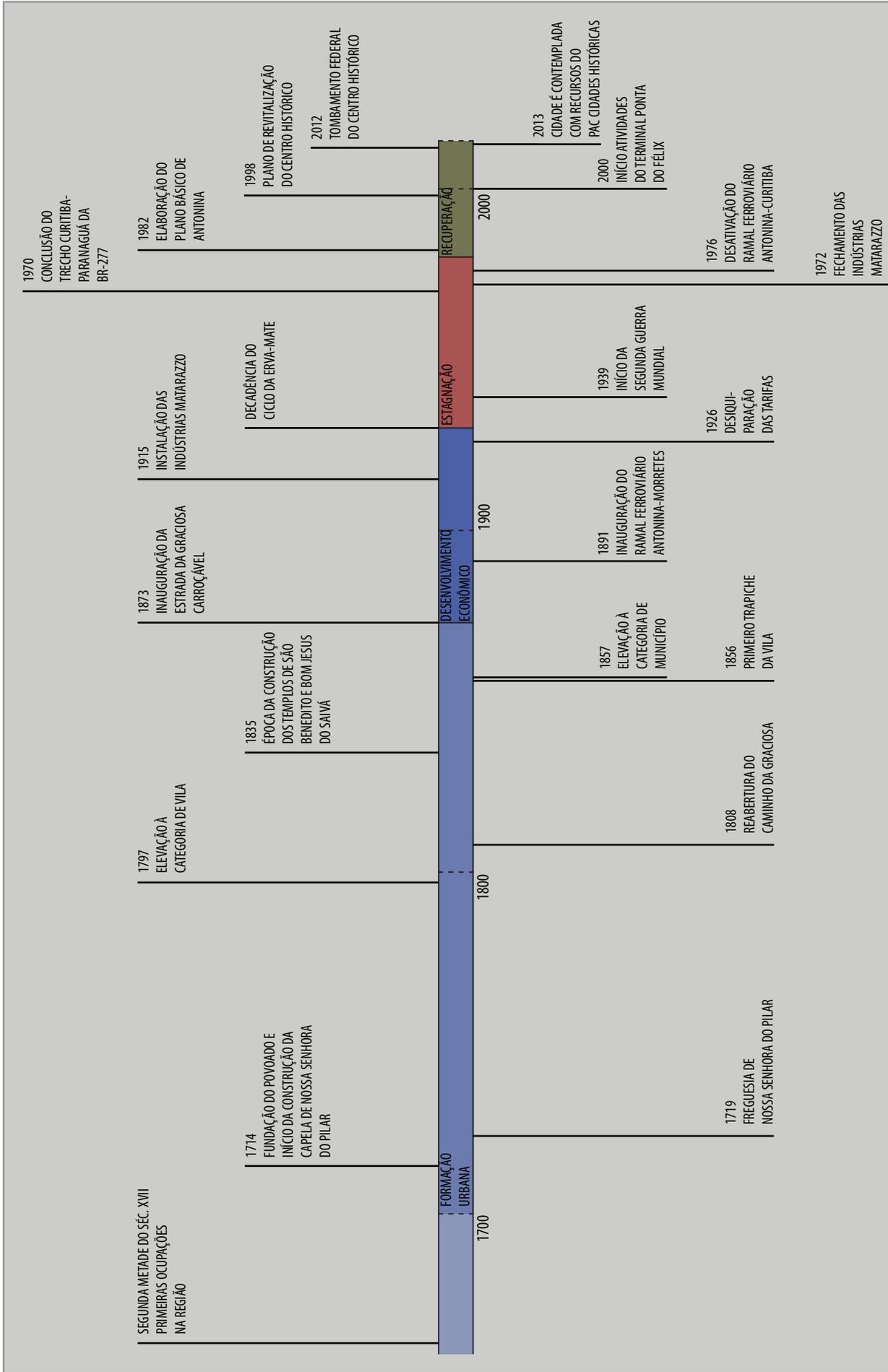


Figura 14 – Linha do tempo de Antonina. Fonte: O autor (2014)

### 3.1.2 Aspectos Culturais

Além do patrimônio material que está presente no centro histórico do município existem também as manifestações culturais que configuram um rico patrimônio imaterial. No mês de agosto são realizadas as festividades de Nossa Senhora do Pilar, celebradas desde o século XVIII. Nessas datas as ruas são tomadas por uma procissão que se inicia no morro em frente à Igreja Matriz, e é comum a presença de moradores das áreas rurais e das cidades vizinhas. Durante a Semana Santa também existe a apropriação das ruas pela população, com a encenação da Via Sacra.



Figura 15 – Festa de Nossa Senhora do Pilar  
Fonte: NASCIMENTO (1994)

Outro evento importante no calendário da cidade é o Carnaval. Embora não existam estudos aprofundados sobre sua história em Antonina, sabe-se que é comemorado há bastante tempo e começou com características do entrudo português (forma primitiva do carnaval), comemoração caracterizada por brincadeiras de rua, onde os participantes jogavam água uns nos outros. Com o tempo foram formando-se grupos ligados a clubes e famílias. Atualmente as

festividades do carnaval ocorrem na Rua Carlos Gomes da Costa, nas proximidades da Igreja de São Benedito e do Teatro Municipal. O evento é responsável por atrair muitos turistas à cidade, sendo um dos principais acontecimentos durante o ano. (IPHAN,2010).



Figura 16 – Mestre Sala e Porta-Bandeira em 1987  
Fonte: NASCIMENTO (2011)

O Festival de Inverno de Antonina é realizado pela Universidade Federal do Paraná desde 1991, e é voltado tanto para os estudantes como para a comunidade local, buscando a integração através de uma semana de imersão e diversos tipos de atividades. A edição de 2014 levou cerca de vinte mil pessoas para a cidade. As oficinas e espetáculos realizados ocuparam vários espaços do ambiente urbano, como o Teatro Municipal, a Praça Coronel Macedo, a Igreja São Benedito e algumas escolas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-reitoria de Extensão e Cultura, 2014).



Figura 17 – Festival de Inverno de Antonina  
Fonte: DUARTE (2011)

Musicalmente há a presença da Filarmônica Antoninense, que realiza esporádicas apresentações no Teatro Municipal ou no coreto da Praça Coronel Macedo. Além disso, no centro histórico de Antonina existe a tradição das serestas, onde grupos seguem cantando pelas ruas e param em casas onde existem inscrições com trechos de músicas antigas (IPHAN, 2010).

### 3.1.3 Caracterização Arquitetônica

A história de Antonina pode ser identificada na disposição e características de seu patrimônio arquitetônico. Com a povoação iniciada organicamente ao redor de uma capela, o núcleo urbano primitivo segue a tradição colonial luso-brasileira de construções no alinhamento predial, edificadas em alvenaria de pedra, sem afastamentos laterais e com lotes estreitos e alongados. Integrando o conjunto estão também as edificações ecléticas e art-déco, testemunho da época de maior desenvolvimento econômico.



Figura 18 – Vista a partir da rua Vale Porto em direção à Igreja Matriz  
Fonte: IPHAN (2012)

Desse mesmo tempo ainda restam alguns galpões e armazéns, a maioria em estado de ruína, que eram relacionados às atividades portuárias. As ruínas por sinal são numerosas no centro histórico e refletem o período de estagnação do município.



Figura 19 – O Armazém Macedo é a mais representativa das ruínas de Antonina  
Fonte: O autor (2014)

Ao lado das edificações históricas estão as construções contemporâneas, que salvo algumas exceções mais graves, estão em razoável harmonia com o conjunto. A maioria das construções apresenta gabarito de um ou dois pavimentos, e há ainda outra porção com três. Essa conformação somente é rompida por dois hotéis, que tem cinco pavimentos cada um. Merece destaque também o traçado das ruas, pela sua irregularidade e diversidade de perspectivas que proporcionam. As praças também tem importante papel de relato da morfologia urbana, sendo quatro as localizadas no centro histórico: a da Matriz, originária da época inicial da ocupação; a da Fonte da Carioca, na porção norte ao pé do morro; a Praça Romildo Gonçalves Pereira, na região aterrada onde antes se localizava o porto; e a Praça da Estação e da Igreja do Bom Jesus do Saivá.

Quanto ao uso, o centro histórico de Antonina é bastante diversificado e equilibrado quanto às funções. Abriga a maior parte do comércio e setor terciário do município, mesclado com a utilização residencial, o que mantém as ruas movimentadas até o período da noite. É notável também a proporção de espaços institucionais, que abrigam as praças, escolas, igrejas, rodoviária, mercado, entre outros. Um fator negativo é o número elevado de ruínas e terrenos ociosos. (IPHAN, 2010). Para ilustrar melhor o panorama arquitetônico da cidade serão descritas brevemente a seguir algumas de suas principais obras.

#### 3.1.4.1 Igreja Nossa Senhora do Pilar

Intimamente ligada com a fundação da vila, essa Igreja começou a ser construída no início do século XVII, dedicada a Nossa Senhora do Pilar, por iniciativa do Sargento-mor Manoel do Valle Porto. Implantada em um outeiro e voltada para o mar, teve sua capela-mor concluída em 1715, e posteriormente passou por uma ampliação, com a construção do corpo da nave, inaugurado em 1733. Entre 1926 e 1927, época de maior desenvolvimento econômico de Antonina, a igreja passou por uma restauração completa. Na década de 30 foi instalado o altar-mor atual, construído em mármore de Carrara. Em 1952 foi realizada outra intervenção para melhorar as condições de conforto interno, que entretanto não respeitou as características arquitetônicas originais. As esquadrias de madeira foram

substituídas por vitreaux de ferro, a cobertura foi alteada, o assoalho de madeira trocado por cerâmico e as pinturas parietais eliminadas. Na década de 70 foi realizada a construção de edifício anexo na sua lateral para abrigar a Casa Paroquial e a secretaria da Congregação Redentorista. Tal edificação prejudica a apreensão original da implantação da igreja. Externamente ainda é possível identificar as características tipológicas coloniais. A composição de volumes é marcada pela torre à esquerda e a nave com maior porte, e dois volumes recuados e mais baixos que abrigam a capela-mor e a sacristia. Os adornos na fachada e as esquadrias com acabamento em arco-pleno sugerem que a edificação passou por um processo de ecletização, provavelmente durante as intervenções da década de 20. A Igreja de Nossa Senhora do Pilar possui tombamento estadual desde 1999 (PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura, 2006).



Figura 20 – Igreja Nossa Senhora do Pilar  
Fonte: O autor (2014)

### 3.1.4.2 Fonte da Carioca

Essa fonte foi o principal meio de abastecimento da cidade até a década de 30 do século XX. Atualmente apresenta uma inscrição com o ano de 1867, entretanto é provável que essa seja a data de alguma alteração, visto que há referências de que a fonte é muito mais antiga. Já na época da primeira concessão de sesmaria em 1646 ela é citada, embora não se saiba ao certo quando e quem fez as primeiras obras de canalização do manancial. Ficou conhecida como fonte imperial, depois da visita de Dom Pedro II. Está implantada no Largo da Carioca, área praxeada na conjunção das Ruas Padre Pinto e João Gualberto. Arquitetonicamente apresenta tanque de forma quadrangular fechado em uma das extremidades com uma empena de tipologia barroca arrematada por voltas e contravoltas e ornamentada com pináculos. É possível ainda observar o adorno com as armas do império, executado em massa. A Fonte da Carioca está tombada estadualmente desde o ano de 1969 (PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura, 2006).



Figura 21 – Fonte da Carioca  
Fonte: O autor (2014)

### 3.1.4.3 Igreja Bom Jesus do Saivá

Essa igreja está implantada na Praça Carlos Cavalcanti, formando conjunto com a Estação Ferroviária de Antonina, e em sua lateral direita e nos fundos há a presença de um cemitério. Segundo a tradição oral, sua origem está relacionada com uma promessa feita por Dona Serafina Rodrigues Ferreira, esposa de Manoel José Alves, capitão-mor da vila na época, de construir uma capela para o Bom Jesus caso se recuperasse da doença que lhe acometia. Dessa forma, no início do século XIX foi criada a Irmandade do Bom Jesus do Saivá e a iniciou-se a construção. Com a morte de seus patronos, na década de 1830, a capela não chegou a ser concluída. Mesmo assim funcionou regularmente entre 1866 e o final do século XIX, até ser fechada em 1913. Na década de 1970 encontrava-se arruinada, quando foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, que posteriormente a restaurou. Com projeto do arquiteto Sérgio Todeschini, foi reinaugurada em 1976. Atualmente a igreja não recebe missas regulares, sendo mais utilizada para rituais fúnebres.

Arquitetonicamente, a Igreja do Bom Jesus do Saivá segue a composição tipológica colonial luso-brasileira (nave, torre sineira, capela-mor e sacristia) e apresenta poucas ornamentações. Suas paredes são em alvenaria de pedra. A fachada apresenta duas janelas na altura do coro, e frontão triangular com um óculo no meio e cruzeiro no vértice mais alto. A cobertura é feita com telhas do tipo capa-e-canal e os arremates em cimalha (PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura, 2006). O interior da igreja é bastante simples e grande parte dos elementos atuais como o forro, o coro, os bancos, o altar e o piso são provenientes da restauração realizada nos anos 70 (IPHAN, 2010).



Figura 22 – Igreja Bom Jesus do Saivá  
Fonte: ANA LUISA FURQUIM ARQUITETURA (2014)

#### 3.1.4.3 Estação Ferroviária de Antonina

O edifício eclético implantado na Praça Carlos Cavalcanti foi inaugurado em 1916, substituindo a antiga estação de madeira que se localizava no final da Rua Doutor Rebouças. A história do edifício está relacionada com as fases de desenvolvimento econômico de Antonina no século XX. Teve seu auge durante as décadas de 20 e 30, período de maior prosperidade. Após essa época vai perdendo importância, até a desativação do ramal ferroviário em 1977. Depois disso a circulação de trens só ocorreu de maneira esporádica. Entrou em processo de deterioração e em 2003 foi restaurada como parte do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Antonina, e passou a abrigar espaços culturais e administrativos da municipalidade. Atualmente ainda abriga alguns desses espaços e seu estado de conservação é razoável.

Arquitetonicamente, a estação é formada por dois blocos: a plataforma, com cobertura em duas águas e estrutura metálica, e o corpo principal, em alvenaria de tijolos. Esse último bloco abrigava o saguão, a bilheteria e espaços administrativos

das atividades ferroviárias. De estilo eclético, apresenta ornamentos em massa num arranjo simétrico em todo o edifício. A fachada voltada para a Praça Carlos Cavalcanti é mais adornada, e possui um pórtico com colunas jônicas e escadaria de entrada. As aberturas são acabadas em arco-pleno e emolduradas. O telhado é do tipo mansarda, com placas de ardósia na parte inferior, onde também estão presentes lucarnas emolduradas, e telhas de fibrocimento na parte superior (IPHAN, 2010).



Figura 23 – Estação Ferroviária de Antonina  
Fonte: IPHAN (2012)

#### 3.1.4.4 Igreja de São Benedito

Não se sabe exatamente quando começou a ser construída, mas segundo documentos em 1827 já estavam iniciadas as obras. Concluída em 1859, essa igreja era o refúgio religioso da população escrava. Situa-se na atual rua Carlos Gomes da Costa, antes conhecida como Largo de São Benedito, e sua implantação marca a expansão do centro histórico em direção noroeste.

A composição volumétrica é formada pela torre frontal, a nave, o altar e a sacristia. Construtivamente a igreja possui paredes de alvenaria auto-portante sobre alicerces de pedra, relacionada à tradição luso-brasileira. Esteticamente o edifício está relacionado ao ecletismo, com diferenciações entre a fachada da nave e a torre, indicando intervenções em diferentes épocas. Segundo LYRA (1982), a igreja foi reformada em 1931, 1970 e 1979. Na década de 70 houve as maiores alterações.

Externamente vários aspectos foram modificados, como a pintura, alguns vãos que foram fechados e a cobertura com telhas tipo capa-e-canal que foi substituída por telhas francesas. O interior também foi bastante descaracterizado, com a substituição do piso de madeira por piso cerâmico e intervenções no altar. Mesmo assim, a Igreja ainda apresenta grande relevância no centro histórico da cidade e forma um interessante conjunto com o Teatro Municipal (IPHAN, 2010).



Figura 24 – Igreja de São Benedito  
Fonte: O autor (2014)

#### 3.1.4.5 Teatro Municipal

Desde a metade do século XIX Antonina apresentava uma florescente vida cultural, com clubes literários e atividades voltadas para a música e o teatro. Com o crescimento das atividades portuárias, era comum que artistas em trânsito para Porto Alegre ou Buenos Aires fizessem paradas na cidade e se apresentassem. O caso mais lembrado é a passagem de Carmem Miranda, em 1933. O Teatro Municipal foi inaugurado em 1906, e desde então passou a abrigar os eventos culturais do município. Teve seu auge junto com o período de maior prosperidade de Antonina. Após esse período, com a decadência econômica antoninense, a atividade cultural começou a diminuir e o teatro perde espaço na vida cotidiana. Na metade do século XX é arrendado e começa a funcionar como cinema. Nessa época começam

a ser feitas “modernizações”, principalmente em sua fachada, que descaracterizam a edificação eclética por completo. O teatro foi se deteriorando até a queda de sua cobertura, em 1980. Nessa mesma década, por iniciativa do Governo do Estado, passou por um abrangente processo de restauração, com a retomada de suas características ecléticas. Fizeram parte dessa obra também a reconstrução do arco da Garagem Municipal, edifício vizinho que contribui para a ambiência, e a construção de anexo para abrigar os camarins.

Arquitetonicamente o edifício caracteriza-se pela farta ornamentação de inspiração eclética. Na composição destacam-se também os volumes do telhado, que tem a parte frontal dividida em três águas e lanternim, e a parte posterior, que é alteada para abrigar o pavimento cênico sobre o palco. Além do volume original de planta retangular que abriga o corpo do teatro, há o anexo nos fundos, bastante respeitoso em relação à construção original (IPHAN, 2010).



Figura 25 – Teatro e Garage Municipal em 1926  
Fonte: IPHAN (2010)

#### 4.1.4.6 Complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo

As indústrias Matarazzo iniciaram suas atividades na década de 1910. Segundo documentos, já em 1906 chegaram da Inglaterra por navio os materiais para construção do complexo e os equipamentos fabris. Em 1914 foi inaugurado o moinho de trigo e em 1916 o moinho de sal e açúcar. Além dessas atividades,

destacava-se a movimentação de embarque e desembarque de mercadorias no porto particular. Na década de 20 foi inaugurado o ramal ferroviário próprio para atender ao complexo. Durante mais de 50 anos, as Indústrias Matarazzo foram o maior empregador no município de Antonina. Ao redor de sua implantação formou-se um novo bairro operário. Com a decadência econômica de Antonina, no início dos anos 70 o complexo foi fechado, permanecendo inutilizado. No ano de 2003, um membro da família dos proprietários demoliu parte das residências para funcionários e alguns barracões. Esse ato acarretou sua prisão, pelo uso indevido de maquinário da empresa proprietária e desacato aos policiais. Os proprietários do complexo são favoráveis à sua demolição e foram contrários a inserção do conjunto no tombamento do centro histórico de Antonina.

As edificações em estilo inglês são de alto valor arquitetônico, tanto pela sua qualidade construtiva quanto por ser um dos poucos remanescentes da arquitetura industrial no litoral do Paraná. Além dos moinhos e do ramal ferroviário, integram o conjunto um armazém, escritório administrativo, unidade ensacadora e barracões, as residências para funcionários, escola, posto de puericultura, e o casarão que o proprietário usava quando estava na cidade (IPHAN, 2009).

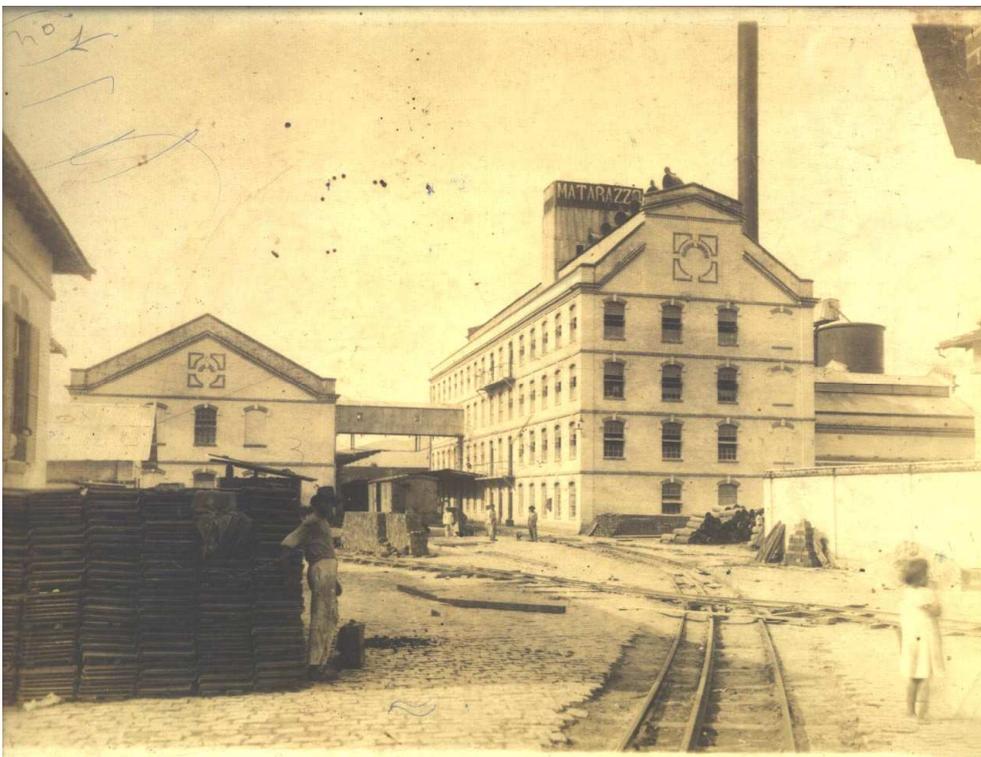


Figura 26 – Moinho e Unidade ensacadora do Complexo Matarazzo (Sem data)  
Fonte: IPHAN (2010)

#### **4. ESCOLHA DO SÍTIO – RUÍNAS E IMÓVEIS DESOCUPADOS EM ANTONINA**

Após compreender o significado de patrimônio cultural e a história e dinâmica do município de Antonina, passamos para a etapa de escolher o imóvel a ser trabalhado. Para tanto, foi realizado um levantamento em campo dos diversos edifícios em estado de arruinamento ou desocupados que apresentem valor arquitetônico dentro da área da poligonal de tombamento estabelecida pelo IPHAN. Foram levantados fotograficamente 14 edifícios. É importante lembrar que esse número trata-se apenas da maioria dos edifícios nesse estado dentro da área delimitada, e não de sua totalidade. Exemplares que já se encontram muito descaracterizados ou onde resta apenas uma parte pouco significativa da construção original foram desconsiderados. O conjunto das Indústrias Matarazzo também ficou de fora da seleção, por tratar-se de um complexo muito grande e fechado, de difícil acesso.

IMÓVEIS DESOCUPADOS OU EM  
ARRUINAMENTO DENTRO DA POLIGONAL  
DE TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO  
E PAISAGÍSTICO DE ANTONINA - PR

LEVANTAMENTO REALIZADO EM  
SETEMBRO - 2014



Figura 27 – Mapa de localização e levantamento fotográfico de imóveis desocupados/arruinados  
Fonte: O autor (2014)



Das 14 edificações levantadas, observa-se que metade apresenta gabarito de 01 pavimento, e a outra metade configura-se em 02 pavimentos. Quanto à situação atual, podemos ver que existem variações entre os casos citados. A maioria encontra-se além de abandonada, em estado de conservação de avançado arruinamento. Entretanto existem situações distintas, onde o edifício original ruiu sobrevivendo apenas a fachada, mas existe algum uso dentro do terreno. Observam-se dois casos assim: no primeiro a fachada tomada pela vegetação abriga no interior do terreno uma piscina da edificação vizinha; e no segundo persiste apenas a fachada voltada para a rua, e nos fundos do terreno funciona um restaurante. A terceira situação é ilustrada por uma casa eclética na Rua XV de novembro: o edifício encontra-se abandonado, com vegetação densa tomando conta do terreno, porém a construção ainda apresenta um bom estado de conservação, sem iniciar o processo de arruinamento.

É interessante observar que quase metade das construções arruinadas em questão localizam-se muito próximas à região do antigo porto, confirmando a tendência de abandono que ocorreu especialmente nessa área. Quanto à inserção no terreno, 11 das edificações apresentam a tipologia tradicional da cidade colonial: a fachada ocupa toda extensão voltada para a rua e o terreno é alongado em direção ao fundo; no caso de terrenos de esquina, a fachada apresenta formato um pouco menos alongado, com a fachada ocupando a extensão voltada para as duas ruas. Os outros dois casos tratam-se de inserções ecléticas no terreno, com entrada e espaços livres nas laterais do terreno. O último caso é o do antigo Armazém Macedo, localizado isolado em espaço aterrado dentro da baía.

#### 4.1 ANÁLISE DAS EDIFICAÇÕES

Após essa breve abordagem, foram definidos pelo autor os cinco casos mais interessantes para serem analisados com maior atenção com o fim de definir o edifício escolhido para propor uma intervenção. Para essa pré-seleção foram levados em consideração fatores como a localização, relevância arquitetônica, área da edificação, área do terreno e estado de conservação. A definição de metragem quadrada de cada edificação foi estimada, utilizando-se o mapa cadastral da Prefeitura Municipal e imagens de satélite.

#### 4.1.1. Sobrado à Rua Antonio Prado, 26

Edificação luso-brasileira em dois pavimentos totalizando 500 m<sup>2</sup> e terreno de 370 m<sup>2</sup>. Localiza-se em uma área interessante, em frente ao mar e ao mercado da cidade. Além disso, está situada próxima à rodoviária. Segundo descrição do Plano Básico Urbano de Antonina (1982), já naquela época apresentava o pavimento superior abandonado, enquanto o térreo era usado comercialmente. Estava em mau estado de conservação e eram propostas a restauração de sua fachada e cobertura, reforma interna para abrigar novo uso e consolidação da estrutura. Em 1998, com a edificação já arruinada, foi proposta pelo Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Antonina a sua recuperação para abrigar a sede da UFPR na cidade. Chegou a ser elaborado um projeto que, entretanto não foi executado.



Figura 29 – Sobrado localizado na Rua Antonio Prado  
Fonte: O autor (2014)

#### 4.1.2 Imóvel esquina Rua Antonio Prado e Rua João Viana

Edificação luso-brasileira de gabarito térreo com área de 230 m<sup>2</sup> e terreno 230 m<sup>2</sup>, vizinha à construção citada anteriormente. Apresenta a mesma situação de proximidade com o mercado, o mar e a rodoviária. No Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Antonina (1998) é possível perceber que o imóvel já estava bastante degradado, e foi proposta a sua recuperação para posterior leilão. Naquela data o projeto arquitetônico já estava elaborado, porém não chegou a ser executado. Atualmente parte da fachada encontra-se recomposta, mas o edifício continua sem uso.



Figura 30 – Imóvel localizado na esquina entre a Rua Antonio Prado e Rua João Viana  
Fonte: O autor (2014)

#### 4.1.3 Casarão à Rua João Viana, 208

Edificação de tipologia eclética com 500 m<sup>2</sup> e terreno com 1580 m<sup>2</sup>. Localiza-se ao pé do Morro do Bom Brinquedo, próxima ao mar, à rodoviária e à Fonte da Carioca. Trata-se de um dos poucos exemplares da cidade de arquitetura eclética com entrada lateral. Pelo seu muro pode-se ver que o terreno ocupava toda a extensão da quadra voltada para a Rua João Viana. Em 1982 foi descrita no Plano Básico de Antonina como em ótimo estado de conservação, apresentando uso residencial e foi recomendada a manutenção desse uso. No caderno de Subsídios Técnicos para o Tombamento do Centro Histórico de Antonina de 2009 a edificação já aparece abandonada, com perda de parte do telhado. Atualmente o telhado é inexistente.



Figura 31 – Imóvel localizado na Rua João Viana  
Fonte: O autor (2014)

#### 4.1.4 Imóvel à Rua XV de Novembro, 232

Edificação romântica com 470 m<sup>2</sup> e terreno com 390 m<sup>2</sup>. Localiza-se na rua de maior movimentação e uso comercial dentro da cidade. Em 1982, de acordo com o Plano Básico Urbano de Antonina, o imóvel tinha uso comercial, abrigando o Café do Paraná – Secretaria de Agricultura e posto de venda. Apresentava bom estado de conservação externa. Em 1998, o processo de arruinamento já havia acontecido. Assim como aconteceu com as outras edificações, teve proposta sua recuperação para posterior leilão. Mesmo com o desenvolvimento de projeto arquitetônico na época as intenções não foram levadas adiante.



Figura 32 – Imóvel à Rua João Viana  
Fonte: O autor (2014)

#### 4.1.5 Imóvel esquina Rua Antonio Prado e Benedito Silva

Ao olhar com maior cuidado as ruínas que hoje parecem pertencer a uma só edificação, percebe-se que na verdade tratava-se de um conjunto de 3 construções independentes. As duas edificações laterais eram térreas e a do meio apresentava dois pavimentos, somando uma área total de 800 m<sup>2</sup> e terreno de 880 m<sup>2</sup>. O conjunto possui uma localização interessante por estar em frente à Praça Romildo Gonçalves Pereira. No Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Antonina teve sua recuperação proposta para posterior leilão, que acabou não acontecendo.



Figura 33 – Esquina entre as Ruas Antonio Prado e Benedito Silva

Fonte: O autor (2014)

## 4.2 COMPARAÇÃO

Após descrever as cinco edificações pré-selecionadas vamos prosseguir com a comparação entre elas, analisando suas potencialidades e suas deficiências. A tabela a seguir sintetiza as principais informações.

	<b>EDIFÍCIO 01</b>	<b>EDIFÍCIO 02</b>	<b>EDIFÍCIO 03</b>	<b>EDIFÍCIO 04</b>	<b>EDIFÍCIO 05</b>
<b>ÁREA TERRENO</b>	370 m <sup>2</sup>	230 m <sup>2</sup>	1580 m <sup>2</sup>	390 m <sup>2</sup>	880 m <sup>2</sup>
<b>ÁREA EDIFICAÇÃO</b>	500 m <sup>2</sup>	230 m <sup>2</sup>	500 m <sup>2</sup>	470 m <sup>2</sup>	800 m <sup>2</sup>
<b>GABARITO</b>	02 pvto	01 pvto	02 pvto	02 pvto	01/02 pvto
<b>ARRUINAMENTO</b>	Parcial em 1982	Anterior a 1998	Anterior a 2009	Anterior a 1998	Anterior a 1998

Tabela 01 – Comparativo entre as edificações.

Fonte: O autor (2014)

Quanto à localização dentro do centro histórico, todos os edifícios apresentam algum tipo de potencial. Os três primeiros casos possuem uma ligação com a vista para o mar, o mercado e a rodoviária. Já o quarto caso tem como vantagem estar inserido na rua XV de Novembro, principal eixo do centro histórico e que concentra a maioria das atividades. O último caso tem como ponto positivo a ligação com a Praça Romildo Gonçalves Pereira onde ficava o antigo porto, e considera-se que uma intervenção ajudaria a requalificar esse entorno.

Outro fator analisado foi a relevância arquitetônica dos edifícios. Os casos 03 e 04 foram considerados os mais interessantes, notando-se que quando foram construídos houve um maior cuidado com a sua composição. Os casos 01 e 02 são mais despojados, apresentando uma composição de maior simplicidade. Já o caso

05, que é também o mais descaracterizado atualmente, considerou-se como o de menor valor estético entre as edificações pré-selecionadas.

Em relação à implantação, a proximidade entre os dois primeiros edifícios chega a sugerir uma intervenção que os una. A desvantagem fica no fato de que no caso 01 a parte do terreno fora da projeção da edificação disponível para receber a intervenção contemporânea é muito pequena e localiza-se nos fundos. Não queremos dizer que isso impossibilite a intervenção, mas acaba deixando-a mais “engessada”, uma vez que quase todo o novo programa teria que estar inserido dentro do edifício histórico. O mesmo ocorre de certa forma com os casos 02, 04 e 05. A exceção é o casarão eclético de esquina localizado na rua João Viana, que apresenta tipologia com soltura dos limites do terreno tanto nas laterais como nos fundos. Essa conformação permite uma maior gama de possibilidades de intervenção. Além disso, é o maior de todos os terrenos analisados.

Levando em consideração essa análise, pré-selecionamos o casarão eclético da Rua João Viana (Caso 03) para prosseguir com o trabalho. A justificativa é sua localização, com vista tanto para a baía como para o centro histórico, o terreno de esquina que apresenta dimensões consideráveis, a sua implantação que possibilita a visualização das quatro fachadas a partir da rua e a imponência de sua arquitetura dentro do conjunto histórico de Antonina. Após entrar em contato com o proprietário do imóvel e conseguir a autorização para entrar no sítio para conhecimento e realização de levantamento, confirmou-se a escolha.

## 5 ANÁLISE EDIFÍCIO HISTÓRICO – CASARÃO GOMES

### 5.1 HISTÓRICO

Os primeiros registros encontrados sobre essa residência, através de material fotográfico, datam do início do século XX. Em imagem atribuída ao ano de 1909, é possível observar uma configuração da casa um pouco diferente da observada atualmente (Figura 34). Os vãos das portas e janelas apresentavam verga reta, não estava presente o friso que adorna as fachadas e não havia a platibanda frontal. Nessa época apresentava mais características de um sobrado colonial. Segundo Rodrigo José Gomes, atual proprietário do imóvel, acredita-se que seu bisavô Manoel Gonçalves Cordeiro Gomes comprou a casa ainda inacabada e depois finalizou as obras. Portanto não se pode afirmar se essa foto ilustra uma configuração anterior da residência ou um momento em que ela ainda não estava concluída.



Figura 34 – Edifício visto de cima, em 1909  
Fonte: IPHAN (2010)

Manoel Gonçalves Cordeiro Gomes (1861-1931) foi um ativo comerciante na cidade e proprietário de um importante engenho de beneficiar arroz. Dessa forma o andar térreo do casarão provavelmente era utilizado para comercialização de secos. Manoel foi também prefeito interino de Antonina em 1908. Era casado com Guilhermina Lacerda Gomes (1870-1951), com quem teve dez filhos.

O próximo registro fotográfico encontrado é do início da década de 20 (Figura 35). Nessa foto já é notável a alteração de algumas características do casarão, agora com as feições ecléticas que persistem até hoje. Tanto as portas como as janelas passam a apresentar vãos em arco, e é inserida a platibanda frontal. Outro fato que chama a atenção na foto é o entorno da residência. A região norte da cidade era ocupada principalmente por galpões e pátios ligados à atividade portuária. Também se pode observar tanto na foto de 1909 como na de 1921 que a casa ocupava um terreno de grande tamanho com vegetação abundante.

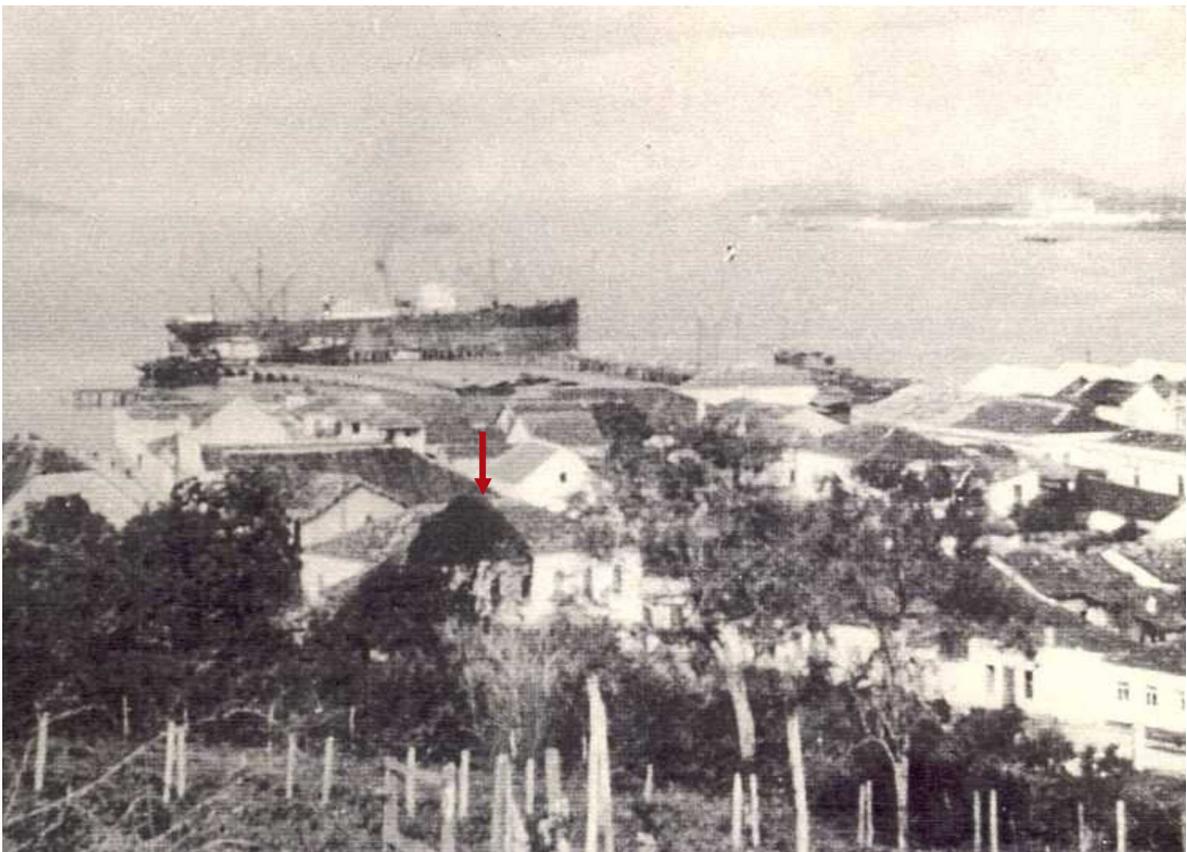


Figura 35 – Fotografia de 1921, tirada do mesmo ângulo da foto anterior  
Fonte: IPHAN (2010)

Através da análise de uma foto da década de 30, tirada de outro ângulo (da baía para a cidade) pode-se constatar mais nitidamente a presença do pequeno

anexo construído nos fundos da casa para abrigar as instalações sanitárias. Nessa mesma imagem confirma-se a situação do entorno na época, voltado para as atividades portuárias, inclusive com um trapiche saindo da projeção da rua onde se localiza a casa (Figura 36). Já em registro da década de 40 nota-se que o casarão, por estar localizado ao pé do morro, ocupava uma posição imponente dentro do conjunto de centro histórico. Além disso, sua cumeeira ultrapassava em altura quase todas as construções do entorno (Figura 37).

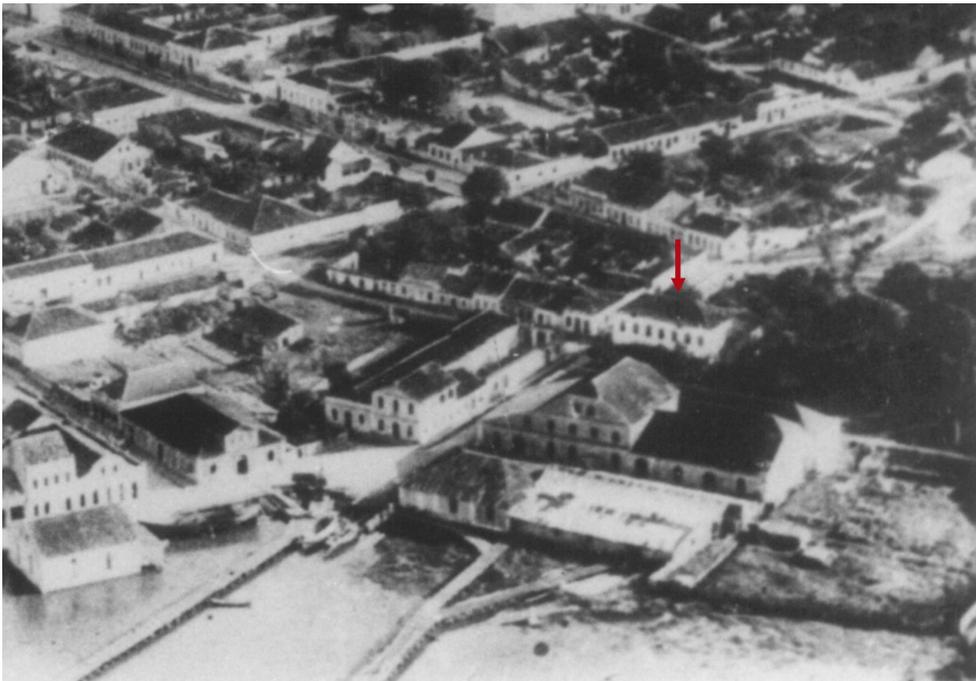


Figura 36 – Vista na década de 30  
Fonte: IPHAN (2010)

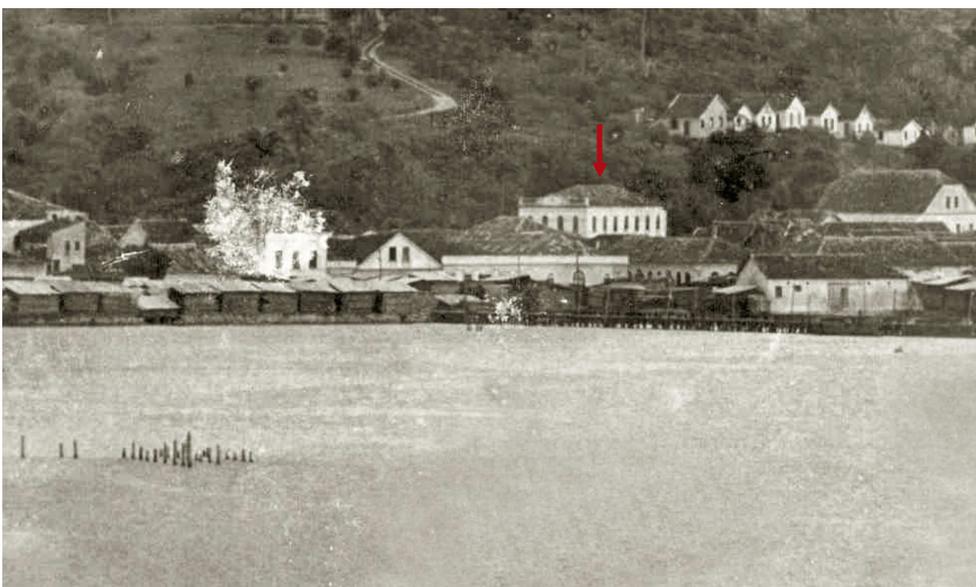


Figura 37 – Vista na década de 40  
Fonte: IPHAN (2010)

Uma foto sem data do acervo familiar dos Gomes revela um dado interessante que não aparece em nenhum dos outros registros fotográficos. Onde hoje estão as duas janelas centrais do pavimento térreo antes havia duas portas, possibilitando o acesso direto através da rua. Uma evidência dessa antiga condição pode ser observada atualmente devido ao fato de que as duas janelas centrais são ligeiramente mais largas que as outras duas laterais. Uma questão que fica indefinida é como se dava o acesso, uma vez que o nível interno é consideravelmente mais alto que o nível da rua. Como a foto não vai até o nível do chão não é possível saber se havia alguma escada frontal ou algo do gênero (Figura 38).



Figura 38 – Registro do antigo acesso frontal. Sem data  
Fonte: Acervo família Gomes

Durante o período da decadência econômica da cidade, o entorno onde está inserido o imóvel passou por grandes alterações, com a extensiva ocorrência de demolições e abandono de uso. Em foto da década de 60 nota-se a ruína dos galpões vizinhos à edificação, assim como a presença da rodoviária no centro, onde antes havia edificações históricas. Embora as construções do seu entorno tenham sido afetadas, o casarão Gomes ainda estava sendo usado e apresentava bom estado de conservação (Figura 39). A mesma situação pode ser observada ainda

em foto década de 80. Nesse período os espaços vazios deixados pelas demolições na área passaram a receber edificações contemporâneas. Observa-se nessa foto que as portas térreas já haviam sido trocadas por janelas (Figura 40).



Figura 39 – Foto aérea da década de 60  
Fonte: IPHAN (2010)

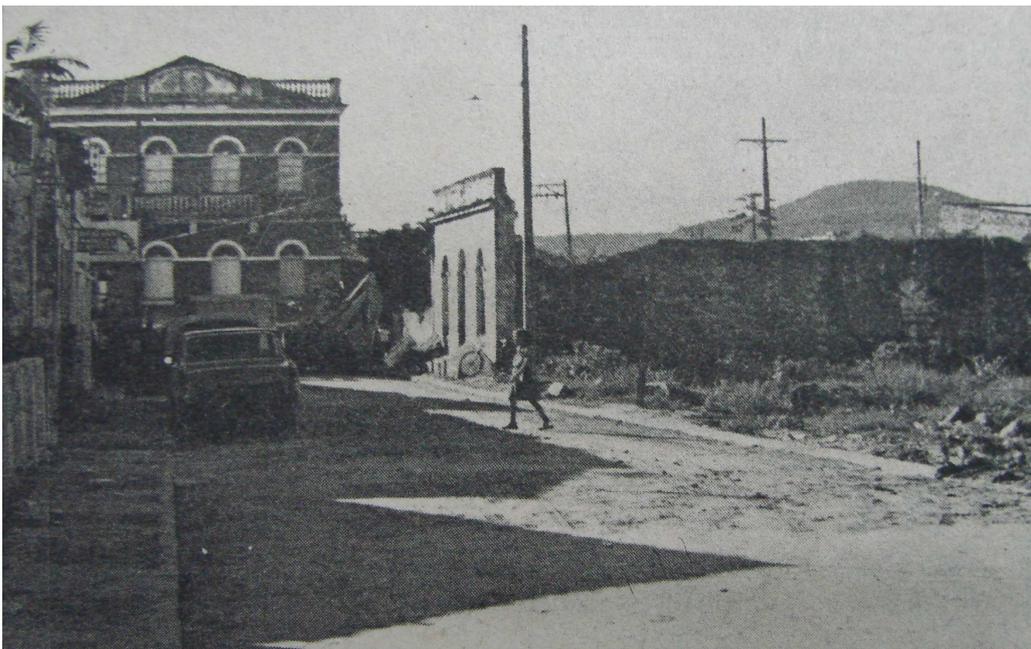


Figura 40 – Foto a partir da Rua Mestre Vicente da década de 80  
Fonte: IPHAN (2010)

Segundo Rodrigo José Gomes, após a morte de seu bisavô, a família continuou morando na casa. Depois a propriedade passou para um dos filhos de Manoel. Algum tempo passado, a residência foi vendida à um segundo proprietário e mais tarde adquirida para Artur Aymoré e Virgínia Sá e Santos. Ambos residiam em Brasília, porém mantinham caseiros cuidando do edifício.

Em 1989, a pedido desses proprietários foi realizado um levantamento com o fim de produzir um projeto de reforma interna e conservação. Nesse levantamento a estrutura do telhado e o barroteamento do piso são descritos como em estado precário. O projeto, que não chegou a ser executado, previa a construção de uma laje de concreto entre os dois pavimentos, além de uma escada interna conectando-os. As divisórias do interior receberiam uma nova disposição e o terreno seria melhor ocupado com a construção de uma piscina, uma sauna e um anexo junto ao muro dos fundos para garagem e residência da empregada.

Em 1990, o casarão voltou a ser adquirido por um dos netos de Manoel Gomes, José Luiz Coelho Gomes (1941-1995), que habitou o imóvel juntamente com sua família até o seu falecimento. Com a morte do proprietário, o edifício ficou gradualmente desocupado, devido ao fato de sua viúva Eliane do Rocio Gomes (1954-2010) e filhos fixarem residência em Curitiba. Em foto de 2009, é possível observar o estado de degradação em que se encontrava o telhado (Figura 41). No ano seguinte, a família resolveu realizar uma obra de substituição de toda a estrutura de cobertura. Enquanto estavam sendo realizados os trabalhos ocorreu o falecimento da proprietária, que acarretou a paralisação da obra. Desde então não foi possível executar um projeto de recuperação do edifício, que têm sua degradação acelerada pela ausência da cobertura.



Figura 41 – Foto de 2009 onde é evidente a degradação do telhado  
Fonte: IPHAN (2010)

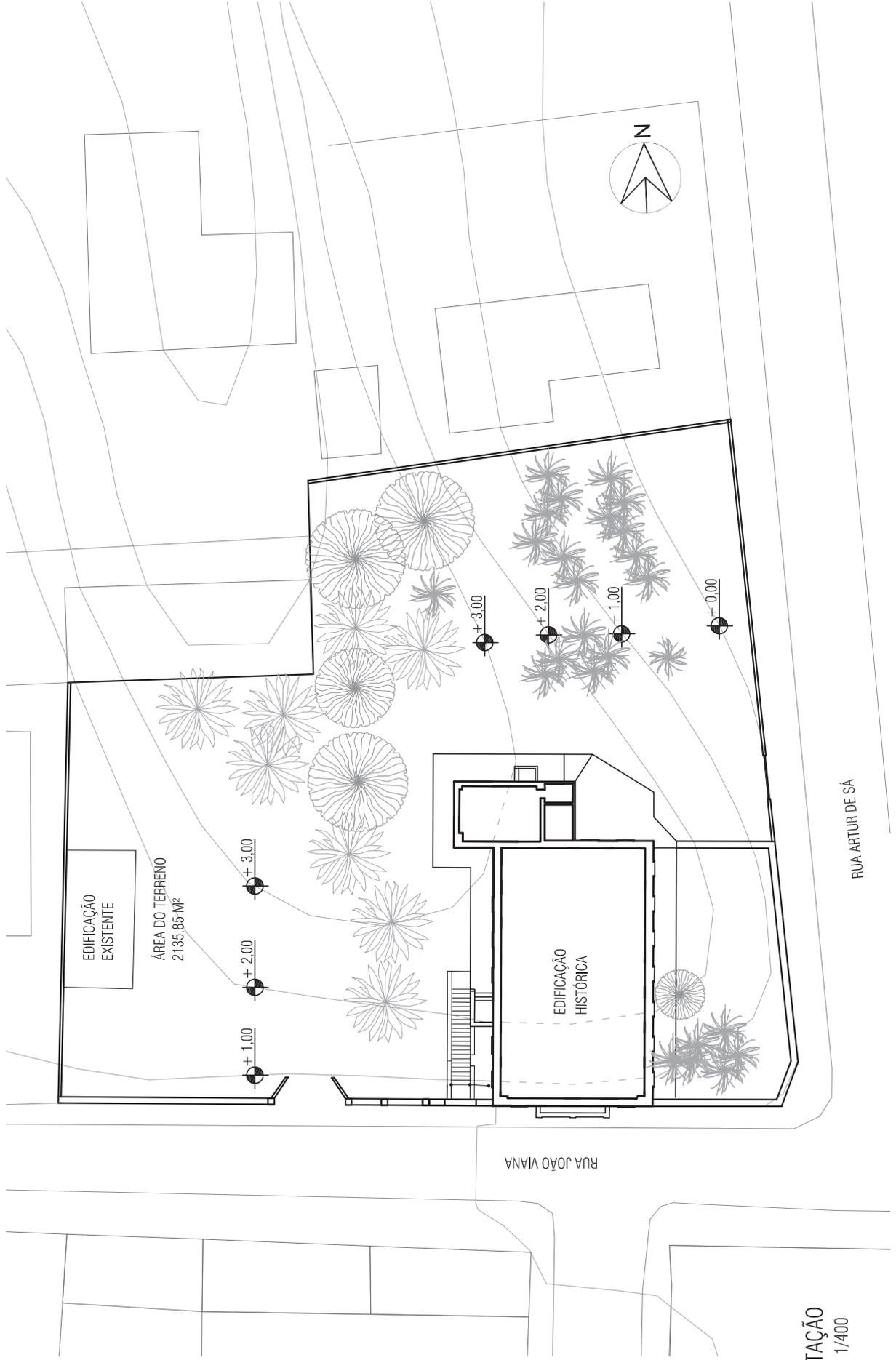
## 5.2. ARQUITETURA

O edifício de linguagem eclética possui dois pavimentos com acesso lateral através de uma escada. Não existe ligação interna entre os dois níveis e o pavimento térreo apresenta planta com desenho bastante recortado, devido à presença de formações rochosas no local. Provavelmente, o térreo era destinado à atividades comerciais, enquanto o pavimento superior era utilizado como residência. A fachada principal encontra-se no alinhamento predial, enquanto as fachadas laterais são isoladas das divisas, apresentando aberturas em todas as faces. A ornamentação é bastante contida e a composição geral rígida e simétrica.

A seguir serão apresentados o levantamento arquitetônico e uma descrição mais detalhada de cada elemento que compõem o edifício.

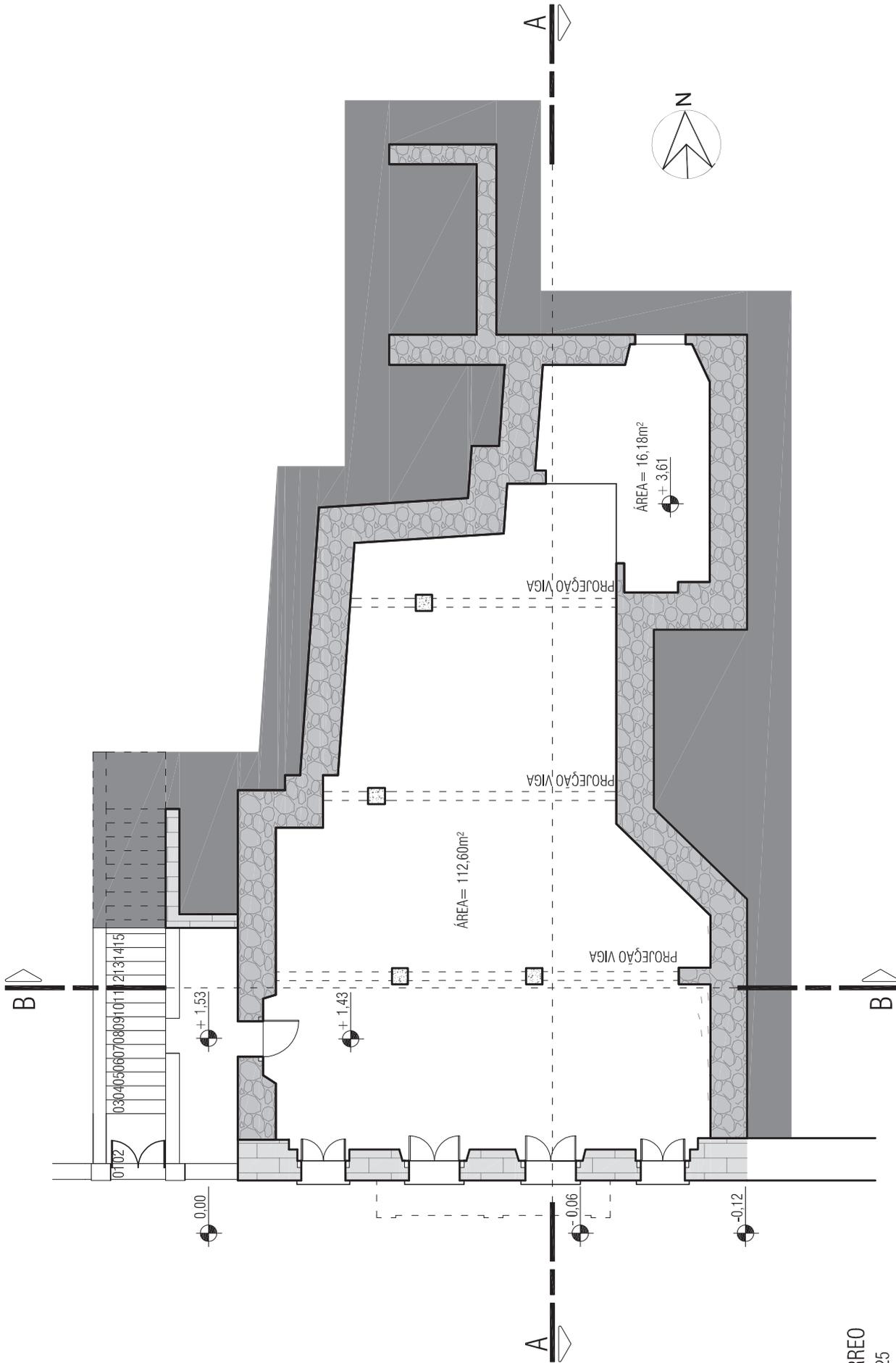
### 5.2.1 Levantamento Arquitetônico

O levantamento apresentado a seguir foi realizado pelo autor no mês de setembro de 2014. Após o levantamento, obteve-se acesso a outro trabalho realizado em 1989, pela empresa Aresta Arquitetura. Esse fato possibilitou realizar um cruzamento de dados e conhecimento sobre elementos que hoje não estão mais presentes na edificação.



IMPLANTAÇÃO  
ESCALA = 1/400

Figura 42 - Implantação  
Fonte: O autor (2014)



PLANTA TÉRREO  
ESCALA = 1/125

Figura 43 - Planta Pavimento Térreo  
Fonte: O autor (2014)

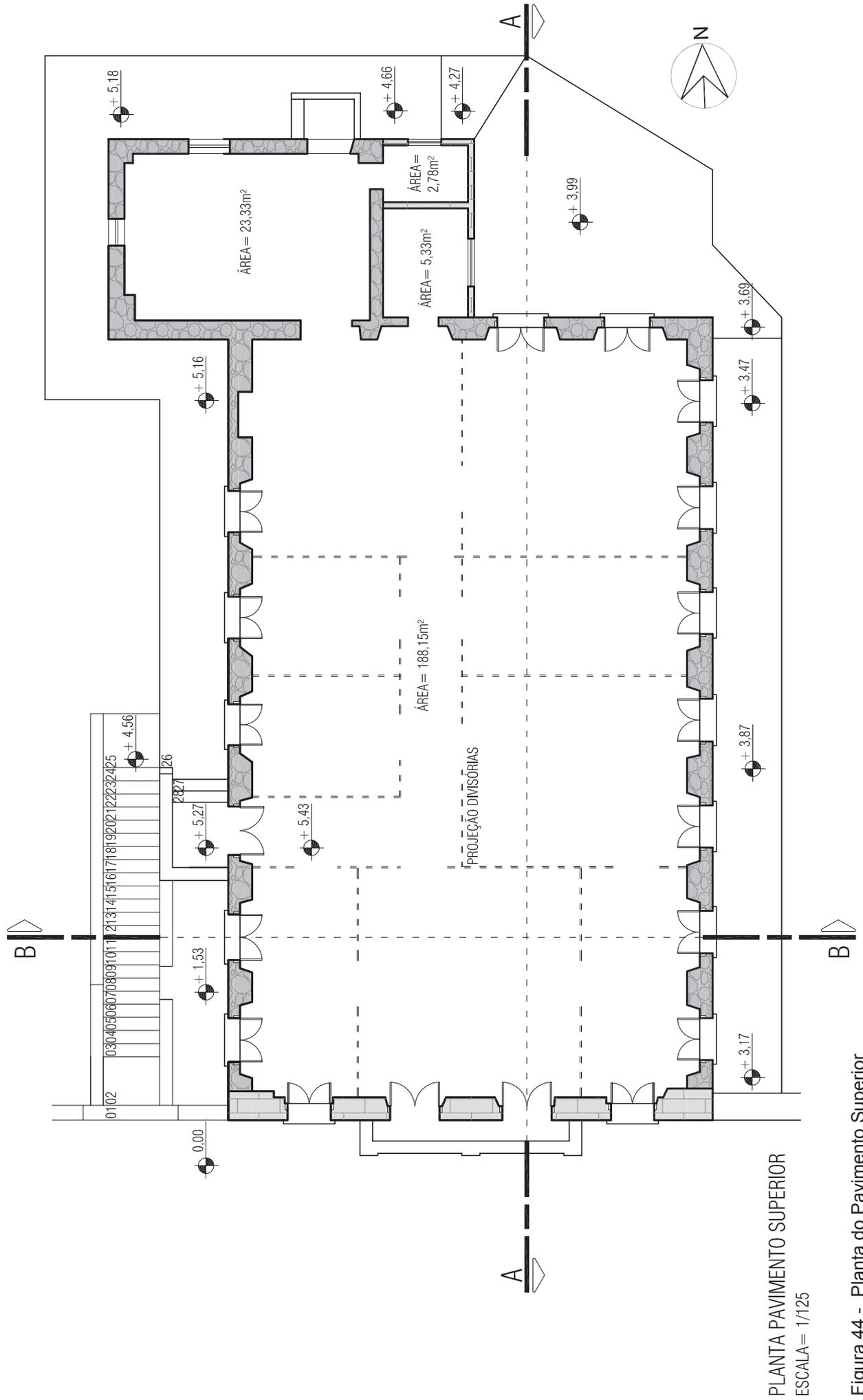
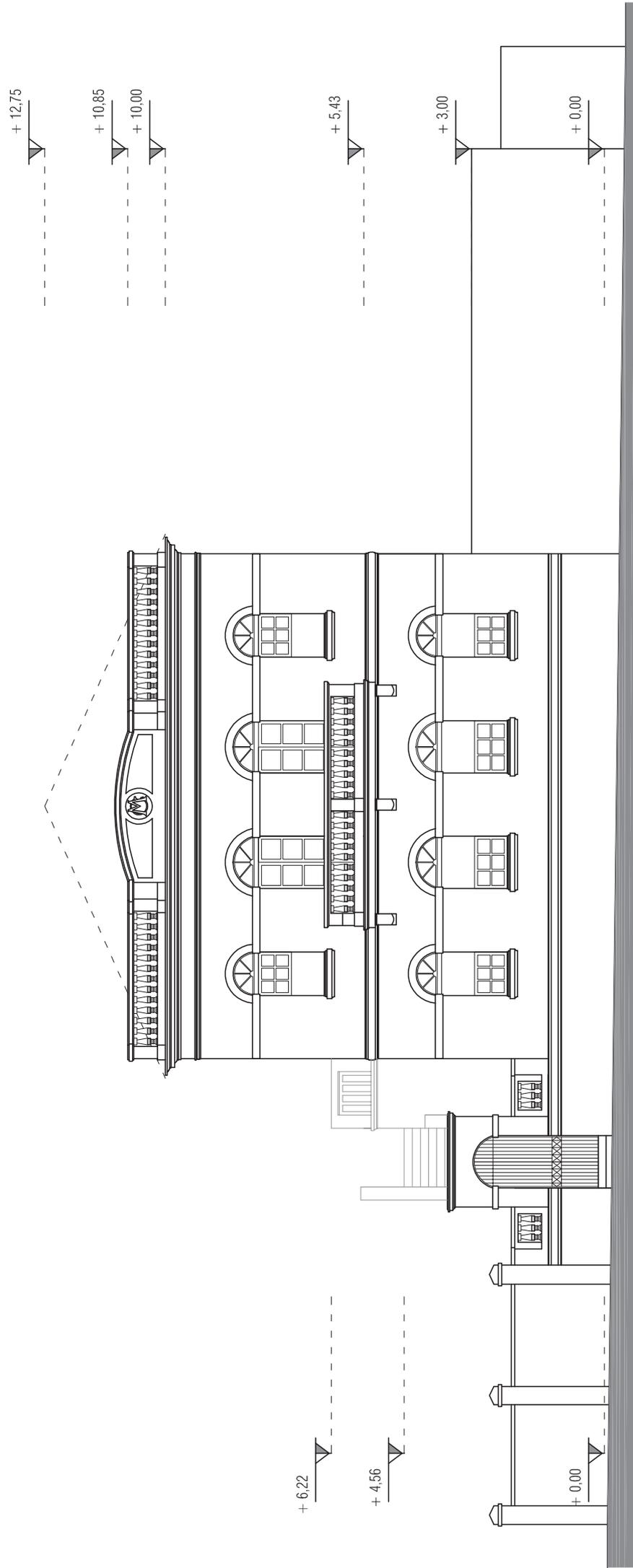
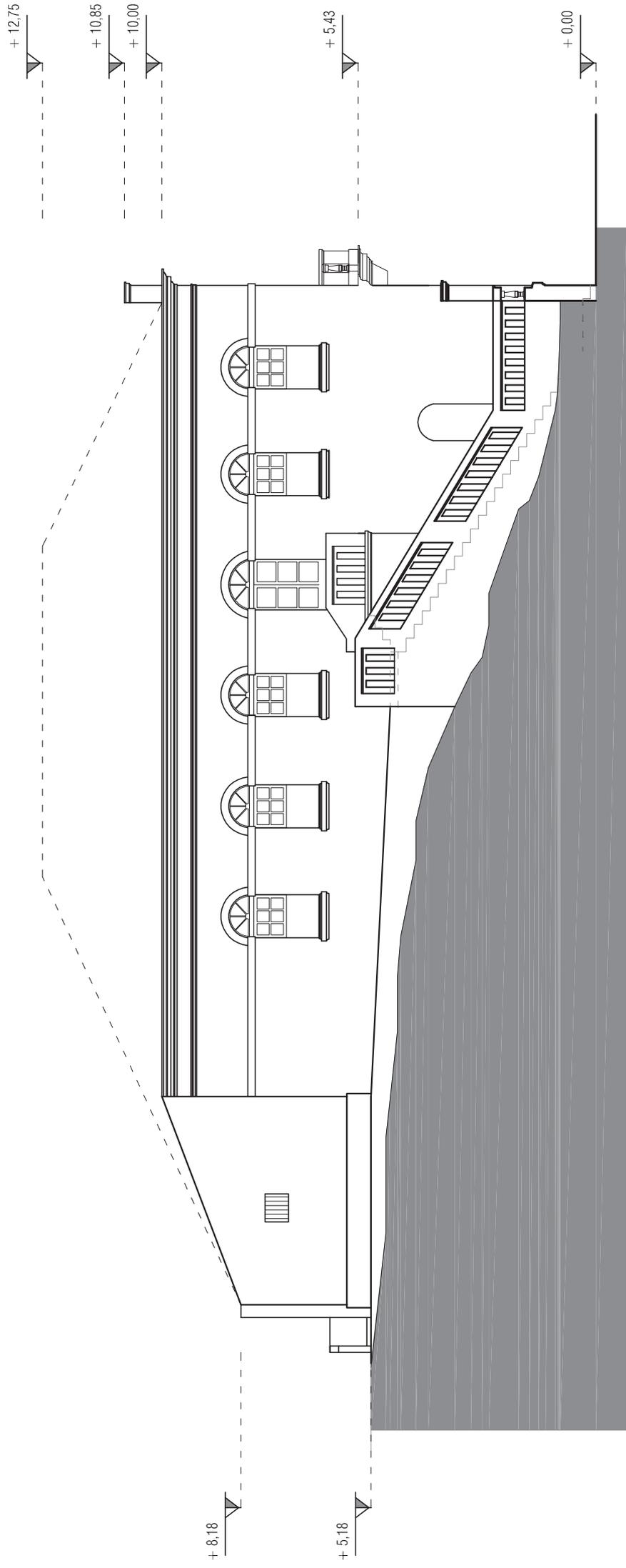


Figura 44 - Planta do Pavimento Superior  
Fonte: O autor (2014)



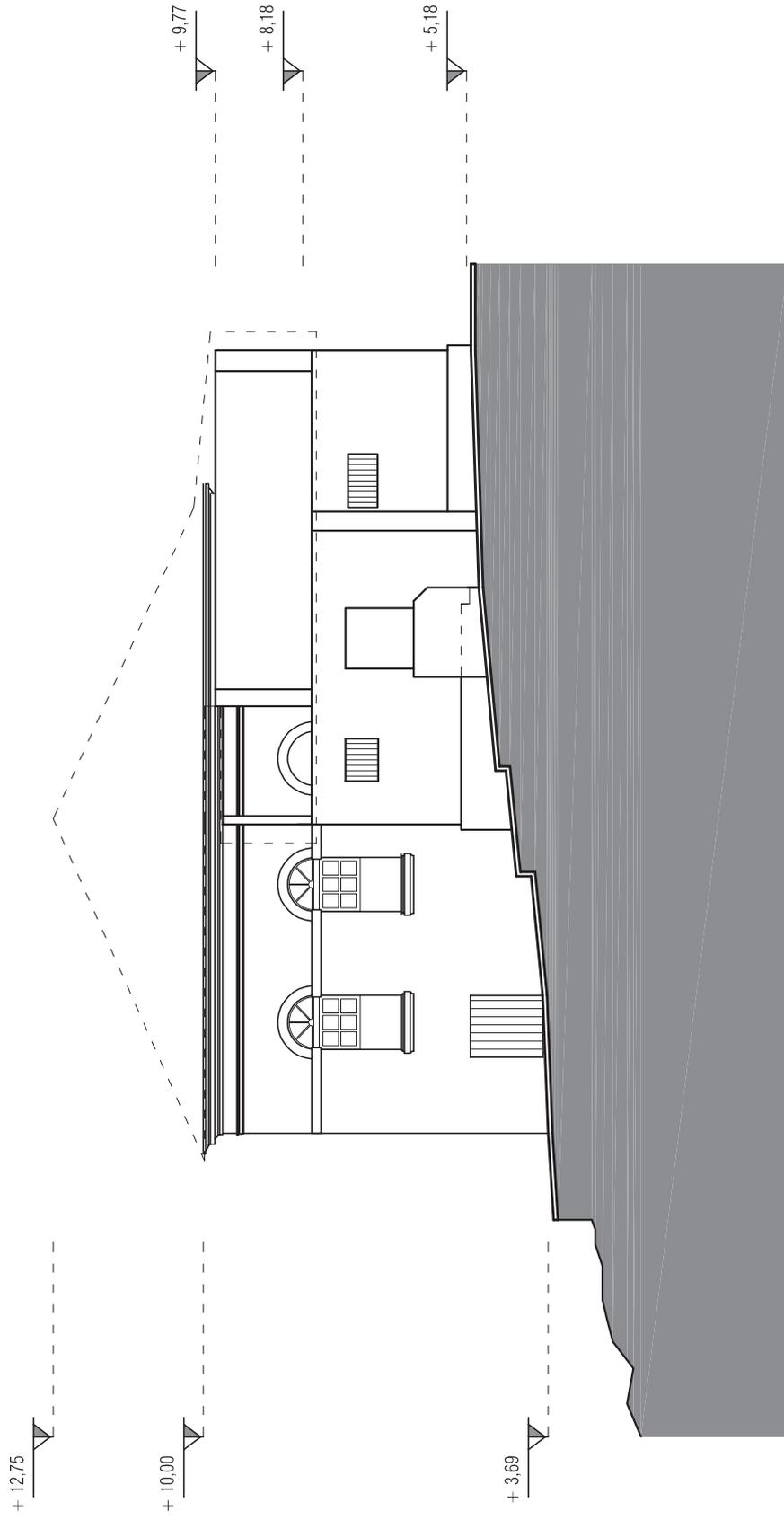
ELEVAÇÃO SUL  
 ESCALA = 1/125

Figura 45 - Elevação Sul  
 Fonte: O autor (2014)



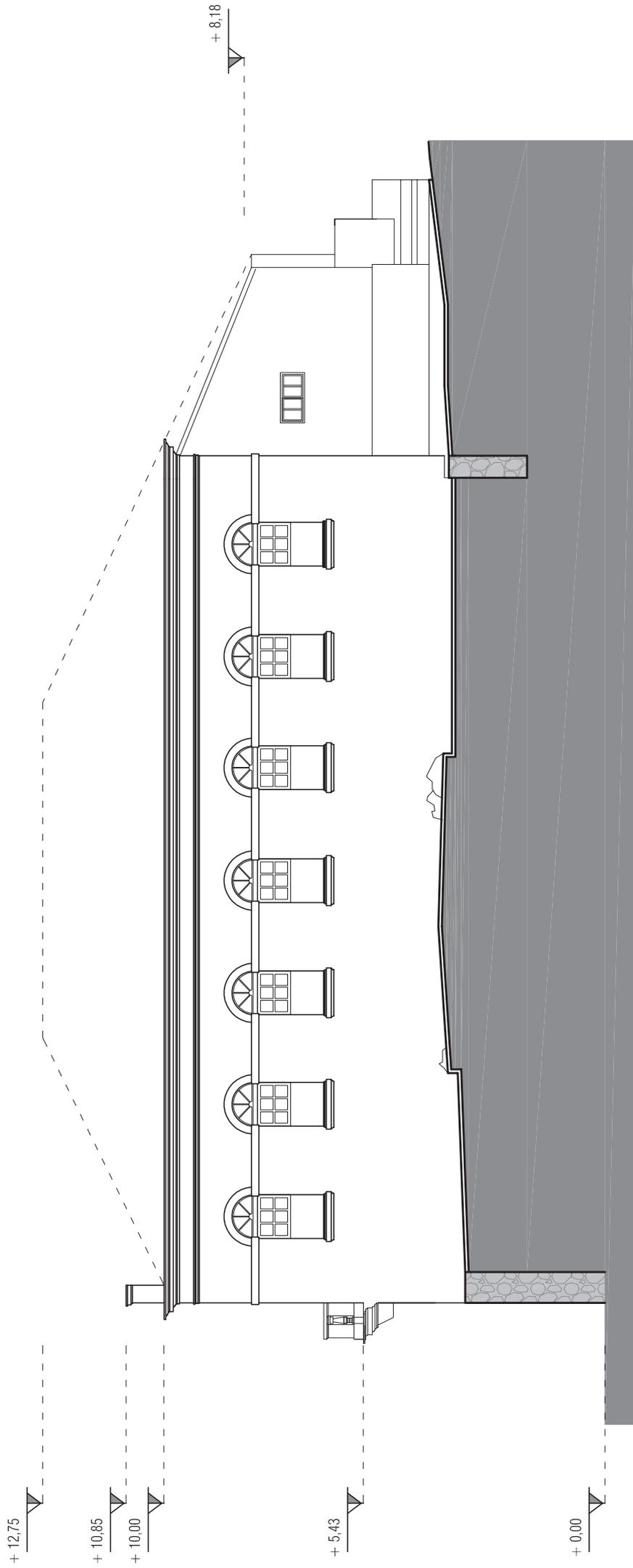
ELEVAÇÃO OESTE  
 ESCALA = 1/125

Figura 46 - Elevação Oeste  
 Fonte: O autor (2014)



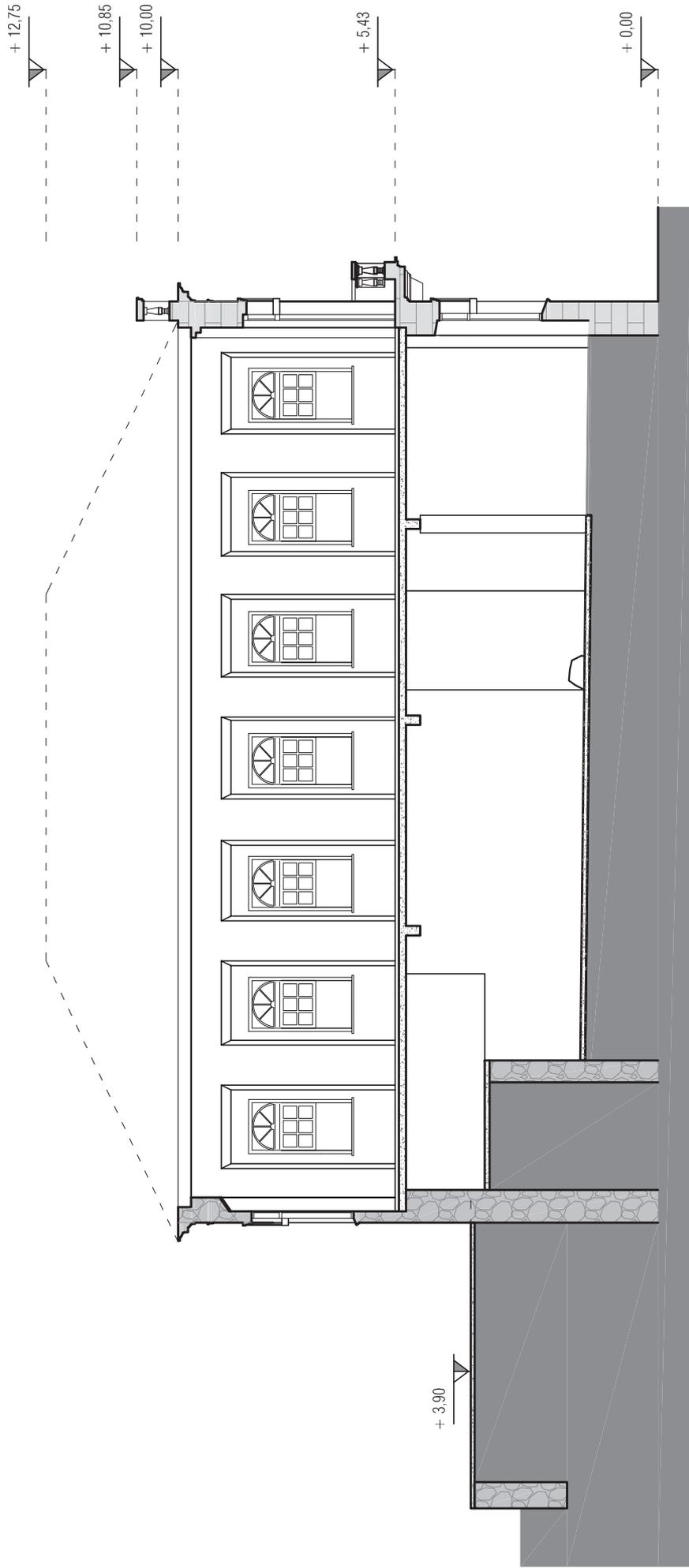
ELEVAÇÃO NORTE  
ESCALA = 1/125

Figura 47 - Elevação Norte  
Fonte: O autor (2014)



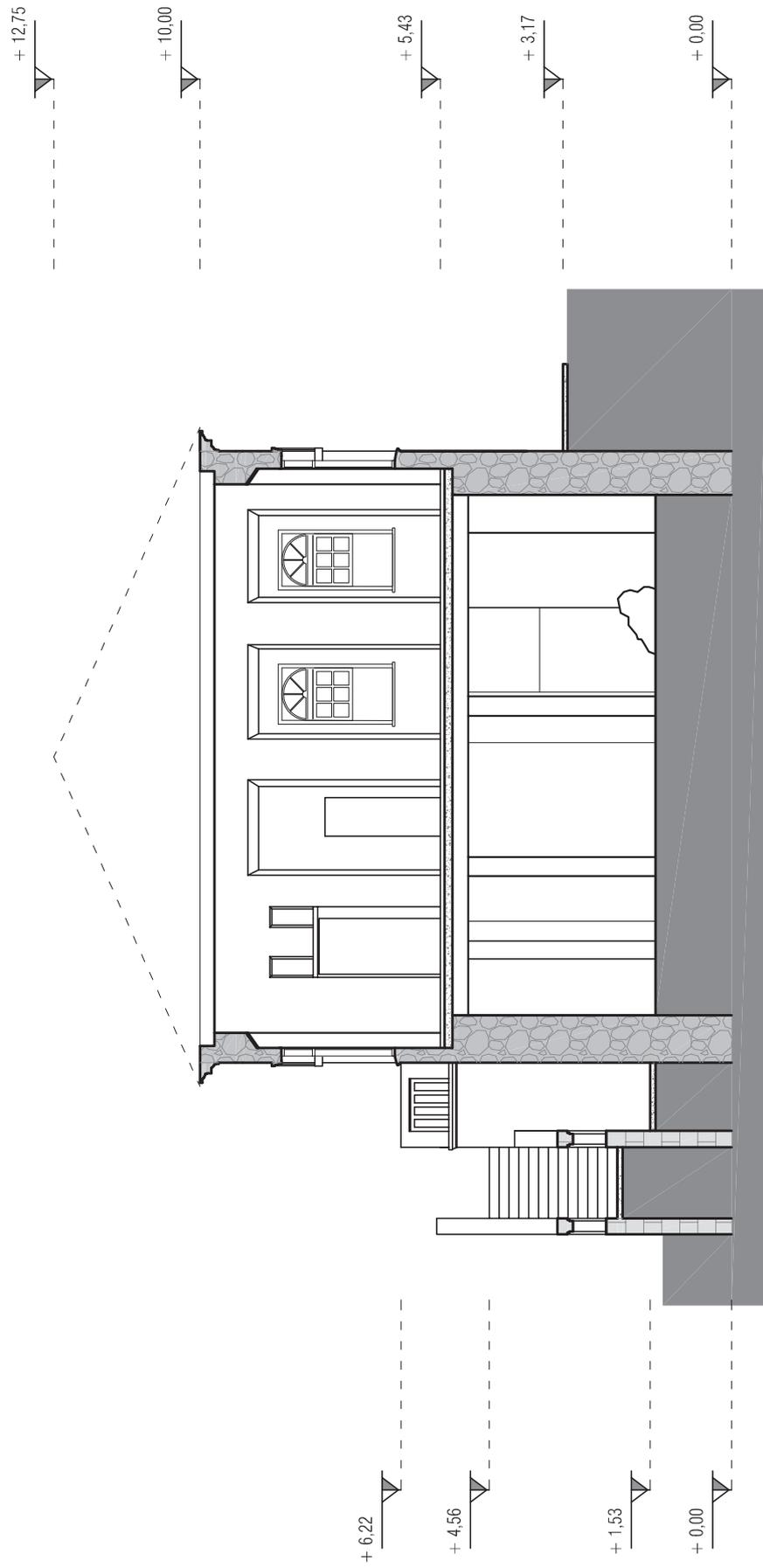
ELEVAÇÃO LESTE  
 ESCALA = 1/125

Figura 49 - Elevação Leste  
 Fonte: O autor (2014)



CORTE AA  
ESCALA = 1/125

Figura 50 - Corte AA  
Fonte: O autor (2014)



CORTE BB  
ESCALA = 1/125

Figura 51 - Corte BB  
Fonte: O autor (2014)

## 5.2.2 Descrição dos elementos e situação atual

### 5.2.2.1 Paredes em Alvenaria de pedra

Compõem a maioria das paredes da edificação, excetuando-se a fachada frontal, que é feita em alvenaria de tijolos. Cronologicamente, as paredes do casarão propriamente dito são as mais antigas, existindo também o anexo nos fundos, cujas paredes são mais recentes. Segundo Mendes, Veríssimo e Bittar (2011), as alvenarias de pedra argamassadas foram largamente utilizadas na época do Brasil Colônia, tanto pela abundância do material, como pela resistência às intempéries. Resultava em paredes de grande largura, podendo atingir alturas superiores àquelas de outras técnicas menos resistentes. Para construções de porte médio adotavam paredes de cerca de 60 a 80 cm. No caso do casarão as paredes inferiores possuem cerca de 90 cm e as superiores 60 cm. A técnica é a descrita por Vasconcellos (1979), onde as pedras são assentadas com argamassa de cal e areia e trabalhadas no sentido de oferecerem um melhor acabamento. As pedras mais comuns utilizadas eram a canga, o calcário, o arenito, o quartzito e o gneiss. Como acabamento as paredes possuem reboco em cal e areia.

#### Situação atual

- A falta de cobertura do pavimento superior propicia o processo de perda de perda de reboco e até mesmo de partes da alvenaria. A situação é mais grave no anexo dos fundos, onde não resta quase nada do reboco.
- Trincas em trechos da fachada, na região mais alta próxima à cimalha ou aos vãos, ocasionada pela percolação das águas pluviais.
- Em alguns trechos das paredes é possível observar que foram feitas alterações e inseridos outros tipos de pedras, de aparência rosada e assentadas com cimento. Nessas áreas observa-se maior incidência de perda de reboco.
- Proliferação de espécies vegetais devido à umidade e formação de substrato.

- No pavimento inferior, bolor e eflorescências devido ao ambiente constantemente úmido.



Figura 52 – Trinca na fachada  
Fonte: O autor (2014)



Figura 53 – Paredes em alvenaria de pedra no andar superior  
Fonte: O autor (2014)

#### 5.2.2.2 Paredes em Alvenaria de tijolos

A fachada voltada para a rua e o muro frontal são executados em alvenaria de tijolos. Segundo Mendes, Veríssimo e Bittar (2010), a técnica de paredes autoportantes em tijolo maciço começou a popularizar-se no Brasil nas últimas décadas do século XIX. No caso do casarão observa-se uma espessura de 70 cm no pavimento inferior, 55 cm no pavimento superior, e 36 cm no muro frontal. Um fator importante na fachada frontal é a presença de platibanda com calha, que representa uma inovação que representa em relação à tipologia anterior, onde as águas pluviais eram jogadas diretamente na rua.

##### Situação atual

- Perda do reboco em toda a extensão da platibanda.
- Proliferação de espécies vegetais devido à umidade e formação de substrato.
- Fissuras na partes da fachada próximas aos vãos e ao encontro com as paredes em alvenaria de pedra.

- No pavimento inferior, bolor e eflorescências devido ao ambiente constantemente úmido.



Figura 54 – Parede alvenaria tijolo  
Fonte: O autor (2014)



Figura 55 – Parede no térreo com bolor e eflorescências  
Fonte: O autor (2014)

### 5.2.2.3 Paredes internas

As vedações internas eram feitas em madeira. No levantamento do final dos anos 80 são identificadas divisórias do tipo tábua e mata-junta. Provavelmente esse era o sistema utilizado originalmente, embora não se possa afirmar com certeza. Atualmente não existe mais nenhuma divisão interna, entretanto é possível identificar no solo marcas dessas divisórias, demonstrando a conformação existente antes do arruinamento. No pavimento inferior não há nenhum vestígio de divisões, e possivelmente o ambiente era todo integrado, levando-se em conta o uso comercial dessa área.

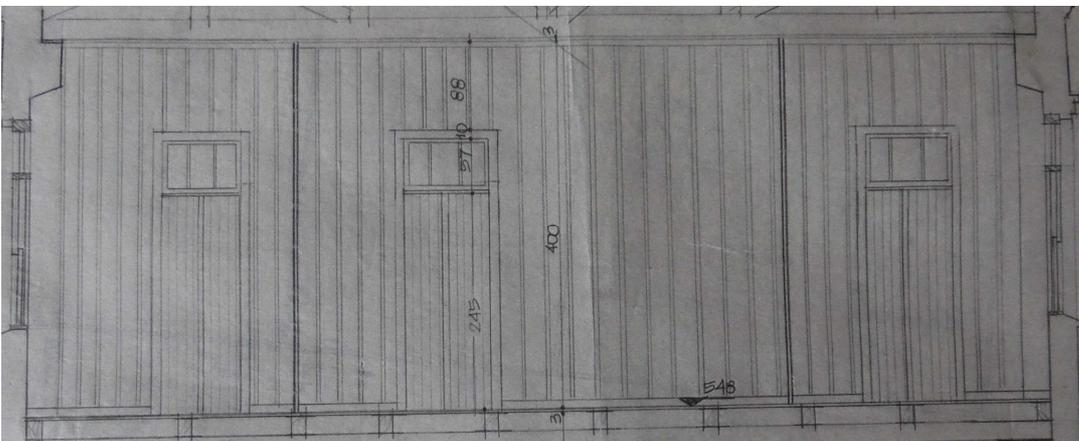


Figura 56 – Desenho do levantamento realizado em 1989, mostrando as antigas divisórias  
Fonte: ARESTA ARQUITETURA (1989)

#### 5.2.2.4 Cobertura

A cobertura era feita através de um telhado de 04 águas, com telhas do tipo capa-e-canal, característica do período colonial. Segundo LA PASTINA (2005) as telhas capa-e-canal apresentam forma de um semi-tronco de cone e são de fácil fabricação. Ainda segundo esse autor, esse tipo de telhado era executado geralmente para cobrir edifícios de planta retangular, e constitui-se de duas águas trapezoidais (águas mestras) e duas águas triangulares (tacaniças), tendo assim uma cumeeira e quatro espigões. Por não exigir o uso de calhas, era considerada a tipologia ideal para edifícios isolados, e foi largamente utilizada na arquitetura tradicional brasileira, especialmente em áreas rurais. Com a popularização das calhas e condutores no século XIX, passou a ser adotado também em áreas urbanas, pois apresenta vantagem sobre os telhados de duas águas em lotes muito profundos, exigindo um menor ponto de telhado. No anexo dos fundos da edificação o telhado era feito em uma água, utilizando telhas da mesma tipologia do restante. O madeiramento da cobertura principal segundo o desenho da década de 80 seguia a tipologia de tirantes e escoras. O beiral é composto em cimalha de alvenaria. Segundo LA PASTINA (2005), nesse tipo de beiral o perfil bruto era feito com pedras ou tijolos, adequadamente desbastados sobre os quais era lançada a argamassa. O excesso era removido através de molde recortado com o perfil desejado.

No diagnóstico realizado em 1989, a estrutura do telhado foi descrita como comprometida, e o telhado em estado de desagregação devido à presença de camada de limbo. Além disso, várias telhas estavam quebradas causando infiltrações e águas pluviais no interior da construção.

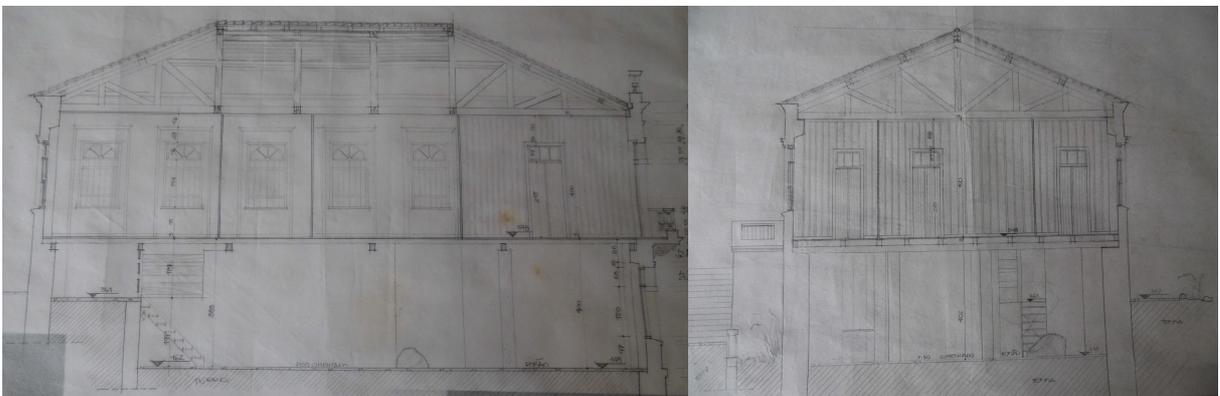


Figura 57 – Cortes demonstrando a estrutura do telhado  
Fonte: ARESTA ARQUITETURA (1989)

### Situação atual

- Atualmente só restam as cimalthas entre os elementos que compunham o telhado. As cimalthas encontram-se fissuradas em diversas partes de sua extensão, principalmente devido ao acúmulo e infiltração de águas pluviais.
- Boa parte das telhas que compunham a cobertura estão armazenadas ao redor da casa. Estão expostas ao tempo, com crescimento de vegetação sobre elas.
- Parte do madeiramento que fazia parte da estrutura da cobertura encontra-se armazenado no interior da edificação, no pavimento térreo. A alta e constante umidade do ambiente fez com que essas madeiras de grandes dimensões se deteriorassem rapidamente, estando agora completamente apodrecidas e tomadas por fungos.



Figura 58 – Telhas capa-e-canal armazenadas  
Fonte: O autor (2014)



Figura 59 – Antigo madeiramento da cobertura  
Fonte: O autor (2014)

#### 5.2.2.5 Piso e forro

Entre o térreo e o primeiro pavimento existia o barroteamento de madeira que sustentava as tábuas que compunham o piso. Embora não se possa definir exatamente que tipo de tuabudo era o existente, VASCONCELLOS (1979), apresenta os três tipos que era os mais comuns: de juntas secas, onde não havia encaixe entre as peças, que eram apenas encostadas; em meia madeira ou meio fio, desencontradi em cada lado da tábua, de forma que uma descansa sobre a outra; e macho e fêmea, quando uma tábua se encaixava na outra. Sabe-se que o piso

tabuado permaneceu até o início da década de 90, sendo substituído posteriormente por uma laje de concreto. O anexo dos fundos também apresenta piso de concreto, e ladrilhos hidráulicos nas áreas sanitárias. No pavimento térreo, não se encontrou registros do piso original. Como se tratava de uma área comercial é provável que apresentasse um piso mais rústico ou tabuado. No levantamento de 1989 o espaço já apresentava um piso cimentício. Atualmente, mantêm-se esse piso numa porção, enquanto outra possui chão batido.

Quanto ao forro, sabe-se que era liso de madeira, entretanto não foram encontradas demais informações. Segundo VASCONCELLOS (1979), as juntas das tábuas seguiam os mesmos agenciamentos dos soalhos, podendo ser justapostas em junta seca ou em corte diagonal. Havia casos também onde as juntas eram feitas em encaixe macho e fêmea, ou em meio-fio.

#### Situação atual

- Quanto ao forro não resta nenhum vestígio.
- A laje construída entre os dois pavimentos encontra-se gravemente danificada. Em vários pontos ela já apresenta buracos que estão cobertos com pedaços de madeira das antigas esquadrias. No pavimento térreo é possível observar claramente as infiltrações devido às chuvas, sendo possível até mesmo ouvir o ruído do água percolando. Esse fato faz com que o ambiente do pavimento térreo seja extremamente úmido.
- Presença de vegetação na laje alcançando altura de até 30 centímetros, principalmente nas regiões das marcas onde antes ficavam as divisórias de madeira.
- A área com ladrilhos hidráulicos apresenta sujeidade e proliferação de vegetação.



Figura 60 – Folha de madeira tapando buraco na laje  
Fonte: O autor (2014)



Figura 61 – Ladrilhos hidráulicos do banheiro  
Fonte: O autor (2014)

#### 5.2.2.6 Vãos e esquadrias

A abertura dos vãos é distinta nas paredes de pedra e de tijolos. Nas paredes de pedra, a parede é chanfrada de forma a permitir uma melhor distribuição da luz no interior da edificação. É identificada a chamada padieira de vão, quando uma tábua inclinada de madeira auxilia na descarga do peso. Observando-se o vão internamente, percebe-se que era originalmente de verga reta, e depois recebeu armação em madeira e enchimento para suportar a esquadria em arco. Na parede de alvenaria, o chanfro também existe, mas é mais suave. Ao invés da padieira com madeira observa-se um arco de tijolos bem achatado.



Figura 62 – Padieira em parede de alvenaria de pedra  
Fonte: O autor (2014)



Figura 63 – Arco na parede de tijolos  
Fonte: O autor (2014)

As esquadrias das janelas são do tipo guilhotina, com bandeira superior em arco. Internamente, há a presença de duas folhas de madeira de abrir até a altura da bandeira. Segue-se o mesmo padrão em toda edificação, com exceção de algumas pequenas aberturas realizadas posteriormente no anexo dos fundos. Na fachada frontal no pavimento superior, as duas aberturas centrais estendem-se até o chão, permitindo o acesso ao balcão existente.

#### Situação atual

- As madeiras das padieiras de vô encontram-se apodrecidas e muitas estão quase caindo. Proliferação de espécies vegetais nessas regiões.
- Todas as esquadrias estão danificadas. A maioria está com os vidros quebrados e o madeiramento apodrecido ou ressecado devido à perda da pintura que auxiliava na proteção. Muitas das folhas de abrir internas de madeira foram retiradas, sendo algumas utilizadas para tapar os buracos existentes na laje de concreto.



Figura 64 – Padieira danificada  
Fonte: O autor (2014)



Figura 65 – Esquadria com vidros e madeira danificados  
Fonte: O autor (2014)

### 5.2.2.7 Elementos decorativos e pintura

O edifício apresenta ornamentações de linguagem eclética executados em massa. A fachada frontal é a mais adornada, com frisos e molduras na sobreverga das aberturas, que se repetem também nas fachadas laterais. A platibanda frontal recebe acabamento com cimalha e cornija, e um pequeno frontão arqueado no centro, que apresenta escudo com um monograma com as letras MG, de Manoel Gomes, proprietário original. A platibanda ainda possui uma balaustrada. O balcão frontal apresenta balaústres com a mesma linguagem, e aplicação de três modilhões na face inferior. A mesma linha ornamentativa é utilizada no portal lateral de acesso, que abriga um portão metálico. A escada de acesso possui os elementos ornamentativos mais simplificados e geometrizados.

Quanto à policromia externa, através de trechos descascados na fachada, podem-se identificar inúmeras camadas de tinta, de variadas tonalidades. A mais antiga provavelmente tratava-se de pintura à cal, que segundo VASCONCELLOS (1979) era a técnica mais comum no período. Internamente foi possível encontrar

alguns vestígios de pinturas decorativas, entretanto não sem a realização de uma prospecção pictórica não é possível afirmar de tratam-se de elementos autênticos da construção.

#### Situação atual

- Os elementos em massa apresentam sujidade, desgaste, fissuras, escurecimento, perda do material em alguns trechos e presença de umidade.
- Proliferação de agentes biológicos, principalmente junto aos modilhões do balcão frontal.
- Grande parte da pintura original já perdeu-se devido à queda do reboco. Nas regiões onde o reboco permanece, a policromia é prejudicada pela série de camadas de tinta que foram sendo acumuladas ao longo do tempo. Várias áreas apresentam descascamento.



Figura 66- Fachada frontal  
Fonte: O autor (2014)



Figura 67 – Agentes biológicos junto aos modilhões  
Fonte: O autor (2014)



Figura 68 - Portal ornamentado  
Fonte: O autor (2014)



Figura 69 – Camadas de tinta perceptíveis na fachada  
Fonte: O autor (2014)

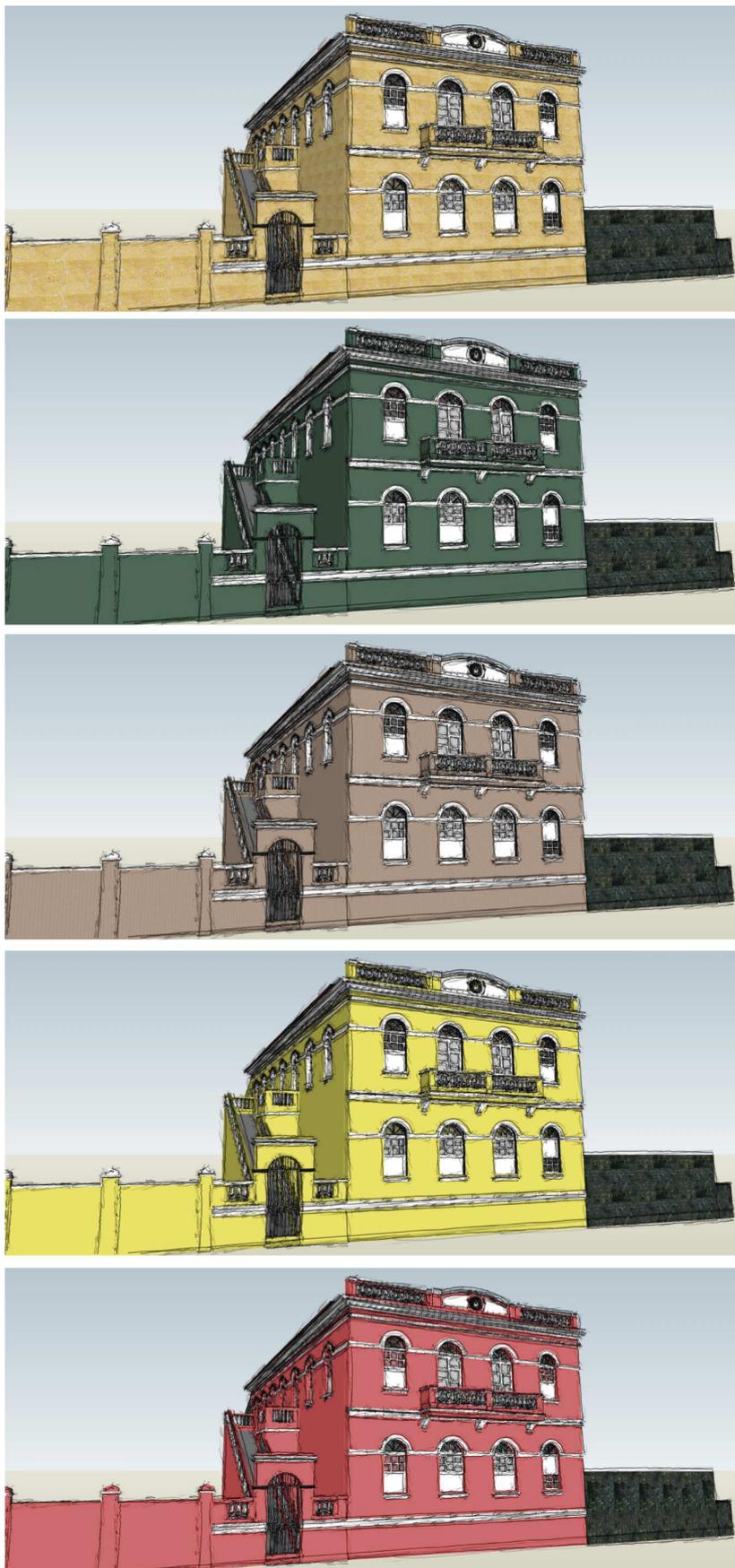


Figura 70 – Simulação de cores a partir dos vestígios encontrados na fachada  
Fonte: O autor (2014)

### 5.3 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



Figura 71 – Vista da rua para os fundos do lote  
Fonte: O autor (2014)



Figura 72 – Vegetação presente no terreno  
Fonte: O autor (2014)



Figura 73 – Fachadas leste e norte  
Fonte: O autor (2014)



Figura 74 – Fachadas leste e norte  
Fonte: O autor (2014)



Figura 75 – Fachada Leste  
Fonte: O autor (2014)



Figura 76 – Muro de pedra lateral  
Fonte: O autor (2014)



Figura 77 – Lateral leste-sul  
Fonte: O autor (2014)



Figura 78 – Lateral oeste-sul  
Fonte: O autor (2014)



Figura 79 – Portal lateral  
Fonte: O autor (2014)



Figura 80 – Escada de acesso  
Fonte: O autor (2014)



Figura 81 – Acesso ao pavimento superior  
Fonte: O autor (2014)



Figura 82 – Porta de acesso  
Fonte: O autor (2014)



Figura 83 – Visão interna da parede de tijolos  
Fonte: O autor (2014)



Figura 84 – Parede leste – Alvenaria de pedra  
Fonte: O autor (2014)



Figura 85 – Visão geral pavimento superior  
Fonte: O autor (2014)



Figura 86 – Marcas das antigas divisórias na laje  
Fonte: O autor (2014)



Figura 87 – Quina entre paredes sul e oeste  
Fonte: O autor (2014)



Figura 88 – Porta de acesso ao balcão frontal  
Fonte: O autor (2014)



Figura 89 – Paredes oeste e norte  
Fonte: O autor (2014)



Figura 90 – Paredes norte e leste  
Fonte: O autor (2014)



Figura 91 – Paredes com substituição de pedras  
Fonte: O autor (2014)



Figura 92 – Vista para o exterior – norte  
Fonte: O autor (2014)



Figura 93 – Banheiro  
Fonte: O autor (2014)



Figura 94 – Vista do banheiro para o restante do pvtto  
Fonte: O autor (2014)



Figura 95 – Anexo dos fundos  
Fonte: O autor (2014)



Figura 96 – Anexo dos fundos  
Fonte: O autor (2014)



Figura 97 – Alterações na alvenaria  
Fonte: O autor (2014)



Figura 98 – Anexo dos fundos  
Fonte: O autor (2014)



Figura 99 – Acesso exterior e banheiro  
Fonte: O autor (2014)



Figura 100 – Banheiro  
Fonte: O autor (2014)



Figura 101 – Área dos fundos do terreno  
Fonte: O autor (2014)



Figura 102 – Vista para a baía  
Fonte: O autor (2014)



Figura 103 – Vista para o Centro Histórico  
Fonte: O autor (2014)



Figura 104 – Lateral do terreno e construção existente  
Fonte: O autor (2014)



Figura 105 – Guarda-corpo da escada  
Fonte: O autor (2014)



Figura 106 – Porta de acesso ao térreo  
Fonte: O autor (2014)



Figura 107 – Interior do pavimento térreo  
Fonte: O autor (2014)



Figura 108 – Estrutura de concreto armado  
Fonte: O autor (2014)



Figura 109 – Aspecto geral pavimento térreo  
Fonte: O autor (2014)



Figura 110 – Aspecto geral pavimento térreo  
Fonte: O autor (2014)



Figura 111 – Acúmulo de entulhos no local  
Fonte: O autor (2014)



Figura 112 – Diversas marcas de infiltrações  
Fonte: O autor (2014)



Figura 113 – Diversos móveis antigos  
Fonte: O autor (2014)



Figura 114 – Ambiente muito úmido  
Fonte: O autor (2014)

#### 5.4 JUSTIFICATIVA DE PROPOSIÇÃO DE NOVO USO

Após investigar sobre a dinâmica do centro histórico de Antonina, escolher uma edificação específica para trabalhar e fazer uma análise mais apurada sobre o objeto criaram-se as condições necessárias para propor um uso para a construção. Segundo LYRA (2006), a continuidade de uso é o principal fator de conservação de um edifício. Entretanto, quando for necessário inserir um novo uso diferente do original, é importante que este seja adequado à tipologia do edifício. Segundo ele:

Se para a proteção de um edifício de valor cultural não houver outra solução senão sua destinação para uma função diversa da original, impõe-se como primeira questão a avaliação da pertinência do uso pretendido em face da preservação do monumento. Em outras palavras, deve-se verificar se a nova função é condizente com as vocações daquela tipologia arquitetônica e, o mais importante, com a vocação daquele monumento. Embora reutilizações completamente diversas das funções originais tenham salvado do desaparecimento muitos monumentos, pode-se considerar que tais fatos foram excepcionais, possuindo cada tipo arquitetônico um leque finito de vocações de uso (LYRA, 2006, p.57).

Dessa forma, levantou-se a questão de que devido às proporções do monumento, restaurá-lo a sua condição primária de residência, tornaria sua manutenção muito onerosa, prejudicando a sua sustentabilidade. Em vista disso, optou-se por buscar um uso que ao mesmo tempo fosse condizente com a tipologia do edifício e capaz de gerar rendimentos que auxiliassem na conservação do imóvel.

Assim sendo, propõe-se um novo uso de **albergue turístico** para a edificação, justificado pelos seguintes itens:

- É uma tipologia compatível com o edifício histórico em questão, possuindo um programa arquitetônico menor do que o de um hotel tradicional, e confortavelmente abrigável pela construção e terreno existente;
- Um albergue na cidade contribuiria para o processo de recuperação do centro histórico e incentivaria ao turismo, devido ao fato de ser um meio de hospedagem mais barato e acessível para um maior número de usuários.
- Embora seja um meio de hospedagem privado, oferece a possibilidade de proposição de espaços públicos e semi-públicos em seu programa. Dessa forma seria garantido que não apenas os hóspedes tivessem acesso ao edifício histórico, mas também moradores da cidade e outros setores da população.

## 6 MEIOS DE HOSPEDAGEM

### 6.1 TURISMO

Segundo o conceito estabelecido pela Organização Mundial de Turismo – OMT, que é adotado oficialmente pelo Brasil, refere-se às atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. Ainda segundo a OMT, o turismo tem crescido e se diversificado durante décadas, se convertendo em um dos setores econômicos que mais cresce no mundo. É evidente também a diversificação e o aumento de competitividade entre os variados destinos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2014).

No Brasil, o Ministério do Turismo trabalha com o conceito de segmentação, como uma forma de organização para fins de planejamento, gestão e mercado. Dessa forma são definidos tipos de turismo, conferidos pela existência em determinado território de atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais e de fé); aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas e sociais); e determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer). Os segmentos adotados no Brasil são: Turismo Social; Ecoturismo; Turismo Cultural; Turismo de Estudos e Intercâmbio; Turismo de Esportes; Turismo de Pesca; Turismo Náutico; Turismo de Aventura; Turismo de Sol e Praia; Turismo de Negócios e Eventos; Turismo Rural; Turismo de Saúde (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010).

O turismo cultural é o que tem mais relação com este trabalho, portanto será melhor apresentado na sequência.

#### 6.1.1 Turismo Cultural

Segundo a definição do Ministério do Turismo:

O turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010, p. 13).

Essa categoria de turismo está relacionada com a motivação do turista em vivenciar o patrimônio histórico e cultural, além de eventos com esse mesmo cunho. Essa vivência se manifesta em duas formas de relação. A primeira é de conhecimento, onde o turista busca aprender e entender o objeto de visitação. O segundo refere-se à uma experiência participativa, de contemplação, ou de entretenimento, que ocorrem devido ao objeto. A utilização turística do patrimônio cultural pressupõe a sua valorização e também a sua promoção. Essas intenções devem materializar-se através da difusão do conhecimento sobre os bens e da facilitação do acesso até eles, sempre respeitando sua memória e dinâmica. Além disso é importante criar as condições para que a inter-relação entre o turista e o morador local ocorram de forma harmônica e benéfica para ambas as partes. Ocorrendo de maneira adequada, essa modalidade de turismo pode auxiliar na valorização, resgate e dinamização da cultura, contribuir para a preservação do patrimônio histórico e cultural, e gerar um intercâmbio de conhecimento que auxilie na propagação da compreensão e respeito à diversidade. Economicamente, pode ser uma interessante fonte de postos de trabalho (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010).

## 6.2. MEIOS DE HOSPEDAGEM

De acordo com o Artigo 23, da Lei nº 11.771/2008, entende-se por meio de hospedagem:

Os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuário, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança diária (BRASIL<sup>7</sup>, 2008, apud BRASIL, Ministério do Turismo, 2010).

O Ministério do Turismo lançou em 2010 o novo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem, com o objetivo de possibilitar a concorrência justa entre os diversos meios e auxiliar os turistas em suas escolhas. A classificação é a seguinte:

---

<sup>7</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 11.711 de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2008.

- Hotel: Meio de hospedagem com serviços de recepção e alimentação
- Resort: Hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que oferece serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento
- Hotel Fazenda: Hotel instalado em uma fazenda ou outro tipo de exploração agropecuária e que oferece a vivência do ambiente rural
- Cama e café: Meio de hospedagem oferecido em residências, com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, em que o dono more no local, com café da manhã e serviços de limpeza
- Hotel Histórico: Hotel instalado em edificação de importância histórica. Entende-se por edificação com importância histórica aquela com características arquitetônicas de interesse histórico ou que tenha sido cenário de fatos histórico-culturais de relevância reconhecida
- Pousada: Meio de hospedagem de característica arquitetônica predominantemente horizontal, com até 03 pavimentos, 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção e alimentação. A pousada pode ser em prédio único ou com chalés e bangalôs.
- Flat/Apart-Hotel: Meio de hospedagem em edifício, com serviços de recepção, limpeza e arrumação, constituído por unidades habitacionais que dispõem de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, com administração e comercialização integrada.

Observa-se que as classes estão ligadas aos tipos de serviços, público e também às tipologias arquitetônicas de cada estabelecimento. Segundo Giaretta existem ainda os meios de hospedagem alternativos :

Meio de hospedagem não-convencional que complementa a oferta de leitos nos destinos turísticos, e tem como característica ser mais econômica que a hospedagem convencional, apresentando grande variação quanto sua prestação de serviços. É propriedade de pequenos empreendedores e conta com um leque composto de: albergues da juventude, camping, acampamentos, residências estudantis, alojamentos esportivos, quartos em residência da população local, pousadas, ônibus-leito, estabelecimentos religiosos, alojamentos de clubes de campo, etc (GIARETTA, 2003, p. 64).

Dessa forma, dentre os meios de hospedagem alternativos estão os albergues, que possuem características semelhantes às citadas acima. Atendem geralmente a um público que foge da massa, organiza suas viagens por conta própria e possui preocupações com o meio ambiente.

### 6.3 Albergues da Juventude

Segundo a definição da Embratur , os albergues são :

Meio de hospedagem peculiar de turismo social, integrado ao movimento alberguista nacional e internacional, que objetiva proporcionar acomodações comunitárias de curta duração e baixo custo com garantia de padrões mínimos de higiene, conforto e segurança (EMBRATUR<sup>8</sup>, 1987, apud GIARETTA, 2003).

Conceitualmente, os albergues da juventude são um meio de hospedagem alternativo, extra-hoteleiro e associativo, que tem por objetivo oferecer uma rede mundial caracterizada por apresentar tarifas econômicas e por possibilitar que um número cada vez maior de jovens possa realizar viagens. Tratam-se de estabelecimentos simples, que dispõe de um mínimo de conforto, aliado a segurança e limpeza. Os quartos são majoritariamente coletivos, apresentando também quartos duplos, para atender a casais e famílias, e até mesmo quartos individuais, que apresentam custos mais elevados. Embora se utilize a expressão “albergue da juventude” ou “Youth Hostel” atualmente não existem limitações de idade para os hóspedes (GIARETTA, 2003).

Grande parte dos albergues está filiada à Internacional Youth Hostel Federation IYHF (Federação Internacional de Albergues da Juventude). De acordo com o Art. 2 do Estatuto da Federação do Internacional de Albergues da Juventude (2014), sua missão é:

Fomentar a educação de todos os jovens de todas as nações, especialmente os de recursos limitados, estimulando neles um maior conhecimento, afeto e cuidado com a natureza, assim como um conhecimento dos valores culturais das cidades, tanto grandes como pequenas, de todas partes do mundo, e, como meio para alcançá-lo, oferecer albergues ou outra classe de alojamento nos quais não existam distinções de raça, nacionalidade, cor, religião, sexo, classe social nem opiniões políticas, para que possam chegar assim a compreender melhor os

---

<sup>8</sup> EMBRATUR. Projeto dos Albergues da Juventude. Rio de Janeiro, 1987.

seus semelhantes, tanto em seu próprio país, como no estrangeiro (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ALBERGUES DA JUVENTUDE, 2014, p.01).

A concretização da filosofia alberguista acontece nos espaços físicos dos albergues, onde os hóspedes e empregados do estabelecimento tem a oportunidade de conviver e praticar os princípios do espírito comunitário, de solidariedade e combate ao preconceito.

### 6.3.1 Evolução Histórica do alberguismo mundial

Segundo Giaretta (2003), o movimento tem suas origens na atuação do professor Richard Schirrmann. Nascido na Prússia, Richard tinha o costume de realizar aulas fora da sala e de promover programas de convivência entre seus alunos. Em uma de suas viagens com os estudantes, para Brol Valley, na Alemanha, teve que buscar abrigo em uma escola devido a uma tempestade. Dessa experiência veio a idéia de que as escolas poderiam servir de alojamento durante as férias. Implantou a idéia ao retornar para a escola onde lecionava, em Nette (Alemanha), e começou a escrever sobre o assunto em periódicos. Já o primeiro albergue da juventude de fato foi aberto em 1912 em Altena, também na Alemanha, em um monumento histórico restaurado. Esse albergue contava com dormitórios, cozinha e banheiros coletivos separados por sexo.



Figura 115 – Primeiro albergue aberto no mundo, em Altena na Alemanha  
Fonte: JUGENDHERBERGE (2014)

No ano seguinte já haviam 301 albergues naquele país, passando para 535 em 1914. Nesse mesmo ano, com o intuito de aumentar o número de leitos disponíveis, Schirrmann conseguiu emprestadas barracas do exército. Ainda em 1914 houve na Inglaterra uma reunião com Baden-Powel, que era o responsável pelo movimento Escoteiro. Esse encontro teve como objetivo promover a expansão do alberguismo internacionalmente. Apesar desses esforços, houve um período de estagnação do movimento devido a I Guerra Mundial. Na década de 20 houve a retomada do crescimento, com o reconhecimento do governo, de indústrias e simpatizantes, que contribuía com fundos. Em 1926 foi lançado o primeiro manual de orientação para a construção de albergues, com autoria de Schirrmann, e que recomendava estabelecimentos simples, funcionais e que favorecessem a preservação da paisagem. Até o início da década de 30, os hostels já estavam presentes na Suíça, Polônia, Holanda, Inglaterra, Noruega, França, Irlanda, Bélgica e Escócia. A efetiva internacionalização do movimento ocorreu a partir de 1932, quando foi criada a Internacional Youth Hostel Federation – IYHF (Federação Internacional de Albergues da Juventude).

Chegando aos anos 40, o sistema de albergues já estava implantado em 19 países. Na época da II Guerra Mundial, muitos deles foram utilizados como abrigos de emergência. Com o fim dos conflitos a maior parte desses estabelecimentos estava arruinada, assim como as cidades onde se localizavam, o que demandou um esforço muito grande para sua reconstrução e reabertura. Como forma de reafirmar o movimento, nessa época começaram a ser aplicados vários cursos de capacitação para os diversos líderes. As décadas de 50 e 60 marcaram o grande crescimento no número de albergues e movimentação dos usuários, juntamente com a massificação mundial do turismo nas diversas modalidades. Com a chegada dos anos 70, já eram 10 mil albergues espalhados pelo mundo. Esse aumento expressivo levou à profissionalização dos recursos humanos. Ou seja, passou-se a utilizar mão-de-obra especializada contratada, com os cargos voluntários ficando apenas para as diretorias das associações.

A partir de 1980 começou-se a discutir a entrada da tecnologia, com estudos para a implantação de um sistema mundial de reservas. Foi um período também de intensa ocorrência de reuniões e cursos de capacitação. Criou-se o conceito de

“albergues-chave”, responsáveis por receber os alberguistas estrangeiros e depois encaminhá-los para os demais albergues do país. Nesse período pensou-se também num plano de marketing mundial que buscou repensar a marca, as questões de rigidez, limite de idade, controle de qualidade, além da troca de um modelo idealista para um modelo profissional. Foi grande a participação da América Latina nesse intervalo de tempo, recebendo especial atenção por parte da organização mundial.

Na década seguinte um novo plano de marketing propôs as diretrizes para os anos seguintes. Entre elas estavam a utilização da tecnologia, as preocupações com o meio ambiente, uma divulgação mais extensiva, além da mudança da marca de Youth Hostel para Hostelling Internacional HI.

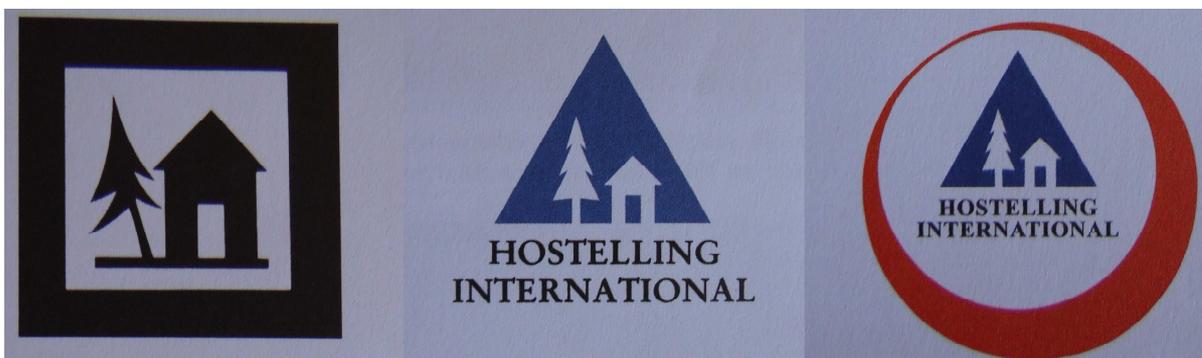


Figura 116 – Evolução da marca mundial de albergues da juventude  
Fonte: GIARETTA (2003)

No ano de 1992 foi lançado o sistema online que permite aos usuários fazer reservas antes mesmo de fazer a viagem. Essa nova condição levou à uma maior rigidez com o controle de qualidade dos albergues, sendo considerados essenciais bons dormitórios, recepção eficiente, limpeza e segurança. É dos anos 90 também a inserção da carta ambiental destinada aos sócios e aos albergues. Para os hóspedes são recomendados cuidados com a natureza, economia de água e energia elétrica, e a utilização de meios de transporte não poluentes, priorizando andar a pé, ou em ônibus e bicicleta. Para os gerentes dos hostels propõe-se o cuidado durante a construção do edifício, a reciclagem do lixo, conservação de energia e utilização de produtos biodegradáveis. O ano de 1994 foi marcado pela ampliação e aprofundamento nas discussões sobre o padrão de qualidade nos diversos albergues, e dois anos depois se realizou a unificação mundial do modelo das carteirinhas dos sócios. Em 1997 a Federação Internacional publicou o Manual

de Construção de Albergues da Juventude. Chegando ao século XXI houve uma ampliação do uso da internet, facilitando a divulgação e aumentando a rapidez para realizar as reservas. A partir de 2002 orientou-se a todos os participantes da rede para utilizar a mesma identidade visual, como uma forma de fortalecer a marca. No mesmo período lançou-se a campanha “Albergues da Juventude e Paz e Entendimento Internacional, em conjunto com a Unesco e o Instituto Internacional pela Paz Através do Turismo. De acordo com Karla Sottomaior, Diretora de Marketing da Hostelling Internacional Brasil, a principal mudança ocorrida nos últimos dez anos foi a implantação do selo HI-Q (Hi – Quality). Foi criado pelas federações da Alemanha, Suíça e Holanda, e adotado em 2008 como selo oficial em todo o mundo. O selo é conferido aos hostels que tiverem passado por variados níveis de melhoria, aumentando a qualidade de seus serviços. Existem três tipos de classificações dentro da certificação: Hi-Q Light, Hi-Q Level 01 e Hi-Q Level 2, que são determinados de acordo com o tamanho do hostel e complexidade dos itens padronizados. Para um hostel receber o selo deve participar de diversas fases de treinamento, padronização de processos, acompanhamento e auditorias nacionais e internacionais.

Ainda segundo Sottomaior, nos últimos quatro anos a questão da sustentabilidade ganhou força junto aos hostels. A Federação Internacional tem se esforçado para fomentar a consciência meio-ambiental e unir métodos de trabalho no contexto ecológico. Dessa forma, foram estabelecidas metas baseadas em sete princípios:

- Conservação de energia: As associações devem controlar periodicamente o seu consumo e fazer todo o possível para gastar o mínimo de energia. Realizar esforço na utilização de fontes renováveis.
- Reciclagem: As associações deverão usar sempre que possível produtos total ou parcialmente reciclados. Realizar a separação dos resíduos nos albergues como medida educativa. Evitar desperdícios e vazamentos de água.
- Contaminação: Reduzir ao mínimo a contaminação. Eficácia na disponibilização de pontos de descarte de lixo (lixeiros).

- Transporte: Fomentar o uso dos transportes públicos disponíveis, ou fomentar a utilização compartilhada do automóvel. Oferecer informações detalhadas sobre os transportes públicos da área.
- Natureza: Apoiar a formação de reservas naturais, parques, e áreas com fim específico tanto de oferecer habitat para plantas e animais como de área recreativa para as pessoas. Sempre que possível, no terreno do albergue disponibilizar área com vegetação típica da região.
- Educação Meio-ambiental: As Associações considerarão a criação de meios específicos para a provisão de educação meio-ambiental nos albergues da juventude que sejam aptos para tal. Os albergues podem ser lugares idôneos para a obtenção de material didático sobre o meio-ambiente.
- Consumo: Os estabelecimentos devem levar em conta fatores ambientais antes de realizar qualquer compra. Sempre que possível utilizar papel reciclado, alimentos produzidos no local, procedentes talvez do próprio quintal do albergue, materiais para a construção apropriados que deverão incluir aqueles fabricados localmente ou reciclados sempre que isso seja viável economicamente, e quantidades mínimas de produtos de limpeza químicos, a fim de proteger a saúde e garantir a higiene.

### 6.3.2 Alberguismo no Brasil

O início no movimento no país é atribuído ao casal Yone e Joaquim Trotta. Ambos estudavam em Paris quando tiveram contato com o alberguismo, em 1956. No ano seguinte, juntamente com outros brasileiros realizaram uma excursão pela Europa hospedando-se em albergues e nasceu a vontade de trazer o conceito para o Brasil. Voltando ao país, começaram a divulgar as idéias do movimento através de palestras em universidades e escolas. Já em 1961 o casal decide-se por implantar os albergues no Brasil, e vai buscar apoio e mais conhecimento junto às federações européias. Resultado desse processo, o primeiro albergue da juventude foi inaugurado em 1965, na cidade do Rio de Janeiro no bairro de Ramos. A Residência Ramos abrigava 36 leitos e manteve-se ativa por oito anos, recebendo hóspedes de vários estados do país, e também do exterior. Um ano depois se inaugurou outro hostel em São Paulo, sobre o qual não existem muitos registros. Sabe-se entretanto que também comportava 36 leitos. Também em 1966 foi registrada a Associação

Brasileira de Albergues da Juventude. Como os precursores do alberguismo no Brasil eram ligados à educação, o início do movimento foi marcado por convênios com estabelecimentos estudantis, como o Centro Excursionista Brasileiro, que oferecia 30 leitos. Na sequência foram abertos hostels no Rio de Janeiro no bairro da Lapa; em Cabo Frio e em Campos do Jordão. Em 1970 o casal Trotta foi convidado a participar da Conferência Internacional de Albergues da Juventude, realizada na Finlândia, e que marcou a primeira participação do Brasil em eventos internacionais do gênero. No ano seguinte foi criada a Federação Brasileira de Albergues da Juventude, no Rio de Janeiro. A partir desse momento, as carteirinhas de sócios que antes vinham do Uruguai começaram a ser expedidas no próprio país. Nesse mesmo ano houve a incorporação da Casa do Estudante do Brasil à federação. Ainda aconteceu o primeiro encontro do Centro de Informação e Desenvolvimento de Albergues da Juventude na América Latina. Em seguida houve um segundo encontro no Uruguai, que resultou em recomendações como fortalecer o turismo social; promover os albergues na América Latina através da formação de um centro de informação e pesquisas sobre quais eram os centros de maior afluência; buscar ajuda dos países desenvolvidos para o desenvolvimento do alberguismo; e incluir a ação pedagógica nos hostel, por meio de cursos especiais. Foi nesse momento que o Brasil passou a participar efetivamente do movimento internacional.

Não existem muitos registros sobre os fatos relacionados ao alberguismo no Brasil durante os anos 70. Sabe-se que com o fechamento da Residência Ramos em 1973, a Casa do Estudante do Brasil passou a ser o estabelecimento mais ativo do movimento no país. Foi um processo importante na recuperação da Casa, pois esta havia estado fechada entre os anos de 1964 e 1971 devido ações da ditadura militar. No final da década, em 1978, a Federação Internacional cobrou a adaptação dos albergues brasileiros para as normas mundiais. Nesse mesmo ano a Federação brasileira reformulou seu estatuto, adaptando-o para as regras internacionais. Houve também a desvinculação com a Casa do Estudante do Brasil, passando as duas entidades a atuar de forma separada desde então. O ano de 1979 é lembrado dentro do movimento pela inauguração de Albergue Muxarabi, em Cabo Frio, e que foi o primeiro estabelecimento construído especificamente para abrigar o uso.



Figura 117 – Albergue Muxarabi  
Fonte: GIARETTA (2003)

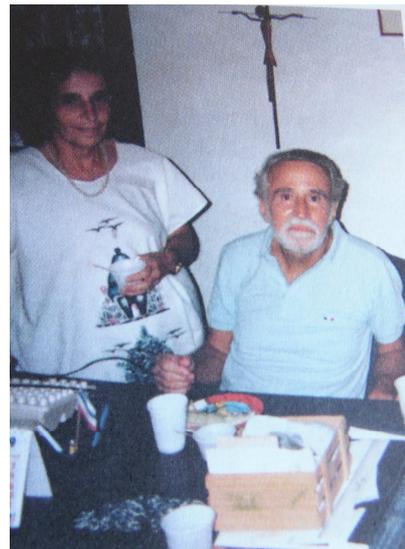


Figura 118 – Yone e Joaquim Trotta  
Fonte: GIARETTA (2003)

A década de 80 marcou um expressivo desenvolvimento do movimento alberguista brasileiro. Grande parte desse acontecimento se deve a elaboração pela Embratur do Plano Nacional de Albergues da Juventude, que aliava o auxílio de uma equipe técnica que cuidava da implantação dos hostel pelo país, verba para divulgação e vontade política por parte do presidente do órgão na época, João Dória Jr. A campanha de divulgação ao longo da década atingiu seus objetivos, aumentando tanto o número de alberguistas como o número de albergues em vários estados da nação. Segundo GIARETTA (2003), as atas de FBAJ de 1980 demonstram que foi elaborado um regulamento que apontava os seguintes itens :

- Os albergues da juventude são destinados à acolhida de jovens associados em viagens por período de curta duração;
- Destinam-se a aproximar jovens de todo o mundo e incentivar o turismo da juventude;
- Os albergues de juventude podem ser temporários ou permanentes, da cidade ou do campo. São considerados temporários aqueles que só funcionam nas férias ou em datas especiais, como festivais, congressos, etc;
- Devem obedecer aos requisitos mínimos de federação internacional, sendo: sala de estar, dormitórios, banheiros com duchas, local para guardar bagagem, cozinha de alberguista. (GIARETTA, 2003, p.94).

Esses documentos ainda faziam referência sobre a possibilidade de haver uma área anexa para camping e sobre a responsabilidade do hóspede colaborar com a limpeza do estabelecimento. Em 1984 o Brasil foi aceito como membro pleno da IYHF. Nessa mesma época foi criada a Associação Paulista de Albergues da Juventude, e o estado de São Paulo foi o que obteve maior desenvolvimento e destaque dentro do movimento brasileiro. No ano de 1986, além de São Paulo, as associações do Rio de Janeiro, do Paraná e de Santa Catarina já estavam filiadas à Federação Nacional. A segunda metade da década de 80 até a primeira metade dos anos 90 representam uma fase especial dentro do movimento brasileiro, pois havia um importante apoio dos órgãos internacionais para a consolidação do alberguismo na América Latina, além do apoio oficial da Embratur.

Durante a década de 90, quando os albergues se consolidaram no país, várias medidas e inovações foram sendo aplicadas. Entre as principais, pode-se citar :

Modernização da rede nacional; elaboração de procedimentos e matriz de controle de qualidade dos albergues da juventude; elaboração do “Manual de abertura e operação de albergues da juventude”; determinando os padrões mínimos de qualidade; cursos de capacitação para inspetores de qualidade, gestão de albergues da juventude; participação do Brasil nos encontros internacionais; implantação do sistema internacional de reservas; consolidação dos sistemas estaduais de reservas, entrada do alberguismo na era da internet, com reservas, páginas de divulgação; maior enfoque aos cuidados com a natureza, tanto para alberguistas quanto para as administrações de albergues da juventude, trabalhando educação ambiental com usuários e determinando procedimentos ambientais adequados nos aspectos de construção e operação, como reciclagem de lixo, uso de produtos biodegradáveis, economia de energia elétrica, entre outras medidas ambientais. (GIARETTA, 2003, p.97).

Em 1990 o Brasil participou do Seminário Internacional de Marketing de albergues de Juventude em Paris. Nessa ocasião houve a inauguração de um hostel chamado Le d’Artagnan, que foi visto na época como uma referência na modernização dos albergues, contendo também um restaurante, boate, recepção informatizada, além de uma agência de viagens. No ano seguinte, a Federação de Albergues da Juventude passou a ter sede própria, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1992, começam a ser realizados controles de qualidade em âmbito nacional, com a exclusão daqueles albergues que não alcançassem o nível mínimo exigido. O Sistema Internacional de Reservas (IBN) foi instalado em 1994, inicialmente em São

Paulo e Rio de Janeiro, avançando no ano seguinte para o Paraná e Rio Grande do Sul. Em 1995 houve pela primeira vez queda no número de carteirinhas emitidas, justificada pelo aumento do preço de serviços e do custo de vida na época, pela diminuição da divulgação do movimento, e pela concorrência das pousadas. A partir desse ano observa-se que houve a filiação de um menor número de albergues, porém surgiram cada vez mais hostels construídos especificamente para esse fim, com edifícios de melhor qualidade, e de arquitetura mais adaptada para o uso. Em 1996 a reunião do Comitê Internacional da IYHF foi realizada no Rio de Janeiro, pela primeira vez no Brasil. A partir desse mesmo momento a Federação Brasileira passou a utilizar o método de avaliação classificando os albergues em três classes: Muito Bom, Bom, e Regular.

Chegando aos anos 2000, a principal mudança se verifica na utilização da internet, seja na divulgação, na busca de informações ou no sistema de reservas. Em 2001, o Brasil já contava com 65 albergues, distribuídos por 18 estados, além do Distrito Federal, somando 3.544 leitos. Segundo Karla Sottomaior, atualmente a Federação Brasileira conta com cerca de 100 albergues filiados. De acordo com ela, a principal mudança ocorrida no país nos últimos dez anos foi o aumento do número de brasileiros que utilizam os estabelecimentos no país. Até então a maioria dos alberguistas eram estrangeiros, enquanto agora a maior demanda é de hóspedes que viajam dentro do próprio país. Essa alteração de público também acabou gerando algumas mudanças nos serviços e ambientes oferecidos. Enquanto os estrangeiros sentem-se mais familiarizados com os quartos coletivos, os brasileiros possuem preferência pelos quartos privados ou familiares. Outro fato é que os albergues passaram a ser mais utilizados também por pessoas de idade mais avançada e famílias, deixando de ser espaço reservado apenas para os jovens. Uma das explicações para esse fato é o aumento do número de viagens realizadas por jovens nos últimos, que se hospedam em albergues e depois divulgam os estabelecimentos entre seus conhecidos e familiares. Além dessas questões o Brasil acompanhou as evoluções ocorridas no restante do mundo, como a busca pela sustentabilidade e maior qualidade de serviços. Atualmente o país é o que mais tem estabelecimentos em processo de certificação para o selo Hi-Quality.

### 6.3.3 Critérios para abertura de um albergue

Para filiar-se à Federação Internacional de Albergues da Juventude, o estabelecimento deve atender alguns requisitos mínimos. Conforme entrevista concedida em outubro de 2014 por Karla Sottomaior, diretora de marketing da Hi Hostel Brasil, os principais critérios para o funcionamento de um hostel são a higiene, a limpeza e o conforto; privacidade e segurança. Em 2006 foi elaborado o “Manual de Abertura e Operações do Albergues da Juventude”. Nesse manual são feitas recomendações para a administração do albergue, além de um pré-dimensionamento mínimo dos ambientes e serviços a serem oferecidos. No caso do Paraná, o interessado em abrir um estabelecimento deve entrar em contato com a Associação Paranaense de Albergues da Juventude (APAJ), que representa a federação nacional. Após o contato inicial a APAJ analisará questões como o local de implantação (município de interesse turístico, acessível e próximo de parada de transporte coletivo; o imóvel que vai abrigar o albergue; e a viabilidade econômica relacionada com a demanda do local. Uma vez que o estabelecimento seja credenciado, paga-se uma taxa de adesão, e posteriormente uma mensalidade. Estando credenciados, os albergues contam com o apoio da infraestrutura da federação internacional, sendo divulgados mundialmente. Para garantir a inserção da federação, os hostels devem enviar relatórios mensalmente e apresentar um padrão de qualidade razoável, correndo o risco de serem excluídos caso desrespeitem as normas vigentes.

#### 6.3.3.1 Dimensionamento

Segundo a Associação Paranaense de Albergues da Juventude, um estabelecimento deve apresentar no mínimo 40 leitos, sendo 60 leitos o desejável. Os quartos podem ser coletivos, de casal ou familiares, e a proporção que cada tipologia apresenta dentro do conjunto deve ser definida pelo dono do estabelecimento. Existem albergues que possuem somente quartos coletivos, enquanto outros oferecem também quartos privativos. Os ambientes que compõem um albergue são:

### Área comum / convivência:

- É um dos ambientes mais importantes. Deve oferecer espaço para leitura, jogos, multimídia e acesso à internet.
- Área mínima 1,5 m<sup>2</sup> por leito
- Área desejável 1,8 m<sup>2</sup> por leito

### Recepção:

- Deve apresentar acesso direto a partir do exterior. O dimensionamento deve garantir que um funcionário trabalhe confortavelmente no espaço. Deve apresentar murais com informações turísticas e sobre o funcionamento do estabelecimento.

### Escritório administração:

- Acesso restrito aos funcionários
- Área mínima 10 m<sup>2</sup>
- Área desejável 15 m<sup>2</sup>

### Dormitórios coletivos :

- Preferencialmente separados por sexo
- Permitidos até 8 leitos por dormitório. Desejável 6 leitos
- Possibilidade de utilização de camas ou beliches (01 beliche = 02 leitos)
- Área mínima 2,80 m<sup>2</sup> por leito
- Área desejável 3,50 m<sup>2</sup>
- Distância mínima entre camas de 75 cm
- Obrigatória a disponibilidade de armários com cadeados, que podem estar localizados em áreas comuns.
- Pé-direito mínimo de 2,7 metros

### Quarto de casal :

- Área mínima 8 m<sup>2</sup>
- Área desejável 10 m<sup>2</sup>

### Quarto familiar :

- Deve apresentar uma cama de casal mais uma cama/beliche ou quatro leitos.
- Área mínima 14 m<sup>2</sup>
- Área desejável 16 m<sup>2</sup>

### Instalações sanitárias:

- Podem ser coletivas ou estar presentes dentro de cada dormitório
- Quando coletivas devem estar localizadas próximas aos dormitórios
- Recomenda-se um conjunto de chuveiro, toailete e pia a cada seis leitos.

### Alojamento para funcionário (opcional):

- Deve conjugar quarto, banheiro e cozinha
- Área recomendada 20 m<sup>2</sup>

### Área para refeições:

- Deve localizar-se próximo ou anexa à cozinha comunitária
- Precisa ter capacidade de atender a pelo menos 50 % dos hóspedes. Por exemplo, em um hostel com 60 leitos, a área de refeições deve ter no mínimo 30 lugares. Pode-se considerar também área de 1,5 m<sup>2</sup> por leito.

### Cozinha comunitária :

- Deve ser acessível para todos os hóspedes
- Recomenda-se área mínima de 0,5 m<sup>2</sup> por leito
- Necessita apresentar utensílios e equipamentos básicos
- Aplicar revestimento cerâmico ou material de fácil limpeza até altura de 2 m

### Cozinha de serviço (opcional) :

- Embora não seja obrigatório, recomenda-se a presença de uma cozinha restrita para que os funcionários do albergue preparem o café da manhã dos hóspedes. Em albergues que sirvam também outras refeições, como almoço ou jantar, é ainda mais importante essa recomendação

#### Lavanderia :

- Mínimo 02 tanques ou 01 tanque a cada 20 leitos

#### Depósito/Almoxarifado :

- Acesso restrito aos funcionários
- Estocagem de materiais diversos

#### Rouparia:

- Espaço para guardar roupas de cama e banho limpas
- Recomenda-se localização próxima à recepção, para facilitar o fornecimento aos alberguistas.

#### Outros :

- Além dos itens citados anteriormente, o albergue deve apresentar outros ambientes complementares como depósito de lixo, reservatório de água (300 litros por leito), entre outros; e respeitar as normas técnicas e legislações vigentes no local
- Muitos albergues, dependendo de seu contexto, oferecem ambientes que extrapolam o programa básico de hospedagem. Pode-se citar como exemplo a presença de bares, cafés, restaurantes, centros culturais, centros para convenção, agências de viagens, espaços para esportes, piscinas, etc.

#### 6.3.3.2 Serviços

##### Obrigatórios:

- Recepção com funcionamento 24 horas ou sistema que permita o acesso dos alberguistas no período noturno com segurança;
- Serviço de limpeza;
- Café da manhã;
- Roupas de cama e banho aos hóspedes;
- Serviço de cofre para guarda de valores e documentos pessoais;
- Acesso à internet;

- Participar do sistema de reservas das associações.

Desejáveis:

- Telefone público e caixa de correios;
- Loja de conveniência ou venda de produtos de primeira necessidade;
- Serviço de lanches rápidos ou refeições;
- Prestação de serviços turísticos próprios ou de terceiros para os alberguistas;
- Atividades e equipamentos de lazer;
- Reserva e venda de ingressos para shows, teatros, festivais, entre outros.

## 7 ESTUDOS DE CASO

Nesse capítulo serão apresentadas e analisadas três obras arquitetônicas consideradas relevantes e importantes para auxiliar no entendimento dos temas tratados neste trabalho. O recorte de tempo utilizado foi de que o projeto tivesse sido elaborado nos últimos dez anos.

Os dois primeiros exemplos tratam-se de intervenções internacionais onde o uso de albergue foi inserido em uma edificação histórica, o que acabou implicando na renovação desses bens e na construção de anexos contemporâneos. São dois exemplos europeus, ambos filiados à Hostelling Internacional, e que apresentam alguns diferenças significativas entre si, seja em relação ao programa, ao público, ou ao partido arquitetônico da intervenção. O primeiro caso a ser analisado é o Stayokay Hostel, localizado em Sost, na Holanda. O segundo é o Jugendherberge St. Alban, situado na Basiléia, Suíça. Para eleger o estudo correlato nacional tiveram que ser levadas em conta outras questões. Primeiramente pela grande escassez de projetos arquitetônicos de albergues de boa qualidade no país. Existem diversos hostels nacionais que possuem efetiva funcionalidade e apresentam boa aparência e espaços agradáveis, entretanto um olhar mais atento percebe a pouca preocupação arquitetônica nesses estabelecimentos. Dessa forma optou-se por eleger um projeto que representasse uma boa referência de intervenção patrimonial no Brasil. O escolhido foi o Museu do Pão/Moinho Colongnese em Ilópolis, no Rio Grande do Sul. A escolha justifica-se pela localização em uma cidade de pequeno porte, assim como Antonina, pela escala da intervenção, implantação no terreno e porte da edificação histórica, que de certa forma podem ser relacionadas com o Casarão Gomes, construção estudada nesse trabalho.

Cada estudo de caso será apresentado separadamente, sendo abordados seu conceito e seu programa. No final do capítulo será feita uma análise em conjunto, comparados os três exemplos, em quesitos como localização, implantação, forma de intervenção, materialidade, entre outros aspectos.

## 7.1 STAYOKAY HOSTEL

### Ficha técnica

**Uso:** Albergue

**Localização:** Soest – Holanda

**Autor do Projeto:** Personal Architecture BNA

**Data do projeto:** 2012

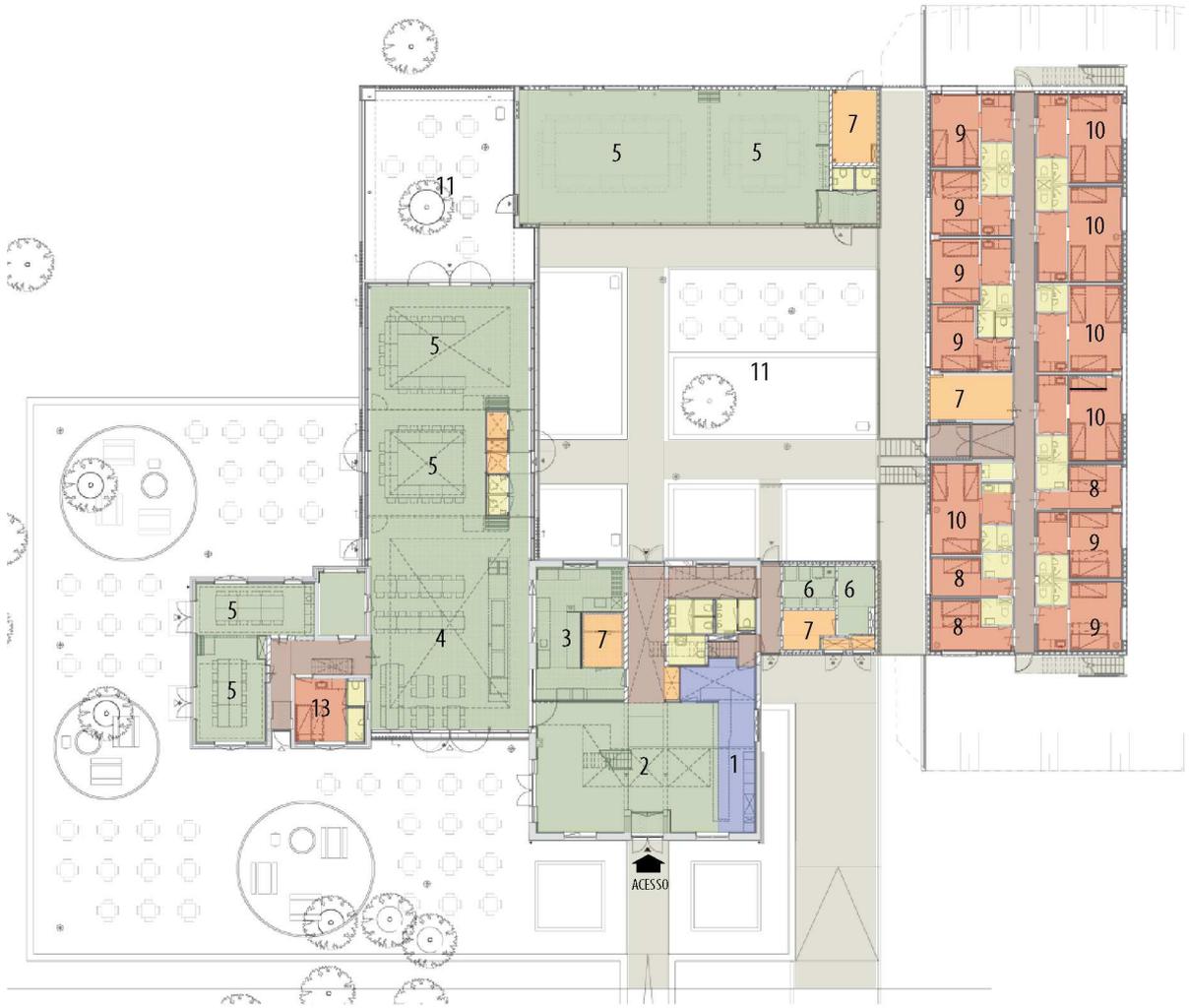
**Áreas:** 1920 m<sup>2</sup>



Figura 119– Visão frontal do hostel  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)

### 7.1.1 Conceito

O hostel localiza-se na cidade de Soest, que apresenta cerca de 45 mil habitantes, em uma região bastante arborizada próxima a muitos campos de prática de esportes, como basquete, futebol e vôlei. O estabelecimento já se encontrava em funcionamento há algum tempo, entretanto seus proprietários entenderam que as instalações encontravam-se obsoletas e o conjunto precisava de uma renovação.



PLANTA PAVIMENTO TÉRREO



0 1 5 10 15m

Legenda

<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #90EE90; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Áreas comuns</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #FFC0CB; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Dormitórios</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #D2B48C; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Circulação interna</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #E0E0E0; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Circulação externa</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #FFDAB9; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Áreas de apoio</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #FFFFE0; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Áreas sanitárias</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #ADD8E6; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Administração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 Recepção</li> <li>2 Área de estar</li> <li>3 Cozinha</li> <li>4 Área alimentação</li> <li>5 Salas multiuso/ Conferências</li> <li>6 Lavanderia</li> <li>7 Área de apoio/ Depósitos</li> <li>8 Quarto 2 pessoas</li> <li>9 Quarto 4 pessoas</li> <li>10 Quarto 6 pessoas</li> <li>11 Pátio</li> <li>12 Administração</li> <li>13 Quarto dos funcionários</li> </ul>
---	---

Figura 120 – Planta do pavimento térreo  
 Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014) Modificado pelo autor



Figura 121 – Planta do primeiro pavimento  
 Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014) Modificado pelo autor

Segundo os autores do projeto, o complexo tem como figuras centrais dois edifícios do início do século XX. O primeiro abrigava uma escola para meninas, e o segundo, um pouco menor, era a casa dos professores. Depois, com o uso de albergue, a escola passou a ser utilizada juntamente com alguns outros volumes, construídos sem muito cuidado arquitetônico. A antiga casa dos professores ficou isolada do conjunto. Não havia unidade e as construções haviam passado por todo tipo de alterações ao longo do tempo (Figura 122).

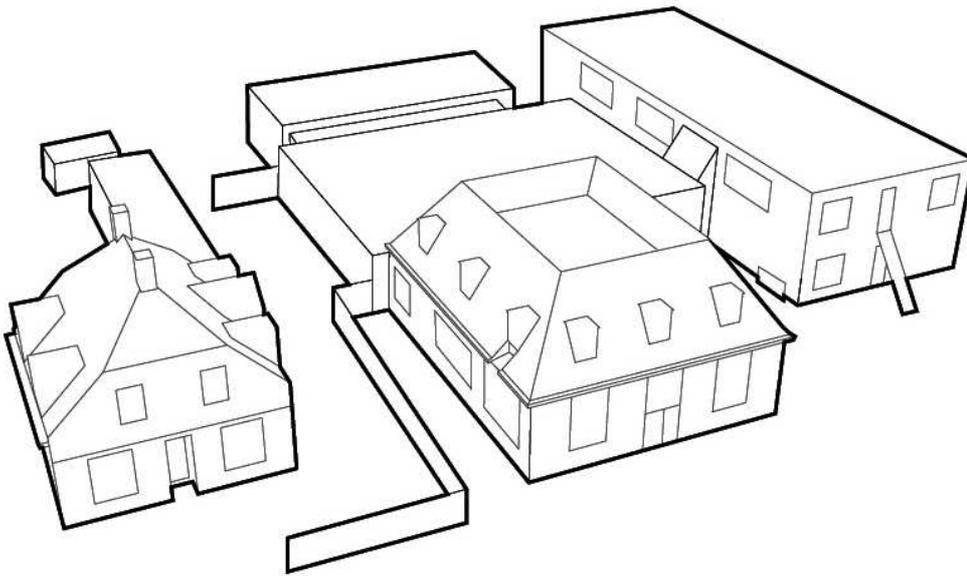


Figura 122 – Esquema dos arquitetos mostrando situação anterior ao projeto  
 Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)

Analisando o conjunto, os arquitetos resolveram partir para três tipos de ações:

- Melhoria dos edifícios existentes;
- Remodelação parcial dos edifícios;
- Demolição parcial dos outros edifícios.

Como é possível perceber no esquema elaborado pelos autores do projeto (Figura 123), a primeira ação projetual tomada foi a demolição do muro que separava as duas edificações históricas, e dos volumes mais precários, principalmente o edifício central proveniente dos anos sessenta. Com essa atitude possibilitou-se ventilar e iluminar melhor os edifícios a permanecer, além de liberar espaço para o novo projeto (Etapa 01). Dessa forma ficaram as duas construções históricas que deviam passar por melhorias, e outros dois edifícios, de menor valor arquitetônico e que deveriam sofrer maiores alterações (Etapa 02). Assim, os arquitetos decidiram propor um novo volume em “L”, de forma a interligar todo o conjunto e criar uma praça interna (Etapa 03). Os passos seguintes foram definir as aberturas e fazer subtrações, garantindo a iluminação e ventilação, além da integração interior-exterior, que era precária na configuração anterior. Outra medida

foi sugerir a inserção de vegetação e espaços de estar nos pátios, como uma forma de trazer a floresta do entorno para dentro do complexo (Etapas 04 e 05). Várias passagens calçadas foram propostas para garantir a ligação entre as diversas partes. Os volumes apresentam diferenças sutis de tamanho, material e aparência. Para dar unidade ao conjunto os arquitetos decidiram revestir os edifícios com madeira, exceto as construções históricas.

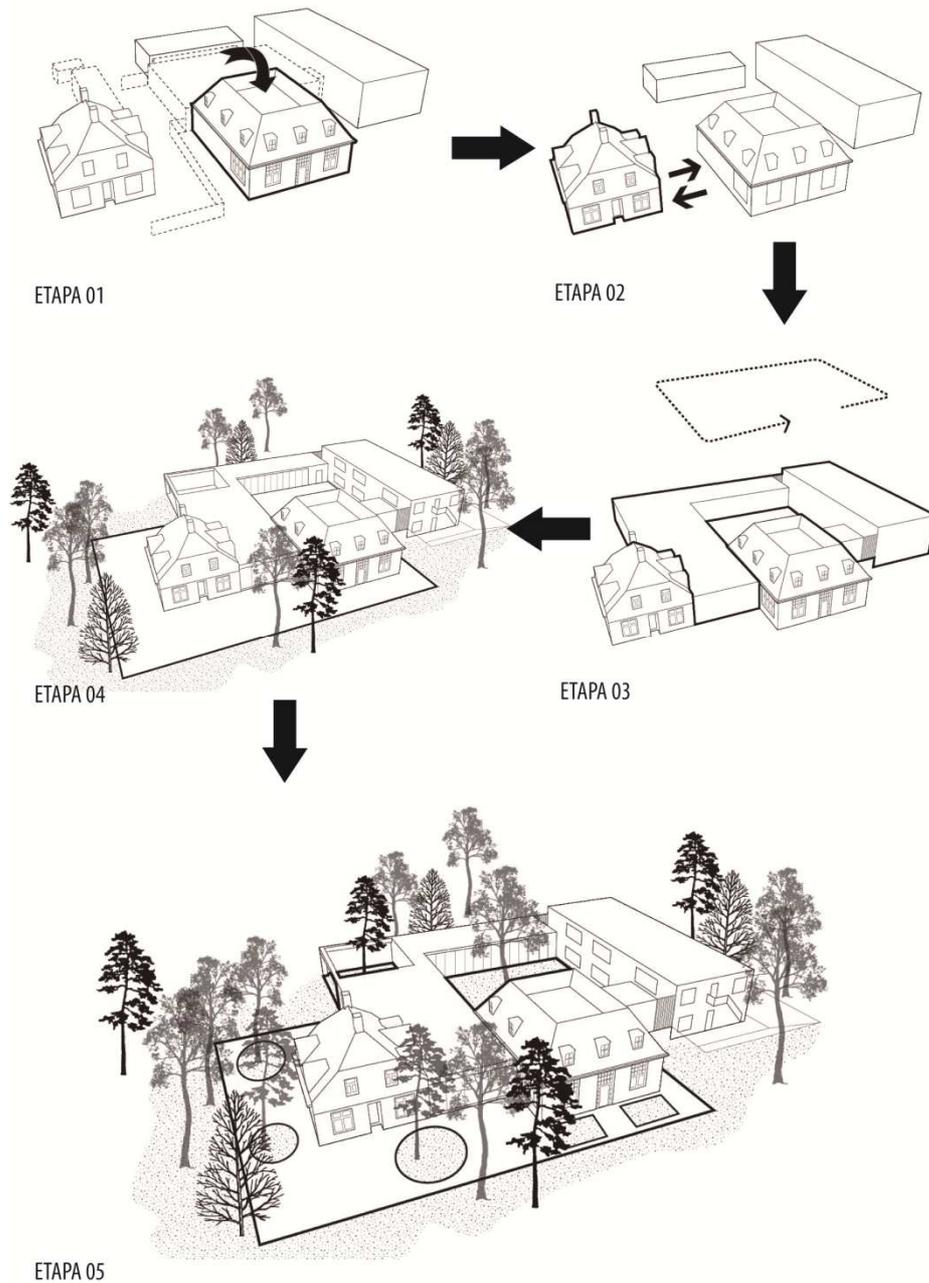


Figura 123 – Desenvolvimento do partido projetual  
 Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014) Modificado pelo autor



Figura 124 – Pátio central e edifício em “L”  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)



Figura 125 – Bloco dos dormitórios  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)



Figura 126 – Pátio central  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)

### 7.1.2 Programa

O programa pode ser dividido em áreas coletivas, área de dormitórios, e áreas complementares, como administração, circulações, banheiros, entre outras. Cada volume abriga majoritariamente alguma dessas funções. A antiga escola mantém o papel de edificação mais significativa, abrigando em seu térreo o principal

acesso ao conjunto, além da recepção, áreas de estar, e cozinha. Em seu segundo pavimento estão áreas administrativas e um mezzanino que também serve como espaço de estar.



Figura 127 – Recepção do hostel, bar e mezanino  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)



Figura 128 – Mezzanino e área de estar  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)



Figura 129 – Hall de entrada  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)

O edifício da antiga casa de professores abriga em seu pavimento térreo o quarto dos funcionários e duas salas de múltiplo uso. Essas salas são separadas por divisórias móveis, de forma a flexibilizar os ambientes. No andar de cima estão dois quartos coletivos e suas instalações sanitárias.



Figura 130 – Quarto de seis leitos  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)



Figura 131 – Sala multiuso  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)

O volume térreo em “L”, que faz a ligação entre as duas edificações históricas, abriga em uma de suas alas o refeitório, e duas salas multiuso. Na outra porção mais duas salas multiuso, e na interseção entre as duas partes há a presença de um pátio, que gera um espaço de convivência, além de melhorar a ventilação e iluminação dos ambientes. As salas multiuso são separadas por divisórias móveis, de modo que os espaços possam adaptar-se para as diferentes situações. Dessa forma o hostel pode ser o espaço de celebração de casamentos, festas, encontros, e conferências para grupos de até 200 pessoas. Além disso, a idéia é que essas partes do albergue possam ser desativadas em épocas de baixa temporada, economizando energia e força de trabalho.



Figura 132 – Refeitório  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)



Figura 133 – Pátio no vértice do “L”  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)

E por fim está o volume lateral retangular que abriga a maior parte dos dormitórios do albergue. No total o hostel abriga 34 quartos:

- 10 quartos para 2 pessoas
- 16 quartos para 4 pessoas
- 08 quartos para 6 pessoas

Todos esses quartos geram um total de 132 vagas. Em todos os casos os leitos são apresentados em forma de beliche. Ainda em alguns dos dormitórios há a presença de camas deslizantes sob os beliches, possibilitando a capacidade total do hostel de 150 pessoas.

O volume retangular que abriga os quartos possui acesso principal através do pátio central e acessos secundários pelas duas laterais. O edifício possui um corredor no meio, com os dormitórios localizados em casa um dos lados. Todos os quartos possuem banheiro privativo, além de um lavatório independente. Esses espaços então localizados em uma espécie de antecâmara, no acesso ao quarto e separada por uma parede da área das camas. Dessa forma evitam-se incômodos entre hóspedes que estejam dormindo e outros que necessitem usar esses espaços.



Figura 134 – Bloco dos dormitórios  
Fonte: PERSONAL ARCHITECTURE (2014)

## 7.2 JUGENDHERBERGE ST.ALBAN

### Ficha técnica

**Uso:** Albergue

**Localização:** Basileia – Suíça

**Autor do Projeto:** Buchner Bruendler Architekten

**Data do projeto:** 2007

**Área:** 2294 m<sup>2</sup>



Figura 135 – Fachada principal do albergue  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)



Figura 136 – Entrada principal  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)



Figura 137 – Fachadas sul e oeste  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)

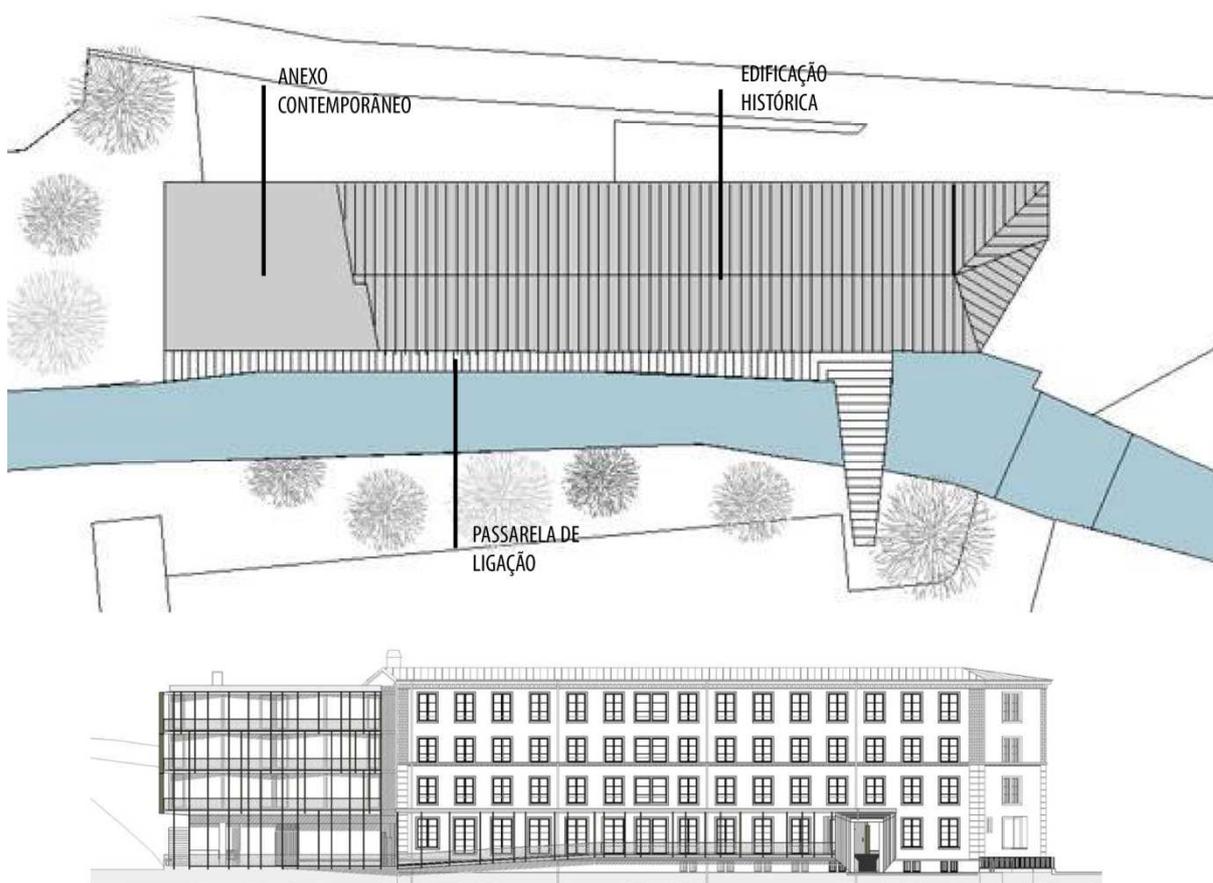


Figura 138 – Implantação e elevação norte  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014) Modificado pelo autor

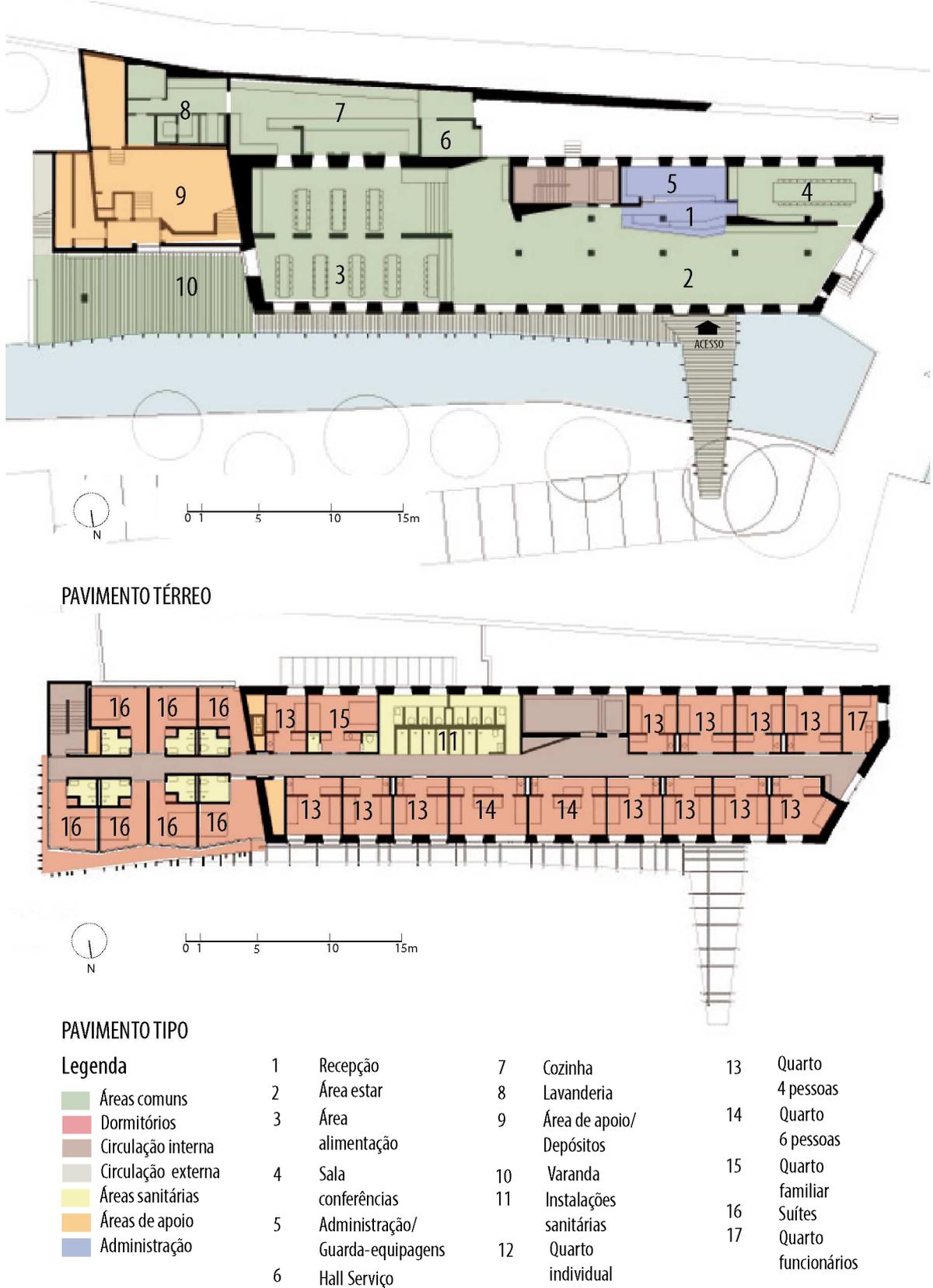


Figura 139 – Plantas do pavimento térreo e pavimento tipo  
 Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014) Modificado pelo autor

### 7.2.1. Conceito

O hostel localiza-se na cidade da Basileia, que conta com cerca de 170 000 habitantes e é considerada o coração cultural da Suíça. De acordo com os arquitetos, trata-se de uma edificação histórica que inicialmente abrigava uma fábrica de fitas. Antes da intervenção mais recente, a construção já abrigava uso voltado para hospedagem desde os anos 80, entretanto sua disposição de espaços lembrava mais o uso clássico de um hotel. Os proprietários decidiram realizar as alterações para deixar o edifício adequado para o uso como albergue, ou seja, definição dos dormitórios como áreas puramente para dormir e maior valorização dos espaços coletivos. Além disso, a proposição de um anexo contemporâneo, para complementar a demanda de leitos.



Figura 140 – Vista lateral do anexo contemporâneo  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)

Dessa forma os arquitetos projetaram a reorientação do acesso principal, agora feito através da fachada norte, mais voltada para o espaço público. Para chegar ao albergue é necessário atravessar uma ponte peatonal que cruza o que foi um antigo canal comercial. Essa ponte continua ao longo da fachada como uma espécie de passarela, até a outra extremidade do edifício, alcançando um terraço da intervenção contemporânea. Dessa forma a ponte e passarela segue como elemento de ligação entre o novo e o antigo.

## 7.2.2 Programa

A maior parte do programa está inserida na edificação histórica. Em seu pavimento térreo está localizado o acesso principal, a partir de onde se pode acessar os ambientes públicos do albergue. Nesse pavimento está localizada uma espaçosa recepção e a área de estar, além de uma sala multiuso usada para conferências ou reuniões.



Figura 141 – Recepção e área de estar do albergue  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)



Figura 142 – Passarela de acesso  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)

Figura 143 – Saguão de entrada  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)

Contígua a essas áreas está o espaço para alimentação, de onde se pode acessar a varanda externa ou a cozinha. Nos fundos do terreno existe um acesso de serviço, a partir do qual se chega a um pequeno hall ligado à cozinha e à lavanderia. O pavimento térreo do edifício anexo, além da área de varanda, é totalmente usado como área de apoio ao albergue, sem acesso para os hóspedes.



Figura 144 – Área de alimentação  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)

Figura 145 – Varanda  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)

Além do térreo, existe o pavimento tipo, que se repete três vezes. Nele estão localizados os dormitórios. No total o hostel abriga 69 quartos:

- 36 quartos para 4 pessoas
- 06 quartos para 6 pessoas
- 03 quartos familiares ( 4 pessoas), com banheiro
- 21 suítes

Todos esses quartos geram um total de 234 vagas. Os dormitórios coletivos estão todos localizados no edifício histórico. Em cada quarto junto ao acesso existe um pequeno hall, onde estão presentes os armário para guardar as bagagens e um lavatório. A área de dormir encontra-se separada desse espaço por uma parede, deixando o ambiente mais reservado. Todas as camas são beliches, com exceção do quarto familiar, que apresenta também uma cama de casal. As instalações sanitárias dos hóspedes dos quartos coletivos são compartilhadas. Para atender aos alberguistas, em cada pavimento existe um núcleo, onde a área dos vasos sanitários é separada por sexo. Já a área dos chuveiros funciona independentemente, na forma de cabines únicas que podem ser acessadas diretamente do corredor.



Figura 146 – Dormitório coletivo  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)



Figura 147 – Área dos chuveiros  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)

As suítes estão todas localizadas no anexo contemporâneo, seguindo a disposição tradicional de cama de casal e banheiro privativo. Cada andar apresenta sete suítes, sendo três voltadas para a face sul e quatro para a face norte. Essas últimas possuem uma pequena varanda, localizada entre o fechamento em vidro e as ripas de madeira que compõem a fachada.



Figura 148 – Varanda das suítes  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)

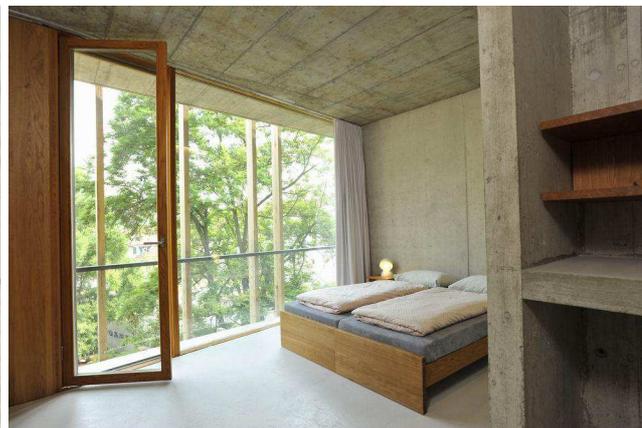


Figura 149 - Suíte  
Fonte : BUCHNER BRÜNDLER (2014)

### 7.3 MUSEU DO PÃO – MOINHO COLOGNESE

#### Ficha técnica

**Uso:** Museu / Moinho

**Localização:** Ilópolis – Rio Grande do Sul – Brasil

**Autor do Projeto:** Brasil Arquitetura

**Data do projeto:** 2005

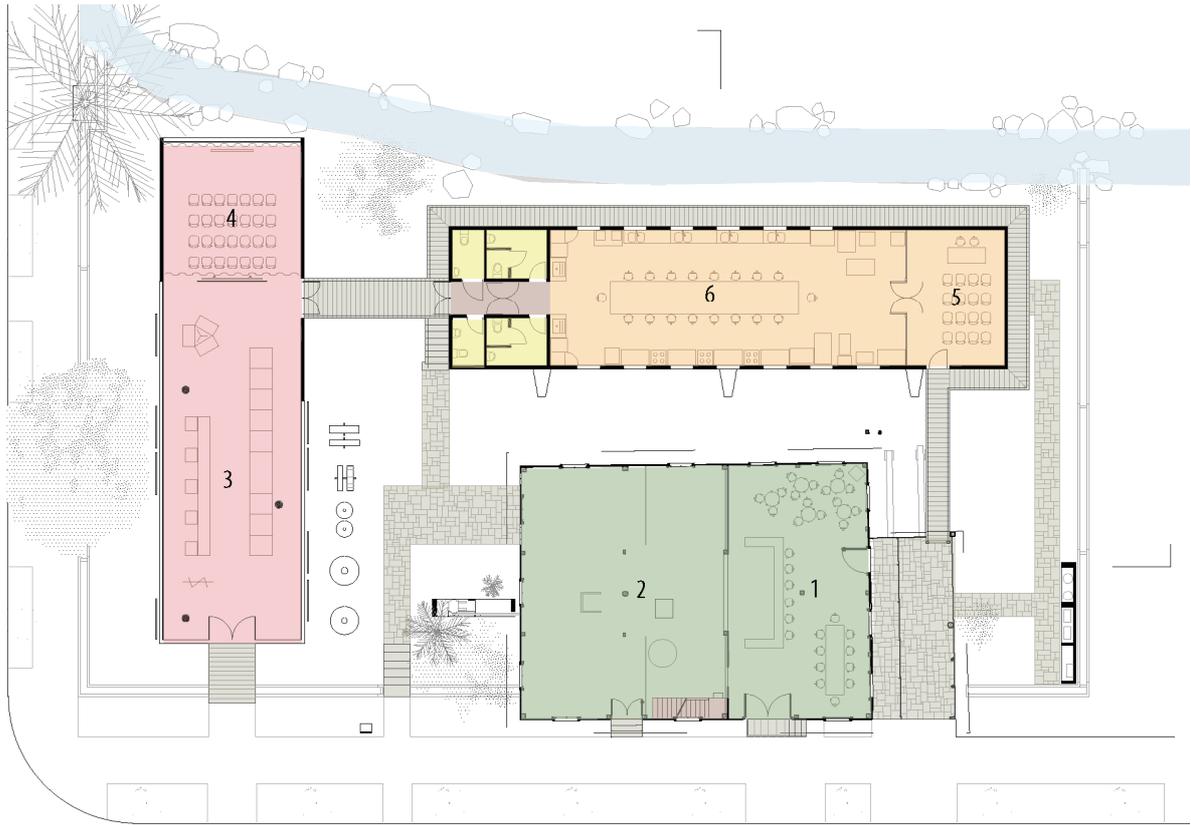
**Área:** 530 m<sup>2</sup>



Figura 150 – Vista geral do conjunto arquitetônico  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)



Figura 151 – Croqui dos autores do projeto  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)



PLANTA TÉRREO

Legenda

 Moinho	 Circulação interna	1	Bodega	4	Auditório
 Museu do Pão	 Circulação externa	2	Moinho	5	Sala de aula
 Oficina de Panificação	 Áreas sanitárias	3	Área Expositiva		

Figura 152 – Planta do conjunto arquitetônico  
 Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014) Modificado pelo autor



ELEVAÇÃO FRONTAL

Figura 153 – Elevação frontal  
 Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)



### ELEVAÇÃO LATERAL

Figura 154 – Elevação lateral  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)



### CORTE LONGITUDINAL

Figura 155 – Corte Longitudinal  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)



### CORTE TRANSVERSAL

Figura 156 – Corte Transversal  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)

### 7.3.1 Conceito

A edificação histórica é um moinho que data do início do século XX e localiza-se numa pequena cidade na região da serra gaúcha. Segundo os autores do projeto, essa área foi colonizada por imigrantes europeus que trouxeram a conhecimento tecnológico da construção em madeira. Esse fato aliado a abundância de madeira na região, principalmente da araucária, gerou diversos exemplares arquitetônicos interessantes.

O moinho funcionou por muitos anos, ficando desativado a partir final dos anos 90, com a morte do moleiro que lá trabalhava. No ano de 2004 foi criada a Associação dos Amigos dos Moinhos do Alto Taquari, que veio a adquirir o imóvel e seu terreno através de recursos doados por uma empresa privada. No ano seguinte começou a ser produzido o projeto arquitetônico para a recuperação do moinho.

O projeto previu a restauração do moinho, além da construção de dois anexos para abrigar o Museu do Pão e uma Oficina de Panificação.



Figura 157 – Croqui dos arquitetos  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)

O conceito utilizado pelos arquitetos ao projetar os anexos foi de gerar um contexto atual para o moinho, além de reafirmá-lo como documento técnico, arquitetônico e cultural do passado. Dessa forma o edifício antigo serviu de referência para o novo, seja em sua escala, materiais, arquitetura, e também nas funções, de produção e transformação. Os dois novos edifícios são térreos e ligados ao existente por varandas e passadiços, demonstrando que a intenção dos arquitetos não era competir com o edifício principal e sim valorizá-lo. Quanto aos materiais, são apresentados de maneira “crua”, sem revestimentos, lembrando a tipologia da arquitetura do moinho. A madeira é o grande elemento de destaque. Está presente nos painéis corredeiros que servem de brise, nas varandas e passagens, nos pilares construídos em referência à estrutura do moinho, e até mesmo nas paredes de concreto, onde é possível ver as marcas horizontais das formas de madeira.



Figura 158 – Vista do Museu do Pão e da Oficina de Panificação  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)

### 7.3.2 Programa

O antigo moinho teve não apenas seu aspecto arquitetônico restaurado, mas também seu maquinário e função original. Além disso, o edifício abriga agora uma

bodega, que serve como ponto de encontro e lazer para os moradores da cidade e visitantes. Nela são servidos produtos de panificação, tanto da oficina do local como também de outros produtores da região.



Figura 159 – Interior do moinho  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)

Figura 160 – Bodega  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)

O primeiro dos edifícios anexos abriga o Museu do Pão. Nele é contada a história desse alimento e são expostos objetos relacionados à sua produção nas diferentes épocas e contextos. Além das áreas expositivas, existe ao fundo um pequeno auditório onde são apresentados documentários, filmes e palestras com a temática do pão e da imigração italiana. O volume em concreto é mais fechado na parte lateral do auditório, ao contrário da área expositiva, que apresenta grandes aberturas envidraçadas protegidas por painéis corredeiros de madeira. Nesse ambiente também estão localizados os três pilares em concreto e madeira, que atuam como elementos escultóricos e fazem referência à estrutura antiga.



Figura 161 – Interior do Museu do Pão  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)

Figura 162 – Vista externa do museu  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)

O segundo anexo abriga a Oficina de Panificação, e é o edifício mais reservado em relação à rua. Na oficina são realizadas ações de resgate da culinária tradicional e formação e capacitação de profissionais, através de cursos de panificação e confeitaria. O volume de planta retangular contém um núcleo sanitário em uma das suas extremidades, e uma pequena sala de aula na outra. A maior parte do espaço é ocupada pela oficina propriamente dita. Nesse amplo ambiente há a presença de uma bancada no centro e pias e fogões nas laterais. As aberturas têm um peitoril maior, e as paredes abaixo delas são revestidas com cerâmica. Além disso, existe uma outra faixa de aberturas no alto, quase na altura da cobertura, que ajuda a iluminar os espaços de trabalho laterais. A cobertura do edifício é um teto verde. Externamente o volume é abraçado em três de suas fachadas por uma varanda de madeira que faz a ligação entre ele, o museu e o moinho.



Figura 163 – Oficina de panificação  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)



Figura 164 – Ligação entre a oficina e o moinho  
Fonte: BRASIL ARQUITETURA (2014)

#### 7.4. ANÁLISE E COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTUDOS DE CASO

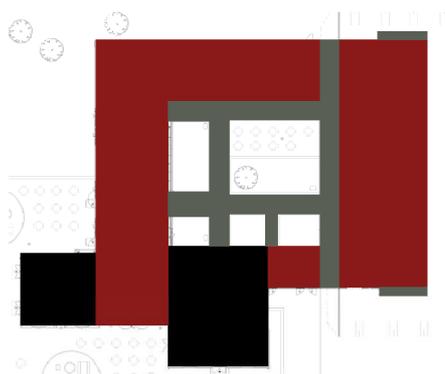
Nesta seção serão analisados em conjunto os três estudos: Stayokay Hostel (Caso 01); Jugendherberge St. Alban (Caso 02); e o Museu do Pão (Caso 04).

O primeiro item a ser avaliado é a forma de intervenção e materialidade, que se apresenta de maneira diferente em cada um dos exemplos. No primeiro caso, a construção abraça os edifícios históricos, e é ela quem faz a ligação do conjunto. Esse edifício de ligação é térreo, uma forma de respeitar as construções históricas que apresentam dois pavimentos. A partir de uma vista frontal percebe-se o destaque dos edifícios antigos dentro do conjunto. Quanto à materialidade foi importante a utilização do mesmo tipo de madeira no revestimento de todos os

blocos anexos. Embora se utilize o mesmo material, a composição não é monótona devido a pequenas variações, seja de aberturas ou texturas em cada um dos volumes. Os espaços mais interessantes do conjunto talvez sejam as salas multiuso, pela sua versatilidade e pela fluência entre o espaço interno e o pátio central. Um aspecto desfavorável é a falta de referência do espaço interno dos edifícios históricos, que servem apenas como uma “casca” para um interior completamente novo.

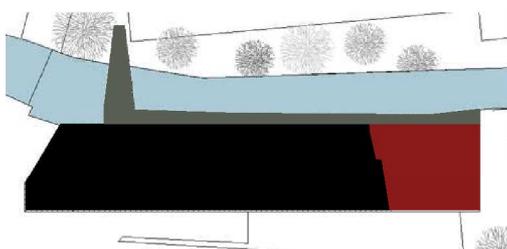
No Caso 02, o edifício histórico apresenta planta retangular em 4 pavimentos, e o espaço disponível para a construção do anexo era mais limitado. Dessa forma optou-se por projetar um volume em continuidade com o existente, seguindo o mesmo alinhamento e gabarito. A ligação espacial e visual entre o novo e antigo é feita pela passarela de madeira, mesmo material que compõem a fachada do anexo. Como a construção histórica apresentava uso industrial, os arquitetos optaram por utilizar materiais aparentes, que se aproximassem dessa linguagem. Em relação à materialidade e aspecto estético pode-se dizer que esse caso apresenta maior qualidade em relação ao primeiro. Entretanto o caráter demasiadamente minimalista dos espaços, principalmente das áreas de estar no térreo, pode gerar um estranhamento nos hóspedes que busquem um espaço mais acolhedor. Nesse quesito o primeiro albergue leva vantagem.

No caso 03 os edifícios anexos formam um “L” ao redor da construção histórica, entretanto sem um contato direto. As ligações ocorrem por meios de varandas e passarelas. Nesse caso, diferente dos anteriores, o edifício antigo voltou a abrigar seu uso primário. Portanto pode-se dizer que dos três exemplos é a intervenção onde o edifício assume o papel de documento histórico e técnico mais efetivamente. Além da ligação física, existe uma ligação conceitual entre as construções contemporâneas e o moinho, uma vez que todas abrigam funções relacionadas de alguma forma à farinha e ao pão. Outro fator importante para o conceito foi a materialidade. Utilizar a madeira e os materiais aparentes como diretriz de projeto foi uma referência ao edifício histórico e contribuiu decisivamente para a unidade do conjunto.



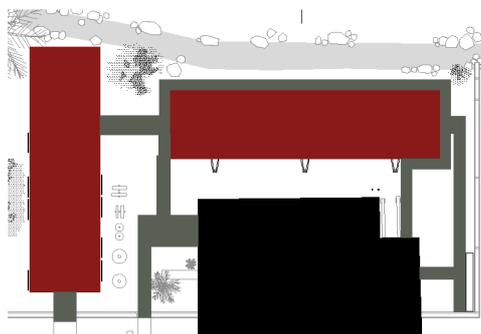
#### CASO 01 - STAYOKAY HOSTEL

Anexo contemporâneo toca os dois edifícios históricos interligando-os. O restante das ligações ocorre por meio de calçadas.



#### CASO 02 - JUGENDHERBERGE ST. ALBAN

Anexo contemporâneo ocorre em continuidade com o volume retangular do edifício histórico. Presença de ligações internas em cada pavimento, além da passarela externa.



#### CASO 03 - MUSEU DO PÃO

Anexo contemporâneo projetados sem encostar da edificação histórica. As ligações são feitas através de varandas e passarelas.

#### Legenda

■ Edifícios históricos   ■ Anexos contemporâneos   ■ Circulações/Ligações

Figura 165 – Esquema mostrando os diferentes tipos de intervenção.  
Fonte: O autor (2014)

Depois de analisar os aspectos conceituais, vamos passar agora para as questões relacionadas ao programa arquitetônico, referente aos dois albergues. Para tanto foi elaborada tabela comparativa entre os dois casos, representando a porcentagem que cada tipo de uso representa em relação ao todo (Figura 166).

## CASO 01 - STAYOKAY SOEST



## CASO 02 - JUGENDHERBERGE ST. ALBAN

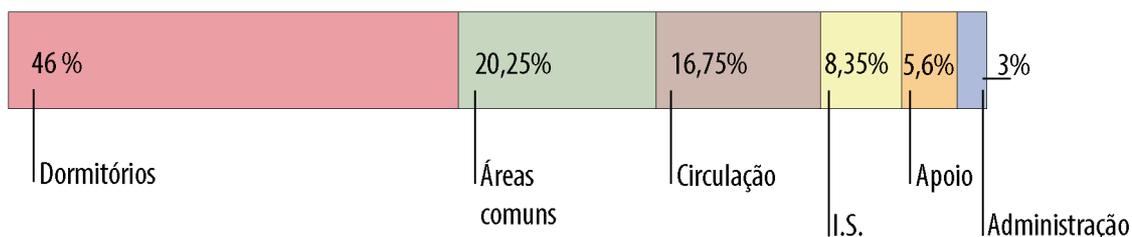


Figura 166 – Gráfico comparativo de porcentagem de áreas em relação ao programa  
 Fonte: O autor (2014)

O primeiro fator importante que se pode observar é a predominância da porcentagem das áreas comuns no caso 01 e das áreas de dormitórios no caso 02. Esse fato pode ser interpretado como uma resultando do contexto em que cada um dos albergues está inserido. Segundo a descrição do Stayokay Soest no catálogo da Hostelling Internacional, ele está inserido em uma área de bosque distante entre 3 e 5 km do centro da cidade. Dessa forma justifica-se a preocupação em gerar mais espaços de convivência para que atividades possam ser realizadas no próprio albergue. Já o segundo caso está localizado em uma cidade quase quatro vezes maior e que é considerada o coração cultural da Suíça. Como o hostel está situado entre 500 m/1 km do centro da cidade, é mais provável que os hóspedes passem o dia realizando atividades turísticas e utilizem o local majoritariamente como dormitório. Esses fatos contribuem para o caráter de local de encontro fora da cidade do primeiro caso, e de dormitório urbano para o segundo.

Outro fator interessante observado é que mesmo com a diferença de partidos entre os dois casos, a soma dos usos de dormitório, espaços comuns e circulação gerou o mesmo resultado: 83 % do total. Os outros 17 % se referem a áreas de banheiros, apoio e administração.

Para melhor efeito de análise, elaborou-se uma tabela comparando os itens e áreas mínimas/desejáveis recomendadas pela Federação Brasileira de Albergues da Juventude. Como essas são as diretrizes brasileiras, podem haver algumas diferenças com as recomendações internacionais, mas ainda assim considerou-se válido fazer essa comparação. As áreas dos ambientes do albergues apresentadas nas tabelas são aproximadas, e foram calculadas através do material gráfico presente no site oficial dos autores dos projetos.

<b>Ambiente</b>	<b>Caso 01 - Stayokay hostel</b>	<b>Caso 02 - Jugendherberge st. alban</b>
<b><u>Quartos coletivos</u></b>		
<b>2,8 m<sup>2</sup>/leito mínimo</b>		
<b>3,5 m<sup>2</sup>/leito desejável</b>	2,8 m <sup>2</sup> /leito	3,7 m <sup>2</sup> /leito
<b><u>Quartos familiares</u></b>		
<b>14 m<sup>2</sup> mínimo</b>	-	17 m <sup>2</sup>
<b>16 m<sup>2</sup> desejável</b>		
<b><u>Quarto casal</u></b>		
<b>8 m<sup>2</sup> mínimo</b>	-	12 m <sup>2</sup>
<b>10 m<sup>2</sup> desejável</b>		
<b><u>Área de estar/convívio</u></b>	3,0 m <sup>2</sup> /leito	
<b>1,5 m<sup>2</sup>/leito mínimo</b>	(não foram consideradas as áreas externas)	1,85 m <sup>2</sup> /leito
<b>1,8m<sup>2</sup>/leito desejável</b>		
<b><u>Área alimentação (Lugares)</u></b>		
<b>50 % total de leitos</b>	53 % total de leitos	38 % total de leitos
<b><u>Cozinha</u></b>		
<b>0,5 m<sup>2</sup>/leito mínimo</b>	0,22 m <sup>2</sup> /leito	0,51m <sup>2</sup> /leito
<b><u>I.S.</u></b>		
<b>Privativo/ ou</b>		
<b>01 a cada 6 leitos</b>	Privativo	01 a cada 10 leitos
<b><u>Escritório</u></b>		

<b>10 m<sup>2</sup> mínimo</b>	11 m <sup>2</sup>	18,60 m <sup>2</sup>
<b>15 m<sup>2</sup> ideal</b>		
<b><u>Lavanderia</u></b>		
<b>02 tanques mínimo</b>	02 tanques	02 tanques

Tabela 02 – Análise programática  
 Fonte: O autor (2014)

Analisando o primeiro caso, os quartos coletivos atendem exatamente a área mínima recomendada. A inserção de instalações sanitárias dentro dos quartos coletivos ajuda o albergue a respeitar as normas vigentes. Enquanto os quartos e banheiros apresentam as dimensões mínimas, as áreas de convívio são bem mais generosas, superando a metragem desejável. É importante lembrar ainda que as áreas externas não foram levadas em conta no cálculo, o que aumentaria ainda mais esse percentual. O espaço para alimentação também apresenta o número de assentos dentro do esperado. Um problema identificado é em relação à cozinha, que possui dimensões com menos da metade do que deveria.

No segundo caso, ao contrário da situação vista no correlato anterior, os quartos são bem mais espaçosos. Tanto os quartos coletivos, como os de casal e de família ultrapassam a metragem desejável recomendada. As áreas de estar e convívio respeitam as recomendações, mas são mais restritas se comparadas ao outro hostel. Uma deficiência diagnóstica no programa é o número de instalações sanitárias disponíveis para os quartos coletivos. Cada unidade tem que atender a 10 hóspedes, sendo que o recomendável é 01 para cada 06 pessoas. Outro aspecto desfavorável é o número de assentos à mesa para alimentação. Como o albergue possui a capacidade de 234 leitos, deveriam ser oferecidos 116 lugares (50 % do total de leitos). Entretanto existem apenas 90 assentos, desrespeitando assim às recomendações.

Concluindo o capítulo, percebe-se que as formas de intervenção dos estudos correlatos foram em todos os casos condicionadas pelo edifício existente, pelas suas características, pelo seu entorno e também pelo uso proposto. É notável que o resultado das relações entre o antigo e o novo apresenta variações entre os casos, algumas vezes conseguindo um melhor resultado estético, um melhor diálogo ou um

resultado mais funcional. Já quanto ao programa, nota-se que diferentes estabelecimentos que cumprem a mesma função de albergue podem apresentar caracteres variados. Por exemplo, pode-se enfatizar o aspecto de dormitório propriamente dito valorizando o espaço dos quartos, ou enfatizar o aspecto de local de encontro, reuniões, lazer. Considera-se que esse tipo de decisão deve ser tomado avaliando o contexto em que o estabelecimento esteja inserido e o público que vai atender.

## 8 DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO

### 8.1 LEGISLAÇÃO

O plano de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de Antonina é regulamentado pela lei municipal nº 22/2008. Segundo essa lei a edificação em questão está dentro do Setor Histórico, que é definido da seguinte forma:

Setor Histórico (SE) - é a área equivalente ao Centro Histórico tombado municipalmente e região de entorno, sendo a parte mais antiga e consolidada da cidade, onde predominam importantes equipamentos institucionais do Município, como a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Hospitais, Escolas, Teatro e a Rodoviária.

§ 1º A vocação deste Setor é a manutenção de sua diversidade de usos de médio porte, priorizando seu caráter referencial, institucional e turístico.

§ 2º A aprovação de novas edificações, reformas e restauros deve levar em consideração a manutenção e valorização dos parâmetros urbanísticos que definem a paisagem histórica característica de Antonina (ANTONINA, Decreto-lei n. 22/2008. Diário Oficial Municipal, Antonina, 8 de ago. 2008).

Os parâmetros de ocupação definidos para essa área são os seguintes:

<b>Lote mínimo</b>	360 m <sup>2</sup>
<b>Lote máximo</b>	2880 m <sup>2</sup>
<b>Testada mínima</b>	10 m
<b>Recuo frontal</b>	-
<b>Afastamento das divisas</b>	1,5 m
<b>Altura máxima</b>	02 pavimentos
<b>Coefficiente de aproveitamento</b>	01
<b>Taxa de ocupação máxima</b>	50 %
<b>Taxa de permeabilidade mínima</b>	25 %

Tabela 03 – Parâmetros construtivos para a área  
Fonte: O autor (2014)

Levando em conta os dados apresentados acima, é possível estabelecer as áreas e diretrizes construtivas para o terreno em questão. Atualmente existe uma taxa de

ocupação de 12%, enquanto o máximo permitido é de 50 %. Entretanto observa-se de que para propor edifícios anexos que tenham um bom diálogo com o edifício histórico provavelmente será alcançada uma taxa de ocupação inferior ao máximo permitido. Existe a intenção também de manter uma taxa de permeabilidade maior do que os 25% exigidos minimamente.

<b>Área terreno</b>	2135,85 m <sup>2</sup>
<b>Taxa ocupação (50%)</b>	1067,92 m <sup>2</sup>
<b>Projeção edificação existente</b>	263,13 m <sup>2</sup>
<b>Taxa de ocupação existente</b>	12 %
<b>Coefficiente de aproveitamento (1,0)</b>	2135,85 m <sup>2</sup>
<b>Taxa de permeabilidade mínima (25%)</b>	533,96 m <sup>2</sup>

Tabela 04 – Parâmetros referentes ao terreno.  
Fonte: O autor (2014)

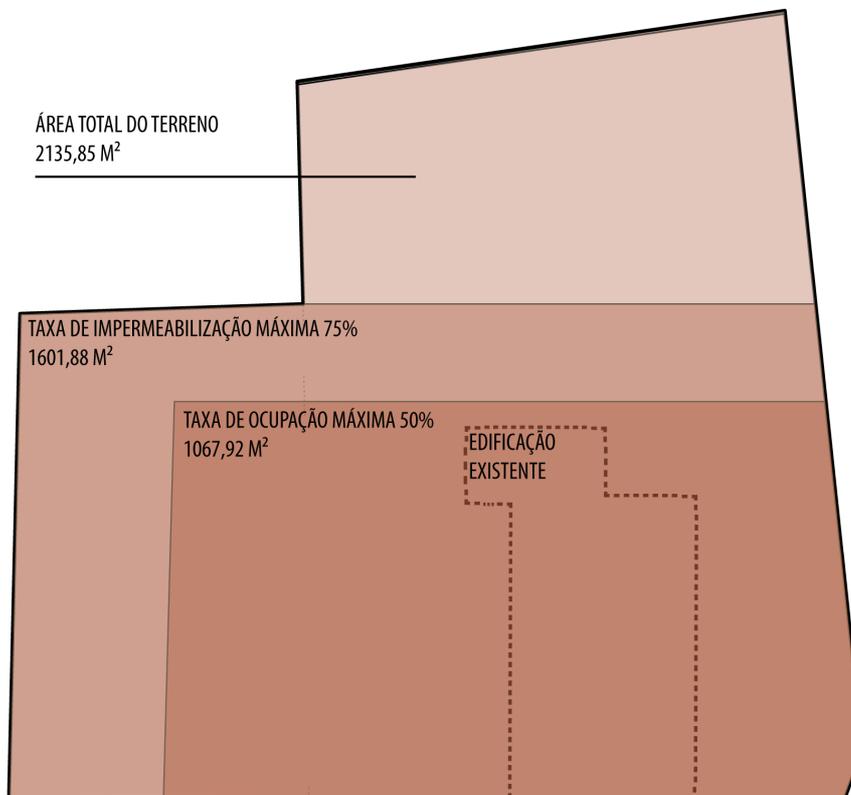


Figura 167 – Esquema de parâmetros referentes ao terreno  
Fonte: O autor (2014)

## 8.2 PROGRAMA DE NECESSIDADE E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Após o entendimento do conceito de um albergue, dos pré-requisitos exigidos pela federação internacional e dos estudos de caso tornou-se possível elaborar o pré-dimensionamento apresentado a seguir. Optou-se pela proposição de um hostel com capacidade de 80 leitos, divididos entre dormitórios coletivos, de casal e familiares. Levando em conta que a Federação Brasileira de Albergues da Juventude apresenta um dimensionamento mínimo e outro desejável, optou-se por adotar os valores desejáveis, de forma a garantir o maior conforto para os hóspedes. O pré-dimensionamento buscou priorizar os ambientes coletivos e de recreação, representando cerca de 40 % do programa. Já os dormitórios respondem por 30 %, e as circulações ocupam o valor de 15 %. Juntos esses três tipos de uso referem-se a 85 % do total, valor próximo do encontrado nos estudos de caso. Os 15 % restantes dividem-se entre áreas administrativas, sanitárias e de apoio.

% EM RELAÇÃO AO PROGRAMA



Figura 168 – Esquema com porcentagens de uso em relação ao total do programa  
Fonte: O autor (2014)

A seguir serão mais bem detalhados cada um dos setores que compõem o albergue.

### Área de hospedagem

Os 80 leitos oferecidos pelo albergue foram divididos da seguinte maneira:

- 03 dormitórios femininos com 06 leitos (03 beliches)
- 03 dormitórios masculinos com 06 leitos (03 beliches)
- 02 dormitórios femininos com 04 leitos (02 beliches)
- 02 dormitórios masculinos com 04 leitos (02 beliches)
- 10 quartos de casal

- 04 quartos familiares (01 cama de casal + 01 beliche)

Todos os quartos possuirão instalações sanitárias dentro do ambiente. No caso dos dormitórios coletivos haverá um pequeno hall interno, abrigando os armários para guardar as bagagens e equipamentos pessoais. Devem ser previstas lixeiras nos ambientes, pontos de luz para atender a cada leito e beliches com escadas laterais.

<b>Ambiente</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Área mínima</b>	<b>Área desejável</b>	<b>Total</b>
<b>Dormitório 06 leitos</b>	6	16,8 m <sup>2</sup>	<u>21 m<sup>2</sup></u>	<u>126 m<sup>2</sup></u>
<b>Dormitório 04 leitos</b>	4	11,2 m <sup>2</sup>	<u>14 m<sup>2</sup></u>	<u>56 m<sup>2</sup></u>
<b>Quarto de casal</b>	10	8 m <sup>2</sup>	<u>10 m<sup>2</sup></u>	<u>100 m<sup>2</sup></u>
<b>Quarto familiar</b>	4	14 m <sup>2</sup>	<u>16 m<sup>2</sup></u>	<u>64 m<sup>2</sup></u>
<b>Instalações sanitárias</b>	24	-	<u>3,75 m<sup>2</sup></u>	<u>90 m<sup>2</sup></u>
<b>TOTAL</b>				<u>436m<sup>2</sup></u>

Tabela 05 – Área dos dormitórios  
Fonte: O autor (2014)

### Área comunitárias

Juntamente com os dormitórios, as áreas comuns são a parte mais importante do albergue e um dos fatores que o diferencia de um hotel tradicional. Além disso, é nesses espaços que a filosofia alberguista é colocada em prática. A intenção não é de que o hostel seja apenas um dormitório, como também um local de encontro. Promover espaços para que o estabelecimento seja por si só também um atrativo que estimule as pessoas a hospedarem-se na cidade. Podem ser elencadas duas ações nesse sentido :

- Proposição de uma sala multiuso com acesso direto do exterior que além dos hóspedes possa ser usada também pelo público externo.

Seria um local para conferências, exposições e para oficinas, como no caso do Festival de Inverno.

- Implantação de um café/sorveteria anexo ao albergue, com acesso próprio, e que possa atender tanto aos hóspedes como ao público externo.

Além dessas áreas abertas ao público externo, existem também os espaços reservados apenas aos alberguistas. Para enfatizar a importância desses ambientes utilizaram-se para o dimensionamento as áreas desejáveis recomendadas pela federação nacional. A área de convivência é o principal desses espaços, e necessita promover o encontro e interação entre os hóspedes. Contíguo a esse ambiente devem estar os espaços para alimentação, onde será servido café da manhã e a cozinha comunitária. A lavanderia também é considerada um espaço comum pois pode ser utilizada pelos alberguistas através do pagamento de uma pequena taxa.

<b>Ambiente</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Área mínima</b>	<b>Área desejável</b>	<b>Total</b>
<b>Hall</b>	1	-	<u>15 m<sup>2</sup></u>	<u>15 m<sup>2</sup></u>
<b>Área de convivência</b>	1	120 m <sup>2</sup>	<u>144 m<sup>2</sup></u>	<u>144 m<sup>2</sup></u>
<b>Área para alimentação</b>	1	120 m <sup>2</sup>	<u>144 m<sup>2</sup></u>	<u>144 m<sup>2</sup></u>
<b>Cozinha comunitária</b>	1	<u>40 m<sup>2</sup></u>	-	<u>40 m<sup>2</sup></u>
<b>Lavanderia</b>	1	-	<u>6 m<sup>2</sup></u>	<u>6 m<sup>2</sup></u>
<b>Sala de conferências</b>	1	-	<u>100 m<sup>2</sup></u>	<u>100 m<sup>2</sup></u>
<b>Café/Sorveteria</b>	1	-	<u>50 m<sup>2</sup></u>	<u>50 m<sup>2</sup></u>
<b>I.S.</b>	4	<u>2,6 m<sup>2</sup></u>	-	<u>10,4 m<sup>2</sup></u>
<b>TOTAL</b>				<u>509,4 m<sup>2</sup></u>

Tabela 06 – Áreas comunitárias  
Fonte: O autor (2014)

### Áreas administrativas

As áreas administrativas são mais restritas aos funcionários. Entre esses espaços encontra-se a recepção, dimensionada como uma pequena área de balcão onde um funcionário possa atender aos alberguistas que chegam confortavelmente. Esse espaço deve abrigar ainda informações turísticas e itens básicos para serem vendidos aos hóspedes. Outro ambiente é o escritório, abrigando basicamente o espaço para o gerente e uma pequena mesa de reuniões. Prevê-se também o alojamento para funcionário, possuindo cama, banheiro e uma pequena cozinha.

<b>Ambiente</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Área mínima</b>	<b>Área desejável</b>	<b>Total</b>
<b>Recepção</b>	1	-	<u>5 m<sup>2</sup></u>	<u>5m<sup>2</sup></u>
<b>Alojamento funcionário</b>	1	<u>20 m<sup>2</sup></u>	-	<u>20 m<sup>2</sup></u>
<b>Escritório</b>	1	<u>10 m<sup>2</sup></u>	-	<u>10 m<sup>2</sup></u>
<b>TOTAL</b>				<u>35 m<sup>2</sup></u>

Tabela 07 – Áreas administrativas  
Fonte: O autor (2014)

### Áreas de apoio e circulação

Completando o quadro de áreas estão os ambientes de apoio e as circulações. As circulações foram pré-dimensionadas em 15 % da área total. Entre as áreas de apoio estão a rouparia e o ambiente para guardar as equipagens dos hóspedes que devem estar próximas à recepção. Prevê-se ainda um depósito/almojarifado para materiais e equipamentos diversos. Outros ambientes previstos são os banheiros para os funcionários e uma pequena copa. O restante dos espaços de apoio refere-se ao funcionamento do café/sorveteria, sendo a cozinha, vestiário e depósito.

Ambiente	Quantidade	Área mínima	Área desejável	Total
Rouparia	1	-	<u>6 m<sup>2</sup></u>	<u>6 m<sup>2</sup></u>
Guarda-equipagens	1	-	<u>4 m<sup>2</sup></u>	<u>4 m<sup>2</sup></u>
Depósito/Almoxarifado	1	-	<u>12 m<sup>2</sup></u>	<u>12 m<sup>2</sup></u>
Vestiário Funcionários	2	-	<u>2,5 m<sup>2</sup></u>	<u>5 m<sup>2</sup></u>
I.S. Funcionários	2	-	<u>2,5 m<sup>2</sup></u>	<u>5 m<sup>2</sup></u>
Copa funcionários	1	-	<u>5 m<sup>2</sup></u>	<u>6m<sup>2</sup></u>
Cozinha Café	1	-	<u>12 m<sup>2</sup></u>	<u>12 m<sup>2</sup></u>
Depósito Café	1	-	<u>5 m<sup>2</sup></u>	<u>5 m<sup>2</sup></u>
Circulações	-	-	-	<u>150 m<sup>2</sup></u>
<b>TOTAL</b>				<u>205 m<sup>2</sup></u>

Tabela 08 – Áreas de apoio e circulações  
Fonte: O autor (2014)

Setor	Total
Áreas dos dormitórios	<u>436m<sup>2</sup></u>
Áreas comunitárias	<u>509,4 m<sup>2</sup></u>
Áreas administrativas	<u>35 m<sup>2</sup></u>
Áreas de apoio	<u>55 m<sup>2</sup></u>
Circulação	<u>150 m<sup>2</sup></u>
<b>TOTAL</b>	<u>1185,4 m<sup>2</sup></u>

Tabela 09 – Áreas totais  
Fonte: O autor (2014)

Dessa forma chegou-se a um pré-dimensionamento total de 1185,4 m<sup>2</sup>. Levando-se em conta que a edificação histórica possui área de 327,55 m<sup>2</sup>, será necessária a construção de 857, 85 m<sup>2</sup>, cerca de 72 % do total do programa. Considerando-se que os blocos anexos possuirão dois pavimentos, pode-se estimar que a taxa de ocupação total do terreno alcançada será em torno de 32 %.

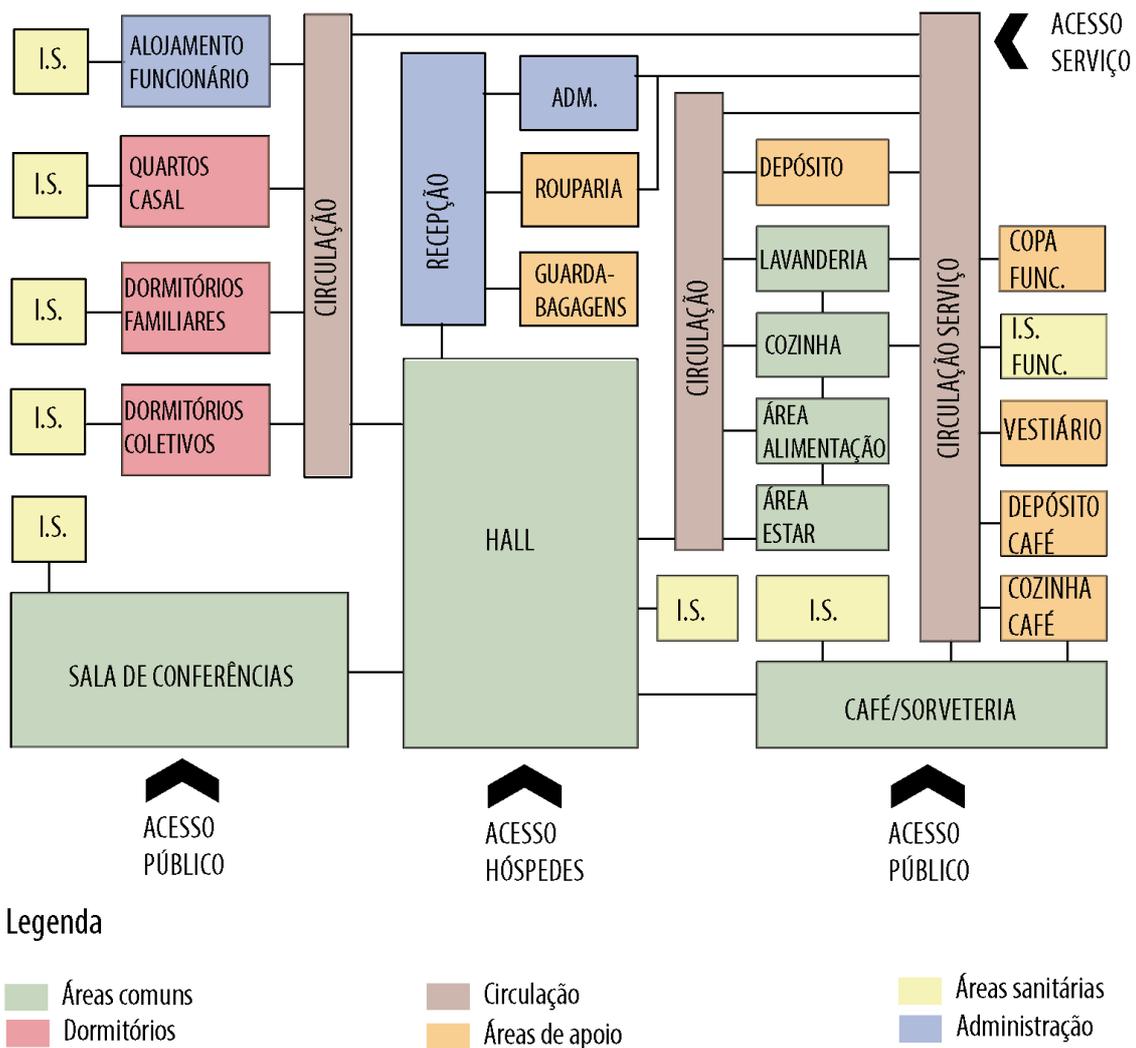


Figura 169 – Organograma  
Fonte: O autor (2014)

### 8.3 DIRETRIZES RESTAURATIVAS

Partindo do fato de que o edifício será reciclado, recebendo um novo uso, têm-se a necessidade de propor algumas diretrizes restaurativas para a próxima etapa de elaboração de projeto arquitetônico.

As ações propostas serão embasadas pelas recomendações das teorias do restauro e das cartas patrimoniais. Respeitando os preceitos da Carta de Veneza, todas as intervenções serão realizadas baseadas em registros, como as fotos antigas e desenhos técnicos levantados durante a pesquisa, e nunca baseadas em hipóteses. As reconstituições necessárias serão marcadas pela distinguibilidade do antigo. Os acréscimos serão projetados com materiais contemporâneos e buscarão conversar de forma a compor um conjunto harmônico. Em nenhuma hipótese será projetado “falso histórico”. Outro fator importante e levantado na Carta de Brasília é a reversibilidade das ações propostas, evitando-se alterar a substância do edifício original e possibilitando a execução de intervenções futuras.

A Carta de Washington recomenda que as novas construções ou inserções arquitetônicas devem estar em harmonia com a organização espacial existente, o parcelamento, o volume e a escala. Dessa forma, os anexos possuirão proporções de acordo com o edifício histórico. A altura das edificações novas será alinhada com a altura da construção antiga (Figura 170).

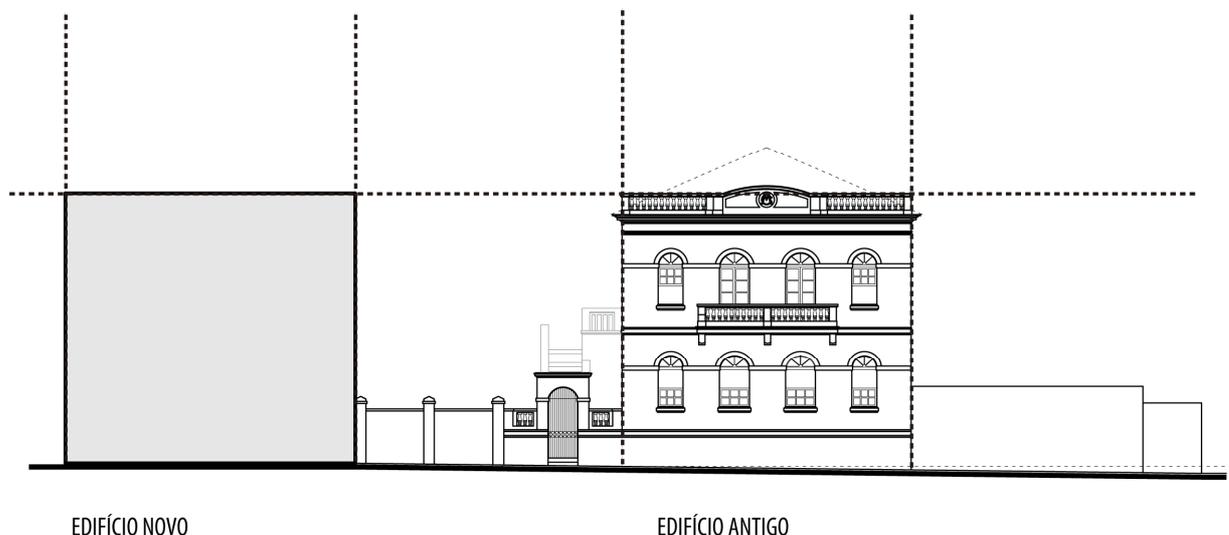


Figura 170 – Esquema demonstrando as relações de gabarito e volumetria  
Fonte: O autor (2014)

Entre as medidas básicas a serem tomadas, pode-se citar:

- Recomposição volumétrica do telhado (Figura 171);
- Restauração de todas as esquadrias de madeira;
- Demolição da laje e estrutura de concreto por encontrar-se altamente comprometida e proposição de um sistema mais leve e reversível; e demolição do trecho em alvenaria do anexo dos fundos, por se tratar de uma intervenção recente e de baixa qualidade arquitetônica comparada ao restante (Figura 171);
- Recuperação do reboco das paredes quando possível ou substituição das partes irrecuperáveis com acabamento em tinta a base de cal e recuperação da tonalidade original, de forma a permitir uma respiração das paredes, agora obstruída pelas camadas de tintas plásticas e evitar o acúmulo de umidade (Figura 172).

■ ELEMENTOS A DEMOLIR/SUBSTITUIR  
 ■ ELEMENTOS A RECOMPOR

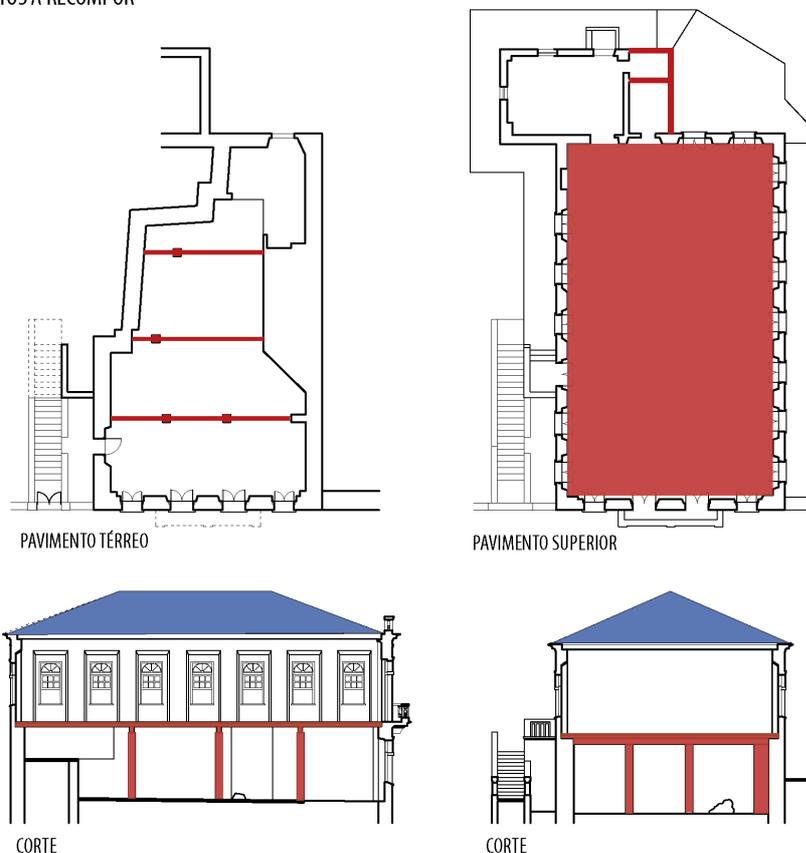


Figura 171 – Esquema de demolições e reconstituições  
 Fonte: O autor (2014)



Figura 172 – Simulação da coloração original do edifício  
Fonte: O autor (2014)

Quanto à composição entre o antigo e o novo, realizou-se uma análise levando em consideração os três tipos de relação citados por CASTRO (2012) apresentados anteriormente. Para tanto realizou-se uma simulação tridimensional com possíveis três casos (Figura 173). Uma vez feito o pré-dimensionamento, observa-se a impossibilidade de propor uma relação de **inclusão** (Caso 01), pois o edifício histórico não é capaz de absorver todo o programa arquitetônico. Além disso considerou-se que seria um tipo de intervenção mais agressiva ao monumento e desnecessária levando-se em conta que há uma extensa área de terreno para experimentar outros tipos de relação. A tipologia de **intersecção e continuidade** (Caso 02) demonstra-se mais interessante e lembra o estudo de caso localizado na Basileia, Hostel St. Basel. Entretanto um fator considerado negativo é de que ao propor um edifício novo em continuidade com o antigo, cria-se um volume muito comprido em apenas uma das direções, o que prejudicaria a noção de ritmo que caracteriza o centro histórico. Dessa forma estariam sendo deixados de lado os preceitos da Carta de Washington. Assim sendo, a relação considerada mais adequada para ser adotada foi a de **exclusão** (Caso 03). Essa escolha justifica-se pelo fato de considerar-se que é a tipologia que melhor se adapta ao formato em “L” do terreno e que permite uma relação de volumetria que conversa melhor com a fisionomia urbana. Como já foi mencionado anteriormente, os anexos devem estar de acordo com as proporções do edifício histórico. Ressalta-se também a necessidade de utilizar técnicas conectoras entre os volumes novos e o antigo. Uma das técnicas adotadas será a de adjacência, com a **justaposição** dos elementos.

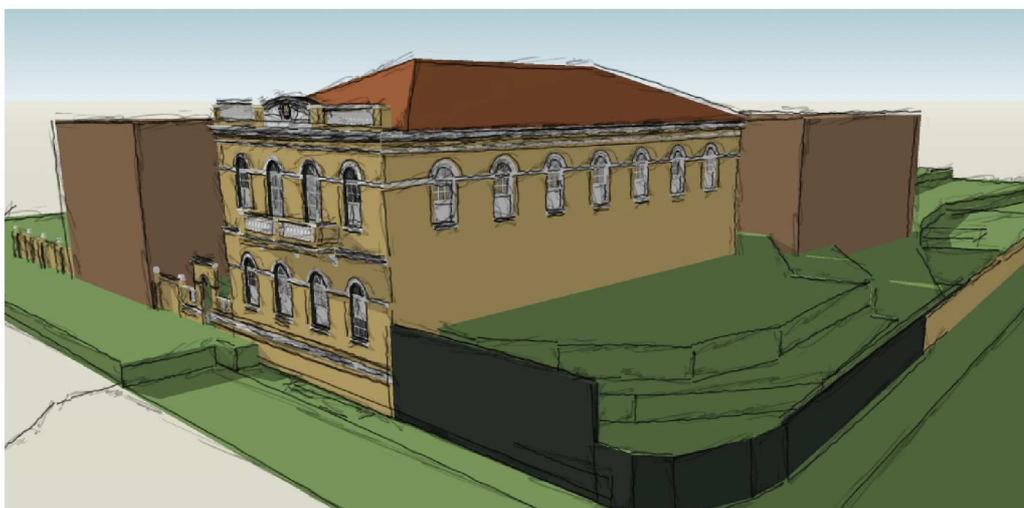
Caso haja a necessidade de projetar elementos de ligação entre os volumes, possuirão uma **linguagem neutra**, harmonizando-se com os dois edifícios.



CASO 01



CASO 02



CASO 03

Figura 173 – Esquema com possibilidades de relações entre o novo e o antigo  
Fonte: O autor (2014)

## 9 REFERÊNCIAS

ABOUTROMA. Disponível em <http://www.aboutroma.com/es/roma-galeria-fotos/rome-images/Arco-Tito.jpg>. Acesso em 25/08/2014

ANDREAS, G. Remodelling and renovating the St. Alban youth hostel in Basel. **Detail** 06/2011. Disponível em: <http://www.detail-online.com/architecture/topics/remodelling-and-renovating-the-st-alban-youth-hostel-in-basel-007287.html>. Acesso em 18/10/2014

ANTONINA, Decreto-lei n. 22/2008. **Diário Oficial Municipal**, Antonina, 8 de ago. 2008

ANTONINA. Prefeitura Municipal. **Mtur reforça as ações do PAC das Cidades Históricas com aporte de 19 milhões**, 2013. Disponível em: <http://www.antonina.pr.gov.br/noticias.php>. Acesso em 03/09/2014.

ANTONINA. Prefeitura Municipal. **Início na dragagem no porto de Antonina**, 19 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.antonina.com/?p=1354>. Acesso em 11/09/2014.

ARESTA ARQUITEURA. **Sobrado Rua Cel. João Viana\_ Antonina**. Curitiba, 1989. Levantamento arquitetônico em papel sulfurizê.

BOITO, C. **Os restauradores**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

BRAGA, Márcia (Org). **Conservação e restauro: arquitetura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL ARQUITETURA. **Museu do Pão**. Disponível em: <http://brasilarquitetura.com/projetos/museu-do-pao/>. Acesso em: 22/10/2014

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em:

[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf). Acesso em 05/10/2014.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Turismo Cultural: Orientações Básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Cultural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf). Acesso em 06/10/2014.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas\\_acoes/Arquivos/1\\_CARTILHA\\_PROCESSO\\_CLASSIFICAxO.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/Arquivos/1_CARTILHA_PROCESSO_CLASSIFICAxO.pdf). Acesso em 07/10/2014.

BUCHNER BRÜNDLER. **Jugendherberge**. Disponível em : <http://www.bbarc.ch/>. Acesso em 18/10/2014.

CAMATI, Anna (versão da apres.) et al. **PINTORES da paisagem paranaense**. Curitiba: Solar do Rosário, 2001

CASTRO, Cleusa de. **Permanências, transformações e simultaneidades em Arquitetura**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: PUC-PR, UFRGS, 2002.

CHOAY, F. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais 3ª edição – revista e aumentada**. Rio de Janeiro: IPHAN-Rio, 2004

DUARTE, R. 21° **Festival de Inverno da UFPR em Antonina – PR**. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/ufpr/5923597019/in/set-72157627041319747>

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ALBERGUES DA JUVENTUDE. **Institucional**. Disponível em <http://www.hihostelbrasil.com.br/institucional.html>. Acesso em 20/10/2014.

FERNANDES, G. Museu do Pão – Moinho Colognese/Brasil Arquitetura. 15 de maio de 2013. **Archdaily Brasil**. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura>. Acesso em 18/10/2014.

GAZETA DO POVO. **Área do Porto Barão do Teffé é cedida a multinacional**, 18 de setembro de 2012. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1298654>. Acesso em 13/09/2014.

GIARETTA, M. J. **Turismo da Juventude**. São Paulo: Manole, 2003.

HINO, T.S. **Hostel Tassi Projeto de reciclagem de edifício histórico no centro de Curitiba-PR**. 127 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

HIRAI, J.E. **Albergue da Juventude**. 122 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

IBGE. **Informações completas – Paraná/Antonina**. 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410120>. Acesso em: 27/09/2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Conselho Histórico e Paisagístico de Antonina PR**. Curitiba: 2012. Apresentação de slides.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Conselho Consultivo confirma tombamento do Centro histórico de Antonina, no Paraná**, 26 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16419&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em 03/09/2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginalphan>. Acesso em 13/08/2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&sigla=Institucional&retorno=paginalInstitucional>. Acesso em 13/08/2014

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Material.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginaIphan>. Acesso em 13/08/2014

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Subsídios Técnicos para o Processo de Tombamento do Centro Histórico de Antonina, PR.** Curitiba: IPHAN, 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico Município de Antonina.** 2013. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83370>>. Acesso em 07/09/2014.

JUGENDHERBERGE. Disponível em: <http://www.jugendherberge.de/de-de/jugendherbergen/altena%20burg343/portraet>. Acesso em 15/10/2014.

KÜHL, B. M. **Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo. Reflexos sobre a sua Preservação.** São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

LA PASTINA FILHO, J. **Manual de Conservação de Telhados.** Brasília: IPHAN, 2005.

LYRA, C. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. **Revista do Programa de pós-graduação em artes visuais EBA,** Rio de Janeiro, UFRJ, 2006. Disponível em: [http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13\\_cyro\\_lyra.pdf](http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf). Acesso em 10/10/2014.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. **Antonina. Factos e Homens. Da idade archeolithica á elevação a cidade.** Antonina, 1926.

MENDES, E.; VERÍSSIMO, C.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI.** 3.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MENDES, E.; VERÍSSIMO, C.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil: de Dom João VI a Deodoro.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.

NASCIMENTO, E. N. **Antonina dos meus dias: revisitada.** 2.ed. Curitiba: Editora da UFPR, 1994.

NASCIMENTO, E. N. **Carnaval de Antonina: 35 anos de cumplicidade**. Curitiba: Quadrante Editorial, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Por qué el turismo ?** Disponível em <http://www2.unwto.org/es/content/por-que-el-turismo>. Acesso em 04/10/2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura; CARNEIRO, Celso Fernando de Azambuja Gomes et al. (coord. grupo trab.); SANTANA, Irineu; MATTOS, Luiz Marcelo Bertoli de (il.); AGUIAR, Carlos R. Zanello de (Macacheira); FERNANDES, Carlos Renato; NASCIMENTO, Eduardo (fotos). **Projeto de revitalização do Centro Histórico de Antonina**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 1997.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura; LYRA, C. **Espiraís do tempo**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento; LYRA, Cyro Illidio Corrêa de Oliveira (coord.); VODOVOZ, Beatriz Mazer et al. (equipe téc.); KUSSABA, Regina Takako et al. (equipe apoio); LASS, Celia Maria; SMOLKA, José Tadeu (colab.). **Plano básico urbano de Antonina**. Curitiba: Secretaria de Estado de Planejamento do Paraná, 1982.

PERSONAL ARCHITECTURE. **Stayokay Soest**. Disponível em: <http://www.personal-architecture.nl/projecten/077/index.html>. Acesso em 20/10/2014.

PIRANESI. Arco De Tito. Ilustração. In: ARAÚJO, D. O pensamento de Camillo Boito. **Vitruvius**, julho de 2005. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.043/3154>. Acesso em 25/08/2014.

RUSKIN, J. **A lâmpada da Memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SAVI, A.C. **Escola de Design: restauro e revitalização**. 163 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

STAYOKAY SOEST/PERSONAL ARCHITECTURE BNA. Disponível em: <http://www.archdaily.com/240155/stayokay-hostel-soest-personal-architecture-bna/>. Acesso em 20/10/2014.

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S/A, **Histórico do TPPF**, 2014. Disponível em [http://www.pontadofelix.com.br/hist\\_TPPF.asp](http://www.pontadofelix.com.br/hist_TPPF.asp). Acesso em 18/9/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-reitoria de Extensão e Cultura, **Últimas do Festival**, 07 de julho de 2014. Disponível em <http://www.proec.ufpr.br/festival2014/links/ultimas.html>. Acesso em 20/09/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Referências: normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

VASCONCELLOS, S. **Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos**. 5. ed. Belo Horizonte: Rona Editora, 1979.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.